



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 9, QUARTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2017

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochoel

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 8ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2017	
1.1 – ABERTURA	12
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	12
1.2.2 – Oradores	
Senador Lasier Martins – Defesa da aprovação do projeto de lei que estabelece medidas de combate à corrupção tal como proposto pela sociedade civil organizada.	12
Senadora Ângela Portela – Críticas ao Presidente da República pelos critérios apresentados para compor a equipe do Governo Federal; e outro assunto.	15
Senador Paulo Paim – Contrariedade à proposta do Governo Federal de reforma da previdência; e outro assunto.	17
Senadora Vanessa Grazziotin, como Líder – Críticas a supostas propostas do Governo Federal de restrições a direitos sociais; e outro assunto.	20
Senador Lindbergh Farias – Destaque para documento produzido pela ANFIP e pelo DIEESE contrário à reforma da previdência; e outro assunto.	22
Senador Eduardo Amorim – Desaprovação do Governo do Estado de Sergipe por proposta de desestatização de empresas públicas do Estado; e outro assunto.	25
Senador José Aníbal – Defesa da realização de um efetivo debate sobre a necessidade de reforma da previdência social.	28
Senador Humberto Costa, como Líder – Preocupação com a crise na segurança pública no País; e outro assunto.	31
Senador Garibaldi Alves Filho – Comentários sobre artigos publicados pelo ex-Senador Geraldo Melo no Jornal Tribuna do Norte sobre os problemas enfrentados pela segurança pública no País.	33
Senador Reguffe – Críticas à Câmara dos Deputados por pretensa tentativa de aprovação de projeto de lei que impede a punição de partidos políticos que não tenham apresentado prestação de contas eleitorais; e outro assunto.	39



1.2.3 – Requerimentos

Nº 67/2017, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 200/2015 40

Nº 68/2017, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 406/2016-Complementar ... 41

1.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Otto Alencar, como Líder – Defesa da aprovação de PEC que permite a realização de manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal. 41

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Otto Alencar, que *acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal. Aprovada em primeiro turno, nos termos da Emenda nº 1-CCJ.* (votação nominal) 44

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2016 (**Parecer nº 6/2017-PLEN-SF/CDIR**) 58

1.3.2 – Questão de Ordem

Suscitada pela Senadora Gleisi Hoffmann, a ser respondida oportunamente pela Presidência 67

1.3.3 – Item 1 (continuação)

Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Otto Alencar, que *acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal. Aprovada em segundo turno* (votação nominal). À Câmara dos Deputados 72

1.3.4 – Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2016, da Comissão Diretora e outros Senadores, que *altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas. Transcorrida a primeira sessão de discussão em primeiro turno* 73

1.3.5 – Apreciação de requerimentos

Nº 67/2017, de Líderes. **Aprovado** 73

Nº 68/2017, de Líderes. **Aprovado** 73

Nº 29/2017, da Senadora Gleisi Hoffmann. **Aprovado** 74



1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Oradores

Senador Flexa Ribeiro – Destaque para a necessidade de restabelecimento das bases do pacto federativo.	74
Senadora Ana Amélia – Preocupação com riscos sanitários decorrentes da possível autorização de importação de peras da Coreia do Sul; e outros assuntos.	78
Senadora Lídice da Mata – Críticas à reforma da previdência proposta pelo Governo Federal; e outros assuntos.	82
Senador Hélio José – Defesa da transferência da sede da Escola Superior de Guerra para Brasília.	87
Senador Jorge Viana – Relato de visitas de S. Ex ^a a municípios do Acre atingidos pelas cheias dos rios; e outros assuntos.	90
Senador Randolfe Rodrigues, como Líder – Anúncio da adoção de providências contra as empresas Anglo Ferrous e Zamin Ferrous por suposto conluio fraudulento nas atividades de mineração no Estado do Amapá; e outro assunto.	93
Senador Lindbergh Farias – Defesa da adoção de políticas econômicas anticíclicas para superação da crise econômica que atinge o País; e outros assuntos.	97
1.5 – ENCERRAMENTO	101

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 8ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicações

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 4/2017)	103
Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 6/2017)	104

2.1.2 – Designação

Designação de membros para compor a Comissão Temporária Externa destinada a averiguar e fiscalizar a situação dos hospitais públicos no Tocantins	107
---	-----

2.1.3 – Discursos encaminhados à publicação

Senador Paulo Paim – Preocupação com a reforma trabalhista e suas consequências para a população	109
Senador Antonio Carlos Valadares – Preocupação com a crise do sistema penitenciário brasileiro	110

2.1.4 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento das Sugestões nºs 1 a 3/2017, resultantes do Projeto Jovem Senador nºs 1 a 3/2017, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 1/2017)	116
---	-----



2.1.5 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 17/2017 (nº 3.490/2012, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e dá outras providências* 119

2.1.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 10/2017 (nº 33/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Zâmbia 124

2.1.7 – Ofício de Ministro de Estado

"S" nº 9/2017 (nº 10.191/2017, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha a relação das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de dezembro de 2016 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios 150

2.1.8 – Prejudicialidade

Prejudicialidade do Requerimento nº 749/2013 154

2.1.9 – Projetos de Lei do Senado

Nº 17/2017, do Senador Cássio Cunha Lima, que *isenta de taxas a emissão da segunda via de documentos furtados ou roubados, mas mantém a cobrança de taxas de emissão da segunda via de documentos perdidos* 156

Nº 18/2017, da Senadora Rose de Freitas, que *altera o Código de Processo Penal para prever medida cautelar diversa da prisão para o caso de investigado ou acusado por crime de estupro consistente na proibição do exercício de atividade profissional que aumente o risco de nova infração* 161

Nº 19/2017, da Senadora Rose de Freitas, que *altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte* 166

Nº 20/2017, da Senadora Rose de Freitas, que *altera a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para tornar crime contra a ordem econômica o não repasse imediato, ao consumidor, da diminuição de preço dos combustíveis realizada pela refinaria* 171

Nº 21/2017, da Senadora Rose de Freitas, que *torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores* 175

Nº 22/2017, do Senador Alvaro Dias, que *altera o art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para estipular prazo de vigência e criar o Fundo de Reserva nas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil* 179

Nº 23/2017, do Senador Dário Berger, que *dispõe sobre cobrança em estacionamento rotativo de veículos automotores* 183

Nº 24/2017, do Senador Alvaro Dias, que *revogam-se os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, com redação alterada pela Lei nº 9.467, de 10 de julho de 1997* 187



Nº 25/2017, do Senador Lasier Martins, que altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino	192
2.1.10 – Projeto de Resolução	
Nº 2/2017, do Senador Jorge Viana, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para garantir vaga na Mesa do Senado Federal para Senadora	200
2.1.11 – Requerimentos	
Nº 66/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Rodrigues da Silva	206
Nº 67/2017, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 200/2015	209
Nº 68/2017, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 406/2016-Complementar ...	210
Nº 69/2017, do Senador Jorge Viana, de informações ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil	211
Nº 70/2017, do Senador Cássio Cunha Lima, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Edson de Godoy Bueno	216
2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
2.2.1 – Proposta de Emenda à Constituição nº 50/2016	218
Parecer nº 6/2017-PLen-SF/CDIR	219
Listas de votação	221

Parte III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	227
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	230
5 – LIDERANÇAS	231
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	234
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	239
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	240
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	279



8ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 14 de Fevereiro de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, Cássio Cunha Lima, Antonio Carlos Valadares e Reguffe, da Srª Vanessa Grazziotin, do Sr. Antonio Anastasia, da Srª Ana Amélia e dos Srs. Flexa Ribeiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Randolfe Rodrigues.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 30 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

8ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Período: 14/02/2017 07:00:00 até 14/02/2017 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PR	MT	Cidinho Santos	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X	
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PSDB	SP	José Aníbal	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X	X
PSD	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X

Emissão 14/02/2017 20:31:58





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

8ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Período: 14/02/2017 07:00:00 até 14/02/2017 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PTB	RR	Thieres Pinto	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Morais	X	X
PMDB	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 72 senadores.



ATA



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. *Fora do microfone.*) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica aos presentes que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno do Senado Federal... **(Vide parte II do sumário)**

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Está sem som, tem que abrir tudo.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Agora abriu.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agora só abra de novo, porque estava sem som.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agora está com som?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Primeiro vamos aos oradores inscritos.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pois não, Senadora.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senadora Ângela Portela, V. Ex^a já está inscrita.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu, como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Como Líderes inscritos: a Senadora Vanessa e o Senador Humberto Costa.

Como primeiro orador inscrito para falar nesta sessão, tenho o prazer de convidar o Senador Lasier Martins, do PSD, do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a terá dez minutos, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com muita satisfação, saúdo o Presidente dos trabalhos, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, as Sr^{as} Senadoras, os Srs. Senadores, os nobres telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado.

Presidente, eu trago um tema aqui bastante debatido nos últimos tempos, controverso e de grande interesse da opinião pública: um projeto que chegou, há meio ano ou um pouco mais, à Câmara dos Deputados de maneira muito festejada, porque era uma reivindicação popular que dizia respeito às medidas contra a corrupção.

Como se recorda, é um projeto oriundo de um vigoroso trabalho idealizado pelo Ministério Público Federal, que coletou 2.189.276 assinaturas de cidadãos em apoio ao projeto, que reúne modificações importantes e necessárias para o aperfeiçoamento da persecução penal no Brasil.



Esse projeto foi protocolado na Câmara, no dia 29 de março do ano passado, como PL nº 4.850. Após uma ampla discussão na comissão formada para discutir a matéria, foi competentemente relatado pelo Deputado gaúcho Onyx Lorenzoni, meu conterrâneo, e a proposta final foi encaminhada ao Plenário daquela Casa. Entretanto, lastimavelmente, aquele projeto, tão cuidadosamente buscado, referendado pelos brasileiros, foi totalmente desvirtuado, foi mutilado, foi despedaçado na Câmara dos Deputados.

Agora, nós estamos reabrindo, estamos resgatando, Sr. Presidente, este projeto: a ideia de combater a improbidade administrativa de agente público, de combater esses vícios que permeiam a atividade pública no Brasil de forma inaceitável e revoltante nos últimos tempos. Diante disso, nós estamos na mesma linha, inclusive, do que fez o Ministro do Supremo Luiz Fux, que concedeu uma liminar determinando que a matéria fosse novamente analisada pela Câmara dos Deputados.

Não vamos discutir aqui o mérito dessa decisão, ainda dependente de definição, mas acredito que o Parlamento tem total autonomia para dar curso ao processo legislativo, exibindo aquilo que a nossa população assinalou quando das assinaturas.

Por isso, informo – e é a razão de estar aqui – que encaminhei, Sr. Presidente, uma série de emendas reforçando a posição do Relator lá na Câmara, Deputado Onyx Lorenzoni, que apresentou um belo trabalho ao encontro das aspirações da população.

Então, dentro do prazo que me foi concedido, quero detalhar as emendas que estou propondo para restabelecer, para tentar levar adiante, para atender este desejo dos brasileiros: uma lei que combata a corrupção no Brasil.

A minha Emenda nº 1 suprime os arts. 8, 9 e 10 do PLC, que criaram a hipótese de cometimento de crime de abuso de autoridade de procuradores e magistrados, o que é um absurdo.

A Emenda nº 2 faz ajustes nas hipóteses de prescrição penal. São modificações no sistema prescricional brasileiro, de modo a "transformar nosso sistema punitivo disfuncional em um sistema de punições justas e severas". São diversas as modificações, mas exemplifico com uma: modifica-se o inciso I do art. 112, suprimindo-se uma perplexidade existente em nosso ordenamento penal. Determina-se que a prescrição da sentença condenatória começa a correr não mais do dia em que transita em julgado para a acusação, mas do dia em que transita em julgado para todas as partes.

A Emenda 3, com relação a esse projeto de combate à corrupção, cria nova hipótese de prisão preventiva, a fim de evitar que o produto do crime seja mantido oculto, dissipado ou utilizado para financiar a prática de novos crimes, as atividades de organização criminosa ou a fuga do investigado ou acusado, quando outras medidas cautelares forem ineficazes ou enquanto estejam a ser implementadas. A prisão acautela a sociedade contra a continuidade e reiteração na prática de crimes, prestigiando a justiça restaurativa. É a minha emenda da justiça restaurativa.

A Emenda 4 trata das nulidades penais, para que se tenha o aproveitamento máximo dos atos processuais como dever do juiz e das partes. Para tanto, exige a necessidade de demonstração pelas partes do prejuízo gerado por um defeito processual à luz de circunstâncias concretas.

A Emenda 5 proposta substitui a notificação prévia pela citação direta do réu. A emenda pretende, com efeito, a extinção da esdrúxula fase de notificação preliminar e recebimento da ação de improbidade administrativa. O atual modelo contribui para a morosidade do processo de responsabilização e, em última análise, para a impunidade.

A Emenda 6 cria o Programa de Proteção e Incentivo a Relatos de Informações de Interesse Público. Pelo programa, o cidadão será protegido e incentivado a fazer relatos relacionados à defesa do patrimônio público, à probidade administrativa, à organização e ao exercício dos



direitos políticos e dos direitos humanos, à ordem econômica e tributária, ao sistema financeiro, à prestação de serviços públicos, ao meio ambiente, à saúde pública, às relações de consumo e à livre concorrência.

A Emenda 7 cria a hipótese de acordo de leniência na Lei de Improbidade Administrativa com a participação do Ministério Público.

A Emenda 8 criminaliza o enriquecimento ilícito de agentes públicos. A criminalização do enriquecimento ilícito garante que o agente não fique impune mesmo quando não for possível descobrir ou comprovar quais foram os atos específicos de corrupção praticados.

A Emenda 9 cria a hipótese do Acordo Penal. A fórmula proposta permite que a sanção penal possa ser negociada e aceita pelo autor do crime, estabelecendo-se rígidos controles legais e judiciais que balizam a discricionariedade e limitam os poderes de negociação do titular da ação penal.

A Emenda 10 apenas corrige um erro material, explicitando que os embargos de declaração não têm efeito suspensivo.

Então, Sr. Presidente, nunca é demais lembrar que a sociedade brasileira está cada vez mais atenta e participativa com relação a essas questões. O Congresso Nacional não pode ignorar o fato de que os tempos são outros. Temas dessa natureza despertam o interesse da Nação, porque são como feixes de luz na escuridão da impunidade, são como lufadas de ar fresco para um povo cansado de tanta corrupção, como ocorre no Brasil, mazela e descaso da classe política em relação às necessidades deste povo.

Para acabar com o círculo vicioso de corrupção privada e pública, é preciso implementar mudanças sistêmicas e estruturais. Essas mudanças incluem o fim da impunidade, porque esta e a corrupção aparecem intimamente relacionadas em diversos estudos e pesquisas internacionais sobre esse problema.

Dessa forma...

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Estou terminando em dois minutos, Sr. Presidente.

Dessa forma, é inadiável que esta Casa se debruce sobre essa matéria e avance sobre esse tema, que a sociedade já demonstrou ser tão caro a ela. Espero que possamos oferecer um marco legal que reflita essa nova realidade do País, que pede o fim dessa política da complacência com o malfeito e a corrupção.

Acreditamos que, com a votação dessa matéria, o Congresso Nacional sinalizará, de maneira positiva, que não haverá retrocesso no combate à corrupção. Não podemos permitir que conchavos políticos ou conveniências pessoais se sobreponham ao interesse da sociedade na elucidação de crimes que se perpetuam e dilapidam o patrimônio nacional, como ocorreu na Petrobras.

Desse modo, operações como a Lava Jato, que já se afirmaram diante da sociedade como símbolo dessa...

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... luta, não podem ter suas atividades tolhidas ou esvaziadas.

Portanto, encareço ao Sr. Presidente da CCJ, Senador Edison Lobão, que designe o quanto antes um Relator para esse projeto, de forma que possamos ultimar a sua análise o mais breve possível.



As medidas contra a corrupção precisam ser reabilitadas, votadas e atender o interesse público.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Desculpem-me, com a palavra a Senadora Ângela Portela... *(Fora do microfone.)* para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Governo Temer a cada dia nos surpreende mais. O próprio Presidente apresentou ao País os seus critérios para compor a sua equipe de Governo. De forma espantosa, o Presidente acaba de comunicar a sua disposição para governar ao lado de acusados de envolvimento em situações irregulares, ilegais.

Após dizer que não pretende blindar ninguém, Temer avisou que os citados em operações como a Lava Jato poderão ser ministros como se nada houvesse. Disse textualmente que "não se pode aceitar que a simples menção inauguradora de um inquérito já seja de molde a incriminá-lo em definitivo e, em consequência, afastar o eventual ministro".

Houve tempo em que, inspirando-se em antiga fala sobre a mulher de César, um ocupante de cargo público precisava tanto ser honesto quanto parecer honesto. Se isso vale para qualquer detentor de missão pública, valeria ainda mais para um ministro.

Sabemos agora que não. A citação de um ministro em uma Operação como a Lava Jato não basta para que seja removido do cargo. A nova conceituação, porém, vai adiante. O Presidente anunciou que, uma vez formulada a denúncia relativa a qualquer ministro, este será afastado, mas em caráter provisório.

Como os ministros têm foro privilegiado – são denunciados somente pelo Procurador-Geral da República –, não se imagina que tal denúncia seja formulada sem indícios e provas de tal gravidade que permita o ato do Procurador-Geral da República. No entanto, afirma Temer: "O afastamento só será definitivo, se, após a fase de denúncia, o ministro virar réu." Como sempre ocorreu um amplo lapso de tempo entre a citação e a denúncia e lapso maior ainda entre a denúncia e a decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito dela, segue-se que os ministros poderão permanecer por longo tempo após citados e também por longo tempo após a apresentação da denúncia ao STF.

Corremos o risco, portanto, de termos, primeiro, um colegiado de ministros acusados, e teríamos depois um colegiado de ministros afastados. Sabemos que, na ocorrência de interinidade de ministros substitutos após esse tipo de afastamento, quem permanece mandando na pasta é o antigo titular. O interino, que lá permanece provisoriamente, dependerá sempre do titular afastado. Já tivemos isso neste mesmo Governo no Ministério do Planejamento.

O que se desenha, portanto, é um duplo governo: teríamos um governo de ministros afastados ao lado de um governo de ministros interinos. O problema maior, porém, é a existência de um Governo sob suspeita, sob acusações. Aposta-se, evidentemente, na demora na coleta de provas e nos julgamentos.



Sr. Presidente, enquanto o Planalto aposta na lentidão processual, corre para pagar seus compromissos com a bancada fisiológica e com os setores mais atrasados da elite econômica. A primeira parcela do pagamento se deu com a aprovação do congelamento dos gastos sociais por 20 anos. Seguiram-se outras tantas medidas que apresentam gravíssimos reflexos sociais.

A medida desse desmonte pode ser dada pelo elevado número de famílias que voltaram ao Programa Bolsa Família por conta da crise. Mais de meio milhão de famílias que haviam melhorado de vida e superado a dependência desse benefício recorreram novamente a ele. Isso significa que essas 519 mil famílias, potencialmente 2,5 milhões de brasileiros, voltaram à situação de pobreza extrema.

O Banco Mundial mostrou, em estudo, que o número de pobres crescerá muito no Brasil em 2017.

(Soa a campanha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR)

– Esse estudo aponta que o número de pessoas vivendo em pobreza no Brasil crescerá até 3,6 milhões até o fim deste ano. São os que o Banco Mundial chama de novos pobres por estarem acima da linha de pobreza em 2015, mas condenados a cair abaixo dela em 2017. Pelo perfil desse estudo, são, na maioria, adultos jovens de áreas urbanas, com escolaridade média. Enfrentam essa queda por terem sido expulsos do mercado de trabalho formal pelo desemprego.

É o que mostra também o estudo da consultoria Tendências. Afirma ela que a crise econômica no Brasil enviou às classes D e E nada menos do que 4,4 milhões de famílias compostas por uma nova classe média antes em ascensão. Arrisca-se, assim, a anular todo o processo de mobilidade social ocorrido entre 2003 e 2016, quando 3,3 milhões de famílias fizeram o caminho inverso, incorporando-se à classe média.

(Soa a campanha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR)

– Sr. Presidente, só para concluir.

Mais do que isso, o Governo quer entregar, o quanto antes, a segunda parcela do pagamento, aprovando a reforma da Previdência. A proposta que já tramita na Câmara é de uma crueldade sem precedentes com os mais pobres e especialmente com as mulheres. Sem consultar a sociedade, o Brasil não fará nenhum ajuste no sistema previdenciário.

A intenção clara é inviabilizar a aposentadoria dos trabalhadores, jogando milhões no sistema de previdência privada. E os que não tiverem alternativas? Que morram, sem apoio do Estado, em seus dias de velhice? Como posso ser a favor de algo como a desvinculação do salário mínimo dos benefícios de prestação continuada?

Pela proposta, a idade mínima para requerer o benefício deve passar de 65 para 70 anos de idade. É um absurdo! Lamentavelmente, é uma proposta que vai retirar...

(Interrupção do som.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR)

– ... direitos *(Fora do microfone.)* daqueles que precisam do Poder Público, ajudando no momento da velhice, num momento de dificuldade. Atualmente, podem receber o auxílio pessoas com mais de 65 anos, com renda familiar *per capita* de até R\$220 e também os deficientes físicos.



O BPC, Sr. Presidente, é um dos maiores programas de distribuição de renda do País. Atende a mais de 4 milhões de brasileiros que não sobreviveriam de forma alguma sem a ajuda do Benefício de Prestação Continuada. E isso está ameaçado.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela tolerância com relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Valadares, a preocupação do povo brasileiro aumenta a cada dia que passa com essa dita reforma da Previdência e a reforma trabalhista. O Governo tenta fazer uma lavagem cerebral; tenta vender o que a gente chama de gato por lebre; tenta confundir a população no sentido de que o que há de pior em matéria de previdência é bom para o povo brasileiro. Se fosse tão bom, algum país do mundo teria copiado essa fórmula maldita.

Senador Valadares, olhe bem, por exemplo, essa propaganda está em todo o País. A partir de hoje, ela foi retomada, nas rádios, nas TVs, com o título "Reformar a Previdência hoje é pensar no amanhã". Reformar a Previdência nos moldes que eles querem é liquidar a Previdência Social e entregá-la para os banqueiros.

Confesse, Senador Lindbergh, há um tempo, o senhor estava com algo semelhante a essa aqui. Agora lançaram uma nova campanha a partir de hoje. É incrível! Exato. É incrível! É incrível! É incrível!

Quando nós dizíamos que eles fariam isso, só faltaram nos chamar de mentirosos. Diziam: "Não! Não vai haver, não, essa reforma para as pessoas se aposentarem só com 50 anos de contribuição." E você disse muito bem, com quase 70 de idade, porque ninguém vai se aposentar com 65 anos. Ninguém consegue 49 anos de contribuição com 65 anos. É aos 70 mesmo, aos 70 para todo mundo. A média vai ser de 70 anos.

A reforma trabalhista todo mundo sabe que também retira todos os direitos. Disseram que não iriam retirar. Foram ousados até demais.

Eu fiquei impressionado, porque eles mandam duas reformas que são uma provocação aos 200 milhões de brasileiros, e acham que estão bem, que é isso mesmo. Mas vão se dar mal. Nós podemos não ter os milhões, e milhões, e milhões que eles têm para gastar em propaganda mentirosa.

É como aquele princípio de Hitler: a mentira é dita tantas vezes, tantas vezes, que parece verdade. Há gente me perguntando: "Paim, eu ouvi aqui, ouvi ali, ouvi na rádio, lá na beira do rio, porque eu estava pescando, e, na rádio, falaram que é preciso uma reforma." É tanta mentira que o pessoal chega a ficar meio confuso.

Nós não temos essa força do dinheiro para comprar propaganda nos principais veículos, mas nós temos o senhor; nós temos a senhora que está me ouvindo neste momento; nós temos as redes sociais; nós temos os estudantes; nós temos os trabalhadores; nós temos a dona de casa. A senhora pode saber que vão acabar como seu benefício também.

Nós temos que fazer uma grande campanha via redes sociais. Vamos conversar com os estudantes, com os sindicalistas, com todos os setores da sociedade; vamos mostrar a reforma. Eu não quero nada; eu só quero que mostrem a reforma. Deixem a população entender e perguntem para qualquer cidadão deste País se ele acredita que ele vai se aposentar um dia com 49 anos de contribuição. Hoje é com 30, e já é uma dificuldade; 30 para mulher e 35. A mulher vai sair de 30 para 50; 20 anos a mais, uma vida a mais.



Sr. Presidente, eu quero aproveitar este momento para convidar aqueles que estão nos assistindo, os que estão nos assistindo pela TV Senado. Saibam: o Governo tem milhões, e milhões, e milhões, e até bi para propaganda enganosa, mas não tem a verdade. A verdade não está com o Governo. Sintam a convicção e olhem nos meus olhos, se puderem, se não é verdade tudo o que estou falando aqui. Eles sabem que é verdade.

Mas quem é que está por trás disso, então? O sistema financeiro, é o jogo dos banqueiros para privatizar a Previdência, porque isso interessa somente a eles. Querem acabar com o seu sonho de se aposentar um dia.

Acredito que não vão conseguir. Nós faremos o nosso trabalho de formiguinha, nós todos faremos esse trabalho. Faremos, conversando com a população, um trabalho solidário, com informação de boca a boca, boletim dos sindicatos, material dos estudantes, da associação de bairro, clube de mães, clube de pais. Vamos mostrar, como eu disse outro dia, Senador Capiberibe, aquelas comissões dos Municípios. Lembra da carestia? Lembra da anistia? Lembra das comissões pela liberdade de Nelson Mandela? Lembra das comissões das Diretas? Nós tínhamos comissões estaduais, regionais e municipais.

É isso que o povo está fazendo espontaneamente. Só no meu Rio Grande, nessa semana, houve mais de 20 eventos, e eventos de mil, de 500, de 200, de cem. Podia ter até haver de 50, mas é importante. Reúnam-se no seu bairro, na sua vila; reúnam dez pessoas e conversem sobre esse tema. Eu não quero que ninguém minta; só fale a verdade. A mentira vem do lado de lá, a mentira vem do lado de lá!

Esses dias eu vi alguém dizendo, Senador Lindbergh: "Não, mas já há países em que é 65 anos." Daí, eles davam o exemplo de país de primeiro mundo. Aí, eu pergunto: quanto é um salário mínimo lá? Aqui é US\$50, mais ou menos; lá, é no mínimo US\$1 mil. Como é que é a saúde lá? Como é que é a educação lá? Como é que é a segurança lá? Como é que é a casa própria lá? Aí, fica o silêncio.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu faço questão. Eu sei que o tempo é limitado, mas eu abro mão aqui do meu tempo, para ouvi-los, Senador Lindbergh e Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É só uma pergunta. Quanto à Previdência, há rombo na Previdência?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza absoluta, não há. E, por isso, nós todos, porque nós todos aqui, os senhores que não assinaram, que estão neste plenário – eu sei que todos assinarão ainda, o pessoal está coletando assinaturas –, nós estamos desafiando para uma CPI da Previdência. Quem tem medo de CPI? Eu não tenho; nunca tive, nunca tive! E para uma CPI da Previdência para ver quem está mentindo. Como eu sei que é o lado de lá que está mentindo? Vamos fazer a CPI; vamos vasculhar a Previdência para ver se há déficit!

Como eu tenho certeza de que não há déficit? Nós vamos ver o resultado. E vamos ver quem está roubando, inclusive, o dinheiro da Previdência, quem está sonogando, quem não paga. São os grandes grupos econômicos que não pagam. Trabalhador desconta em folha, não escapa.

Por que o pessoal do Imposto de Renda, a Receita...? Eu sei que os profissionais, eles mesmos estão denunciando, numa mesma voracidade, numa mesma gana, numa mesma garra, para controlar os sonogadores da Previdência. Agora, cada um de nós que não paga o Imposto de Renda está ferrado. Não é?



Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Paulo Paim, quero parabenizar V. Ex^ª, que é o nosso Líder neste tema aqui, já dialogando com o Senador Capiberibe. Você sabe que, no mundo inteiro, há contribuição de trabalhadores, dos empregadores e do Governo. Na Europa, Senador Capiberibe, em média 45% é de participação do Governo. Aqui, eles estão querendo dizer que é deficitária, porque estão tirando o Governo. E a Constituição é muito clara: ela fala do Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e PIS/Pasep. Só que eles tiram isso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faturamento...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Jogos lotéricos...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E há lotéricas para o seguro-desemprego. Só Cofins em 2015 foi... Eles dizem que o déficit da Previdência em 2015 foi de 85 bi; Cofins, a arrecadação foi de 202 bilhões. Nenhum foi para a Previdência ou para a seguridade. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, 61 bilhões...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... PIS/Pasep, 53 bilhões. Então, eles estão tirando essa parte que foi estabelecida pela Constituição como a parte do Governo. Só dessa forma que eles dizem que o sistema é deficitário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ainda tem que arrecadar e passar para a Previdência. Arrecada, mas não passa.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas não passa. Esse é que é o problema. Aí está a discussão quanto ao déficit. Nenhum sistema se sustenta sem a participação do Governo. Principalmente agora que nós estamos entrando na Quarta Revolução Industrial, nós vamos ter diminuição de empregos. Sustentar-se só no salário do trabalhador e do empregador, isso não se sustenta em canto nenhum do mundo. A discussão, no mundo hoje, Senador Capiberibe, é de uma renda básica para o cidadão, justamente por causa dessa Quarta Revolução Industrial. Então, é fundamental a participação do Governo. Por isso que mascaram o discurso e o debate, dizendo que há déficit da Previdência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero concluir, Senador Valadares...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... fazendo um apelo a todos os Senadores: vamos assinar esta CPI; vamos mostrar que nós não temos medo dos números; vamos deixar instalar-se a CPI da Previdência! E lá vamos discutir; vamos chamar todos os setores da sociedade; vamos chamar economistas; vamos chamar economistas, vamos chamar, inclusive, os que pensam de forma diferente!

Quem tem medo de CPI? Repito: nós não temos. Nós queremos a CPI da Previdência já. Que essa campanha pegue as ruas, pedindo aos Senadores... E nós vamos fazer a lista ali divulgando – eu tenho certeza de que todos os Senadores vão assinar, porque os Senadores não



têm medo – que os 81 Senadores querem a CPI da Previdência, para discutir com profundidade essa história de que há ou não déficit.

Senador Valadares, agradeço a tolerância de V. Ex^a. Considere na íntegra...

(Interrupção do som.)

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 203, do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.3 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senadora Vanessa Grazziotin, como Líder do PCdoB.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Senador Paim, V. Ex^a acaba de deixar a tribuna, onde fez mais um pronunciamento que mostra a desnecessidade da reforma da previdência da forma como está sendo encaminhada pelo Governo Federal. Ontem, tivemos também uma sessão solene dos aposentados, coordenada por V. Ex^a, que mostrou a disposição de aposentados e aposentadas brasileiras em se mobilizarem e lutarem contra essa reforma, que é um dos maiores absurdos que nós já vimos. Eu não sou Deputada nem uma Parlamentar tão antiga, tão experiente quanto V. Ex^a, Senador Paim, mas, quando cheguei à Câmara dos Deputados, encontrei V. Ex^a exatamente na Comissão do Trabalho, e vivemos momentos muitos difíceis também, momentos de reformas. Agora, nenhum deles – nenhum deles – com o grau de maldade contra a trabalhadora e o trabalhador. Nenhum! Nem mesmo na época de Fernando Henrique Cardoso. Nenhum! Nenhuma proposta tão grave como essa.

No fundamental, nós não podemos chamar isso de reforma da previdência, porque essa proposta acaba com a possibilidade da aposentadoria para a maior parte de homens e mulheres trabalhadores deste País. Seriam 49 anos de contribuição; tempo igual de contribuição entre homens e mulheres, tirando um direito, que, com muita luta, nós mulheres conquistamos, que foi o reconhecimento do Estado brasileiro da tripla jornada de trabalho que a mulher exerce; e acabar, na prática, com a pensão, porque desvincula a pensão do salário mínimo, em primeiro lugar e, em segundo lugar, obriga a família que tem dois gestores, marido e mulher, com os dois trabalhando, com os dois contribuindo com a Previdência, com, portanto, os dois tendo direito a se aposentar, a fazer uma opção. A partir do momento da aposentadoria, quando um dos dois falece, o que o Estado está dizendo para a família? Opte ou pela aposentadoria, ou pela pensão. Isso é grave. Eles estão dizendo, na prática, que nenhuma família pode ganhar dois salários mínimos, penalizando. Enquanto isso, o que fazem com aqueles que ganham cada vez mais neste País, aplicando recursos no sistema parasitário – porque não gera um emprego, não gera um centavo, não garante nada de desenvolvimento para o País? Então, é muito grave.

Agora, mais grave ainda, como o Senador Paim diz e nós estamos dizendo, são as várias reformas que tramitam conjuntamente, paralelamente. Primeiro, há esse Presidente eleito pelo Congresso Nacional – eleito pelo Congresso Nacional, porque não foi escolhido pelo povo brasileiro. Como diz o Jucá, era necessário ter alguém não eleito, para encaminhar essas propostas impopulares. Ele disse: "Uma de cada vez". Aí vêm os seus consorciados, como o PSDB, e dizem: "Não, tudo de uma vez" – porque essa ponte ou pinguela ou o que quer que seja tem um prazo curto. E, nesse prazo curto, se tem que entregar todas as reformas que o grande capital quer, que



o sistema do neoliberalismo quer. É isso. Então, tramitam – já instaladas comissões especiais na Câmara – a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

Quanto à reforma trabalhista, lá atrás, quando eles tentaram aprovar, nós conseguimos uma mobilização tão grande neste País, que eles tiveram que recuar. Aí continuou a prevalecer a Consolidação das Leis do Trabalho. Agora, novamente querem rasgar a CLT, para dizer que o negociado...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... vale mais que o legislado.

Além dessas duas reformas, vem uma terceira agora que é a regulamentação do direito de greve para o serviço público. E o que eles usam? O exemplo desses motins que estão acontecendo. Ora, os policiais militares no País, pela própria Constituição, não podem fazer greve. Então, não há que se regulamentar greve para essa categoria, não há como regulamentar direito de greve para policiais, porque eles constitucionalmente são proibidos de fazer greve. Então, para quem é, Srs. Senadores, a regulamentação? Para o conjunto dos servidores públicos, que já começa a se levantar contra essa reforma, que, diferentemente do que diz a propaganda mentirosa... Aliás, ela é oficial do Governo, que tem que dizer quanto estão gastando com essa propaganda mentirosa. Além disso, além de ser mentirosa, é um gasto que não deveria o Governo ter num momento de tanta dificuldade.

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu concluo, Sr. Presidente. *(Fora do microfone.)*

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Veja V. Ex^a: é muito grave o momento que estamos vivendo. E só há uma perspectiva, só há uma possibilidade de barrarmos isso tudo, que é a mobilização popular.

Enfim, Sr. Presidente, vou deixar esta tribuna, se V. Ex^a me permitir, fazendo a leitura do texto que abre hoje a Coluna do jornal *O Estado de S. Paulo*, a Coluna do Estadão, pela gravidade do conteúdo que lá está dito. Está da seguinte forma a Coluna, Sr. Presidente:

Em meio à escolha do novo titular da Justiça, o ministro Eliseu Padilha disse, em palestra na Caixa, que o governo escolhe seus auxiliares com base no número de votos que ele pode lhe garantir no Congresso.

Vejam os senhores.

Foi assim, relatou, com o ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP). [Abrem-se aspas] “A Saúde é de vocês, mas gostaríamos de ter um notável” [fecham-se aspas], contou ter dito...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) –

... ao PP *(Fora do microfone.)*. [Abrem-se aspas novamente] “Diz para o presidente que nosso notável é o deputado Ricardo Barros” [fecham-se aspas], respondeu a sigla. [Abrem-se aspas novamente, o Ministro Padilha diz] “Vocês garantem todos os votos do partido



nas votações?”. [Aí o Partido responde.]“Garantimos”. [E o que Eliseu Padilha responde?] “Então o Ricardo será o notável [da área da saúde].”

É assim. Eles que até ontem diziam que o governo da coalizão do Presidente Lula e o da Presidenta Dilma estavam negociando cargos. Não. O governo dividia e governava com os partidos que venceram as eleições, diferentemente deste, que governa com os partidos que tomaram o poder de quem foi eleito democraticamente. E isso é lamentável, lamentável.

Eu fico feliz, Senador Lindbergh, pois conseguimos barrar hoje a pressa na Comissão de Constituição e Justiça; pressa para aprovar o nome ao Supremo, mas não para indicar o...

(*Interrupção do som.*)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu concluo, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... novo Ministro da Justiça.

É muito grave o momento pelo que passa o País. É muito mais do que grave, muito mais do que grave, porque são reformas não apenas antidemocráticas, mas reformas que tiram o mínimo dos direitos que os trabalhadores brasileiros conquistaram nessas últimas décadas. Caso elas sejam aprovadas – e eu tenho muita esperança de que consigamos barrar essas medidas aqui, no Congresso Nacional –, caso eles consigam fazer isso, nós estaremos regredindo décadas e décadas e décadas nos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do nosso País.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Lindbergh, V. Ex^a é o próximo orador. Convido-o a ocupar a tribuna. São dez minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Ex^a, Senador Valadares, pela participação e atuação na reunião de hoje da CCJ, em que nós íamos discutir a sabatina do indicado ao STF, o Ministro Alexandre de Moraes, quando fomos surpreendidos com uma manobra para tentar fazer a sabatina no dia de amanhã, e V. Ex^a teve um papel decisivo. Digo isso aqui e o cumprimento, porque, a partir da sua declaração, os ânimos mudaram. Foi observado – e o Regimento é muito claro – que são cinco sessões a serem cumpridas depois da leitura. Então, eu queria começar parabenizando V. Ex^a.

Sr. Presidente, hoje eu subo esta tribuna para falar de um documento extremamente importante feito pela Anfip e pelo Dieese – *Previdência: reformar para excluir?* Com a participação de vários profissionais, ele foi coordenado pelo professor e economista Eduardo Fagnani e traz dados extremamente importantes sobre o tema.

Ele começa por discutir a questão das políticas de austeridade, que nós sabemos que não deram certo em lugar algum do mundo, pois desconhecem que o problema fiscal que nós estamos enfrentando decorre de frustração de receitas, porque nós estamos vivendo uma recessão, e de – boa parte – despesas financeiras: juros! Juros! Falam da Previdência, mas, em 2015, foram gastos 486 bilhões na Previdência e 505 bilhões com pagamento de juros.

Eu quero adentrar aqui em outros pontos levantados por esse importante documento da Anfip e do Dieese. São duas as premissas da reforma de Temer, ambas questionáveis: "o impacto



da demografia nas finanças da Previdência" e o chamado "déficit" e o seu "crescimento explosivo". Ambos os mitos são brilhantemente desmontados no documento da Anfip.

Em primeiro lugar, a longevidade deve ser bem-vinda e não deve ser criminalizada. Sem dúvida, deve-se reconhecer, diz o documento, "que a transformação da estrutura etária populacional impõe mudanças nas políticas públicas". No entanto, há várias maneiras de fazer essas modificações.

Para a Anfip, existem alternativas para além desse contrabando do Governo Temer, que pretende passar como "pensamento único".

O documento nomeia, por exemplo, a experiência internacional dos fundos soberanos financeiros baseados em petróleo e gás. Mesmo no caso brasileiro, deve-se observar que, já hoje, a única fonte de financiamento não é a contribuição dos trabalhadores. Como eu falei, há pouco, no aparte que fiz ao Senador Paulo Paim, o Constituinte colocou Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS/Pasep e, inclusive, loteria esportiva para pagar o seguro-desemprego. Eles estão fazendo esse debate como se não existisse isso. Isso mostra – eu vou dar os números mais à frente – que o sistema de seguridade social não é deficitário.

Para o documento da Anfip, a alternativa de longo prazo da Previdência é fazer uma transição da base de financiamento da Previdência: da base salarial, como é hoje, para a taxação de renda e riquezas financeiras.

Afirma o documento:

[...] não é razoável que as projeções do impacto da demografia sobre as contas da Previdência em 2060 sejam feitas com base em relações de trabalho que prevaleciam em 1960. Superar o desafio de financiar a Previdência social no século 21 requer, dentre outras medidas, ampliar as receitas destinadas à Previdência Social, mediante novas fontes de financiamento como a vinculação de percentuais de tributos incidentes sobre a renda e a riqueza financeira.

Eu já fiz um pronunciamento ontem aqui. Nós estamos entrando na quarta revolução industrial – aqui é biotecnologia, robótica. Nós vamos ter a diminuição dos postos de trabalho. Nós não podemos sustentar a Previdência do futuro com base apenas na contribuição de trabalhadores e empregados. É fundamental a participação do Governo. Por isso, o debate sobre a renda mínima básica é um debate que ganha força no mundo inteiro.

Passada a questão demográfica, o documento adentra no segundo tema global relevante: a questão do chamado "déficit da previdência". Na verdade, o que acontece, aqui, é uma megapedalada. Ano a ano – à exceção do ano passado, quando houve um ligeiro déficit –, a Anfip demonstra que a Previdência é superavitária. Em um dos pontos altos do documento, é desvelada a inconsistência técnica desses diagnósticos. Passo a ler o que diz o documento da Anfip:

[...] a narrativa oficial se baseia em modelos atuariais que preveem o aumento explosivo nas despesas com benefícios, sem paralelo com as receitas de contribuição no longo prazo. Estes modelos, caso existam, são guardados a sete chaves, bem longe do conhecimento público [é uma caixa-preta]. Na verdade, não se sabe absolutamente nada sobre o modelo atuarial adotado pelo governo e pelos críticos da Previdência que suportam tais projeções. Quais são as variáveis utilizadas? Quais premissas embasam a projeção de cenários para 2060? Quão acuradas são as projeções financeiras e atuariais do [...] [Regime Geral da Previdência Social] que servem de base para as profecias dos críticos da Previdência?



Um grupo de pesquisadores dedicou-se a comparar (i) as projeções contidas nas [...] [LDOs] de 2002 a 2016, com (ii) os resultados efetivamente observados, extraídos dos Anuários Estatísticos da Previdência Social, da Dataprev e do Tesouro Nacional. Foram escolhidos para o teste os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. Esse estudo, que será divulgado em breve, constatou erros de projeção na receita, na despesa e no “déficit” do [...] [Regime Geral]. Concluiu-se que os números apresentados nessas peças orçamentárias, que projetam em 2017 os resultados para 2060, são muito imprecisos, porque eles vão acumulando pressupostos duvidosos à medida que se afastam do presente.

Dada a importância crucial dessas projeções para as decisões que serão tomadas no presente, o Parlamento tem o dever de exigir que o governo abra a “caixa preta” e apresente para a sociedade os critérios utilizados para sustentar o seu discurso. Na ausência desse debate, prevalecerá a visão daqueles que, há mais de 30 anos, apontam para a “catástrofe” [...] gerada pelas contas da Previdência, com o exclusivo propósito de reduzir gastos e regredir direitos dos trabalhadores.

A partir desse ponto, uma vez esclarecidos os engodos em torno das questões do déficit e do envelhecimento, o documento alinha os pontos específicos da reforma da previdência.

Agora, observa a Anfip que o Governo Temer tem o desprazer de dizer que “a Previdência é o maior item do gasto público no Brasil”. Mentira. Ora, o maior gasto público no País são as despesas financeiras, que consomem mais de 33% do orçamento, R\$505 bilhões, de 2015.

A Anfip também desmente a tese governista de que, em termos de comparação internacional, a proporção de despesas do PIB do Brasil, em torno de 7,5%, é muito elevada. É demonstrado que muitos países desenvolvidos, com maior taxa de envelhecimento...

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... gastam em torno de 14% do PIB.

Com certeza, em relação a países em desenvolvimento, mesmo comparando com a América Latina:

[...] no Brasil mais de 80% dos idosos têm proteção na velhice, o que corresponde a duas vezes mais que a média da América Latina. Portanto, é natural que o gasto previdenciário no Brasil seja relativamente mais elevado que em nações em desenvolvimento que possuem sistemas mais restritivos.

E não se pode deixar de levar em conta, também, o peso do denominador na relação entre o gasto da Previdência e o PIB. [Este é um estudo que a Anfip demonstra neste texto.] Dado um patamar constante de gasto previdenciário, numa trajetória de crescimento da economia, essa relação se reduz [...].

Estou já concluindo, Senador, muito rapidamente aqui.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou dizendo que, você mantendo:

um patamar constante de gasto previdenciário, numa trajetória de crescimento da economia, essa relação se reduz, pela elevação da riqueza. O inverso ocorre em situações de recessão, como a que vivemos em 2015 e 2016 (retração de 3,5% do PIB [em cada



ano)). Simulações realizadas na versão completa deste documento, para o período 1995-2015, mostram que, mantendo-se constante o patamar de gastos do INSS [...], dependendo do comportamento da economia, a relação entre o gasto previdenciário e PIB pode variar entre 8,8% e 3,7% do PIB [mantendo o mesmo gasto].

A diferença é quando a economia cresce e quando a economia entra em recessão.

Concluindo, Senador Valadares – eu sei que, desculpe-me, extrapolei o meu tempo –, a reforma da previdência é um assunto muito complexo e de suma importância. Este Senado deverá esmiuçar todos os múltiplos aspectos desta reforma, não podemos fazer uma discussão apressada.

Por tudo isso, Senadoras e Senadores, vou dedicar-me, nos próximos dias, a abordar em profundidade o elenco de temas da proposta de emenda à Constituição desse Governo ilegítimo de Michel Temer. Não faltarei ao compromisso com os trabalhadores e a sociedade. Creio que esse movimento vai crescer aqui. Diferentemente da PEC 55, que é de difícil entendimento, há uma reação muito grande da sociedade, principalmente aos pontos mais sensíveis, como aposentadoria integral com 49 anos de contribuição. Isso significa que um trabalhador teria que começar a trabalhar aos 16 para se aposentar aos 65, só que todo mundo sabe que ninguém fica 49 anos empregado de forma ininterrupta, sempre você sai, há períodos em que você sai do emprego.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, nem com 65 anos você vai conseguir se aposentar com a integralidade do salário.

É maldade também o Benefício de Prestação Continuada. Quem recebe BPC é idoso e pessoa com deficiência, com a renda inferior a um quarto do salário mínimo. Pois bem, esse pessoal, agora, vai receber menos que um salário mínimo e aumentaram a idade para 70 anos.

Eu acho, sinceramente, que a sociedade brasileira vai levantar-se e, com o povo se levantando, nós vamos ter condições aqui de barrar esta reforma da previdência no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, agradeço a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Anunciarei, agora, os próximos oradores.

Comunicação inadiável, Senador Eduardo Amorim; em seguida, como orador inscrito, Senador José Aníbal; e o Senador Humberto Costa, como Líder.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colega ilustre Senador sergipano, Senador Valadares, que, neste momento, também ocupa um lugar à Mesa; o meu grande amigo, colega e Senador, nosso suplente, Senador Kaká, que vem lá de Canindé de São Francisco, Alto Sertão Sergipano, portanto uma Mesa, neste momento, muito privilegiada para todos nós, especialmente para o povo sergipano, com dois sergipanos ocupando as cadeiras da Mesa do Senado.

Quero aqui registrar, também, no plenário, com muito orgulho, a presença do Prefeito de Estância, cidade do Estado de Sergipe, conhecida como a Cidade Jardim do nosso Estado, o Prefeito Gilson Andrade. Obrigado, Gilson, pela sua presença, venha sempre a esta Casa.

Sr. Presidente, colegas Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, diante dos lamentáveis fatos ocorridos no Estado



do Espírito Santo, mais uma vez venho alertar a Nação sobre a situação também caótica em que se encontra o meu Estado, o Estado de Sergipe.

Vergonhosamente o atual Governo deixou o Estado ao deus-dará. É o Governo da omissão. Os servidores públicos amargam um atraso salarial, amargam um 13º salário parcelado; e a educação, a saúde, a segurança pública, infelizmente, em péssimas condições.

Nasci em um Estado ordeiro, em um Estado pacífico. Hoje vivo em um Estado, infelizmente, pelo desgoverno que lá está, extremamente violento, a ponto de a 10ª edição do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* indicar Sergipe como o Estado, proporcionalmente falando, mais violento do Brasil, algo inimaginável, Senador Kaká, para o nosso Estado e para todos nós sergipanos.

Ao sucatear todo o Estado, ao atrasar salários, ao deixar obras paradas e não pagar os fornecedores, o Governo busca justificativas para vender as empresas públicas que ainda restam, as poucas empresas públicas que ainda têm algum valor de mercado. Falo da Deso, do Banese e da Sergas, porque as outras 20 empresas infelizmente também apresentam um sucateamento extremo, mas infelizmente não têm nenhum valor de mercado.

Querem buscar meios para ter dinheiro, enquanto o povo amarga o caos administrativo.

Então, para onde vai tanto dinheiro? Porque, como já disse aqui o Senador Valadares em outros momentos, o Governo recebeu, no final do ano, mais de 300 milhões da repatriação e não colocou em dia o salário do servidor público, não pagou o 13º. O que fez com essa montanha de dinheiro? Empréstimos do ProRedes, do Proinveste, dinheiro retirado das contas judiciais, dinheiro retirado da previdência do Estado, do Funprev. Para onde foi tanto recurso, tanto suor, tanto trabalho do povo sergipano?

Nem mesmo os trabalhadores de hoje e futuros aposentados de amanhã, Senador Valadares, Presidente da sessão neste momento, têm mais segurança nenhuma. Eles estão trabalhando, estão depositando o seu suor numa conta, para que depois, no momento oportuno, possam ter a sua aposentadoria. Mas eles não têm nenhuma segurança mais. Onde estão todos esses recursos?

Lamentavelmente o grupo político...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ...que acompanha o meu Estado há mais de dez anos vai levando para o fundo do poço todas as contas públicas estaduais. O sucateamento das empresas é preocupante. Daqui desta tribuna eu já denunciei que, de 2007 a 2014, a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) teve um aumento da sua dívida em mais de 2000% – em mais de 2000%! –, um verdadeiro atestado de incompetência e de irresponsabilidade com o dinheiro público e com a empresa pública, um total desrespeito com a empresa que, há vários anos, leva água para as casas dos sergipanos e que, sobretudo, cumpre uma missão social muito importante.

Outro grave ponto são as obras iniciadas e abandonadas, que seguem um passo extremamente lento, que perturbam o convívio social em nosso Estado. São ruas esburacadas pela capital e pelo interior do Estado, obras abandonadas, transformadas em verdadeiros elefantes brancos, estações de tratamento...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ...totalmente arcaicas, cidades do interior com péssimos serviços, cidadãos que passam cerca de dez dias sem



águas nas torneiras, sem manutenção na rede de distribuição, extremamente mal feita, serviços de empresas terceirizadas, sem nenhuma supervisão.

Sr. Presidente, colegas Senadores, a total falta de planejamento e o descompromisso com a estrutura patrimonial da empresa são assustadores. Ficamos mais perplexos ao saber que tudo isso pode ser parte de um plano para a privatização da Companhia de Saneamento de Sergipe. Não é de se assustar que, por exemplo, entre a coleta e a distribuição de água em Sergipe, a empresa desperdice quase 60% do volume de água captada, Senador Valadares. São diversos problemas de falta de correção, fiscalização e manutenção dos equipamentos e de tubulações em todo o nosso Estado.

O maior caso em que vivemos isso – presenciamos isso – foi a queda da ponte...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ...ainda na década de 30, que servia para a passagem da tubulação que trazia a água do São Francisco para a grande capital. Por falta de manutenção, realmente a ponte veio a cair, deixando desabastecida por alguns dias toda a capital sergipana. Total descaso.

Segundo a Direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Sergipe, os trabalhadores da Deso não conseguem prestar um melhor serviço à população por falta de mais investimento nas unidades da companhia, onde faltam até materiais básicos necessários para o trabalho de ligação, corte, religação e retirada de vazamentos de água, entre outros problemas existentes.

Senador Kaká, por conta dessa situação, parte da população não está satisfeita com o serviço prestado pela Deso. É verdade. Está claro que esse desmonte, esse descaso são propositais, Senador Valadares...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... a fim de colocar a população contra a Deso e contra o seu quadro de trabalhadores.

É um desrespeito, Sr. Presidente, com o povo sergipano.

O BNDES lançou edital para que fossem feitos estudos sobre modelos possíveis a serem adotados em substituição à atuação das empresas estatais na prestação de serviço de saneamento, além da ampliação das redes. De acordo com o BNDES, 18 Estados manifestaram interesse no programa de desestatização do serviço de saneamento – entre eles, infelizmente, Sergipe. Agora, o desgoverno de Sergipe, através da Agrese (Agência Reguladora de Serviços Públicos), lançou edital de chamada pública, divulgado no *Diário Oficial do Estado* de 18 de janeiro de 2017. Através desse procedimento esdrúxulo, o Governo tenta, por meio de um consórcio de empresas, escolhidas a seu único e exclusivo critério...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... estabelecer regras (*Fora do microfone.*) para transferir os serviços públicos de água e esgotamento sanitário, sem o devido processo legal.

É o tempo da ditadura retornando a Sergipe.

A bem da verdade, a Agrese não tem legitimidade para tal proposição, pois o poder concedente é do Município, sendo a companhia uma delegatária do serviço público que vem sendo



prestado há quase 50 anos. A quem interessa tal manobra? A quem interessa este total desgoverno?

Que fique registrado que esse Governo que lá está criou e multiplicou uma enorme dívida pública. O Estado de Sergipe devia, em 2008, R\$829 milhões. Essa mesma dívida já está superior a R\$ 6 bilhões, com juros superiores a 18% ao ano. Esse Governo foi o causador deste rombo financeiro no nosso Estado. É o pior Governo de toda a nossa história, de quase 200 anos de emancipação política do nosso Estado. É o Governo da mentira, da violência e da enganação.

Em tempos de crise, Sr. Presidente, colegas Senadores, Senador Valadares, Senador Kaká, em tempos de crise seria importante o Governo de Sergipe diminuir o número de secretarias, efetivamente; fazer as economias necessárias; gastar melhor os recursos públicos. O que nós estamos vendo é um verdadeiro aumento para a acomodação de apadrinhados políticos, gente derrotada, gente que realmente o Governo busca.

Não se admite mais uma máquina inchada, com milhares de cargos comissionados e neoaliados que visam, única e exclusivamente, aos interesses particulares. O bolo está sendo fatiado com esses aliados, e, para o povo sergipano, não sobram nem as migalhas, Senador Kaká.

O governador do Estado precisa deixar os interesses próprios de lado e preocupar-se mais com a população do nosso Estado, que não tem saúde, que não tem educação...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – ... que não tem segurança, e deixará de ter saneamento básico.

Sucatear uma empresa pública como a Deso e fazer com que os seus servidores e o povo tenham futuro incerto, é a prova de um comando fraco e desrespeitoso.

Saber investir o dinheiro público em retorno eficiente para toda a população é fundamental. Mas, infelizmente, ao que assistimos e – o que é pior – o que sofremos é um desgoverno, é um Governo incompetente, é um Governo da omissão.

E a prova maior de todos esses casos, Senador Valadares, é a obra do Hospital do Câncer, que até hoje não foi iniciada. Vai ser iniciada, sim, porque o dinheiro está na conta, graças ao trabalho do senhor, ao nosso e ao da nossa Bancada, que pediu ao Governo Federal que o depositasse para que o povo sergipano não continuasse morrendo pela ausência do poder, pela ausência da saúde pública no nosso Estado.

Muito obrigado, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador José Aníbal, próximo orador inscrito.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores, Senadora, eu estava ouvindo, há pouco aqui, o Senador Lindbergh e vou fazer uma observação sobre a fala dele.

O Brasil – e especialmente o Congresso Nacional, que colaborou com isso de uma forma decidida ao longo de oito meses – começa a se levantar de um momento muito difícil que coincidiu com o *impeachment* da Presidente. O Brasil começa a dar sinais de que estamos entrando num período que pode ser muito virtuoso do ponto de vista do emprego, da renda, do crescimento da economia. Temos avançado bem nessa direção. Já votamos, nesses meses, a nova lei do pré-sal, a DRU, o Simples, a PEC do teto e quanta coisa mais. E, agora, neste ano, já votamos a Medida Provisória do Ensino Médio.



Os sinais, inclusive numéricos, são muito eloquentes. A inflação caiu hoje, com relação há oito meses, pela metade: ela era de dez ponto alguma coisa e hoje está projetada para cinco. Estamos nos aproximando rapidamente do tal centro da meta.

A taxa Selic também já caiu, mas está na hora de cair com mais intensidade. Quando assumiu o Presidente Temer, a Selic estava 14,25%, e os juros eram de dez e alguma coisa; a diferença entre os dois era de 4%. Hoje, com uma Selic de 13% – a tal taxa de juros – e com uma inflação chegando a 5%, temos aí uma diferença de oitos pontos, abrindo caminho para que, efetivamente, o Banco Central faça – e certamente, vai fazer, já deu indicações – uma intensificação de redução da Selic. O Brasil tem que alcançar, já em meados deste ano, uma taxa de juros que seja de um dígito, e não mais acima de 10%.

São sinais fortes na economia. Agora mesmo, o Governo está criando uma política de seguro cambial que, certamente, vai favorecer o investimento, vai favorecer a decisão de participar de leilões que vão ser realizados agora no mês de março.

Na política, Sr. Presidente, os avanços são mais lentos. No entanto, este Congresso – a Câmara e nós aqui no Senado –, com todas essas situações, as apurações em curso sobre corrupção, desvio de dinheiro público, a Lava Jato, tudo isso que nós queremos que continue – que é também o querer da sociedade –, tudo isso, no entanto, não deve impactar ou, pior, inviabilizar a nossa agenda. Nós temos de continuar na nossa agenda. Nós temos as reformas para votar, nós temos matérias importantes.

É por isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer aqui um apelo ao Senador Lindbergh e à oposição de um modo geral. Eu vi o Senador Lindbergh dizer que o problema do Brasil é frustração de receita. Olha, num certo sentido, o Senador até tem razão: quer dizer, caiu a receita. É claro que caiu a receita! O País foi jogado numa crise profunda. O PIB, a produção do País, o Produto Interno do País caiu 9%. Isso, com relação ao nosso PIB total, é algo como R\$0,5 trilhão que foi perdido. É claro que não foi só R\$0,5 trilhão, mas o que perdemos de emprego, de renda, de oportunidades. E, claro, as receitas caíram. Mas a facilidade com que o Senador diz: "privação, frustração de receita". Frustração de receita, não! O Brasil quase quebrou, e as receitas caíram. Agora, nós temos que reativar a economia brasileira; e é naquilo que estamos empenhados e com resultados muito efetivos.

Agora, de outro lado, o Senador colocou a questão dos juros, como se esse não fosse um problema que diz respeito ao Partido do Senador, ao PT. A Presidente, quando foi afastada do poder, entregou-nos uma taxa de juros de 14,25%. Esse crescimento exponencial da dívida pública e esses juros estratosféricos a que ela levou o País causaram esse aumento da dívida pública brutal e, conseqüentemente, do déficit.

Bom, mas isso – pode se dizer que isso – é conflito de Plenário. O que não pode ser conflito de Plenário, de posições distintas, são os números da Previdência. E é esse o apelo que vou fazer ao Senador Lindbergh e à oposição.

Nós estamos tratando de um assunto muito sério, que não pode ser tratado com números que não se sabe de onde vêm. O Senador Lindbergh, inclusive, disse isso aqui. Pois a nossa disposição, nós que estamos nos partidos que dão sustentação ao Governo, é de fazer um debate aberto, franco – não vai no grito.

O Senador chegou a dizer aqui, a citar uma Anfib ou Andib, e o Dieese e, no fundo, não precisa fazer a reforma da previdência no Brasil. Bom, eu tenho uma visão completamente distinta do Senador e dessas entidades. Eu acho que eles fazem uma análise que não tem fundamento na realidade. Não tem fundamento nos números que temos e que eles devem ter também ou podem ter – eu vou deixar esse documento feito pelo Instituto Teotônio Vilela, o



instituto do PSDB do qual sou Presidente –, mostrando que, em 2015, Senador Valadares, o resultado da previdência do INSS foi uma receita equivalente a 5,9% do PIB e uma despesa de 7,4%. Então, houve um déficit de 1,5% do PIB, equivalente ao PIB. Um volume de recursos muito expressivo. Os servidores da União arrecadaram 0,4% do PIB, e a despesa com eles foi de 1,7%. Então, houve mais 1,3% de déficit.

Eu sei que isso é muito chato, ficar falando desses números. Os servidores dos Estados e Municípios arrecadaram 1,2% do PIB, e a despesa foi de 2,1%. O total do déficit foi quase 4% do PIB. Isso é número! E vem dizer que não tem problema a Previdência?

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex^a concede aparte, Senador Aníbal?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Concedo.

Eu só queria insistir nesse ponto, Senadora Vanessa. Eu proponho que a gente faça – inclusive que não seja aqui na tribuna, necessariamente – uma reunião conjunta, trazermos especialistas, dois ou três de cada lado, de cada posição, para confrontarmos e nos pormos de acordo sobre os números. Porque eu fico imaginando o telespectador que está nos vendo, o cidadão que nos vê, a sociedade que nos vê, o aposentado ou aquele que vai se aposentar. Ele diz: "Mas em quem vou acreditar?". Não é?

Concedo o aparte à Senadora.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço e, desde já, quero dizer que concordo com V. Ex^a sobre a necessidade, Senador, de colocarmos os números à mesa.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Isso.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – De colocarmos os números à mesa para que a população não seja ludibriada...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... porque o pior dos caminhos é tratar a população com desdém, utilizando números falsos. Então, o que nós questionamos muito... E, de fato, nós questionamos.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Claro.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque, pelos números que nós temos, não há déficit da Previdência. Porque a Previdência, no Brasil, constitucionalmente, faz parte do sistema de seguridade social: previdência, saúde e assistência social, e que têm financiamentos específicos. E o que nós levantamos? Se os recursos não fossem desviados, não haveria déficit. Então, onde nós temos que mexer? Tirar o direito ou trazer de volta o recurso que é desviado? Aqui mesmo, e esse dado foi publicado em todos os jornais. Acho que este aqui é o jornal *O Estado de S. Paulo*, recentemente, do final do ano passado, 11 de dezembro, que mostra que somente as entidades filantrópicas tiram dos cofres da Previdência, do sistema de seguridade social, mais de 14 bilhões.

(Soa a campanha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, o que nós temos questionamos é se é justo, Senador, penalizar o pobre do coitado, trabalhador, trabalhadora, enquanto esses absurdos que ocorrem na Previdência, inclusive a não contribuição, a sonegação, continuem aí, sem que o Governo se preocupe com isso.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora.



A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Nós temos aí já um ponto de convergência. Especialmente eu sou totalmente a favor de acabar com essa isenção a entidades filantrópicas, porque isso é um dinheiro que vai para o pagamento das aposentadorias, vai ajudar a dar sustentabilidade ao sistema, confiança ao trabalhador de que, quando aposentar, ele vai receber a sua aposentadoria.

Então, nós já temos aí um ponto de convergência. Podemos ter outros. Podemos fazer um sistema mais apurado de combate à sonegação. Mas, de qualquer maneira, o sistema como está não tem chance de se sustentar. O que eu proponho é isso, que a gente se ponha de acordo em números.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu finalizo dando um dado: o Brasil tem a mesma despesa, em proporção do PIB – do Produto Interno Bruto –, a mesma despesa previdenciária que tem a Alemanha. E a Alemanha tem 27 milhões de pessoas com mais de 60 anos, e o Brasil tem apenas 10 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Ou seja, isso é um indicativo de que nós estamos operando no limite do limite.

Mas, voltando à minha fala inicial, Sr. Presidente, o que eu quis dizer é que o avanço econômico está evidente, as perspectivas melhoram, mas os embates políticos, as apurações que são necessárias, a reflexão sobre mudanças na legislação político-eleitoral vão continuar seu curso, e nós estaremos empenhados em que isso não constanja essa retomada da economia e não crie dificuldades para que...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ...nós trabalhemos a nossa agenda, tanto no Senado, como na Câmara.

Sr. Presidente Reguffe, muito obrigado pelo tempo.

(Durante o discurso do Sr. José Aníbal, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador José Aníbal.

Convido para fazer uso da palavra, como Líder inscrito, o Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado.

Eu gostaria, inicialmente, de registrar que estou tentando, de todas as formas, estabelecer um diálogo com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia, e com Líderes partidários daquela Casa, para que seja colocada em votação, em regime de urgência, a minha proposta de decreto legislativo que proíbe as companhias aéreas de cobrarem por bagagem despachada.

Essa decisão da Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, é um verdadeiro escárnio com a sociedade brasileira, um abuso praticado contra o consumidor.

Este Senado aprovou, por unanimidade e imediatamente, esse meu projeto, mas ele segue parado na Câmara, às vésperas da data de essa nova norma entrar em vigor, que é o próximo dia 14 de março.



Então, quero aqui apelar à Câmara dos Deputados para que, em favor da população, aprove esse decreto legislativo e impeça que essa resolução abusiva da Anac comece a produzir efeitos nocivos sobre os brasileiros, que já pagam valores extorsivos por passagens e agora correm o risco de serem ainda mais onerados em razão de um claro conluio entre uma agência reguladora, que deveria zelar pelo direito dos consumidores, e as empresas aéreas.

Peço, inclusive, àqueles que nos acompanham que façam pressão sobre o Presidente da Casa e sobre os Parlamentares para que essa votação aconteça.

Mas, Sr. Presidente, o meu tema principal de hoje é a crise de segurança pública extremamente perigosa que nós estamos vivendo em todo o País. Não bastassem os terríveis problemas econômicos e sociais em que este Governo que aí está mergulhou o Brasil, a população vem sendo vítima de um risco real de conflagração das polícias militares em todas as unidades da Federação.

Está aí o Espírito Santo, que ainda não driblou a grave insurgência que tem enfrentado na sua Polícia Militar, em um movimento que já se arrasta há três semanas e deixou para trás um rastro de centenas de homicídios, saques e depredações de propriedades públicas e privadas.

O novo foco de convulsão agora é o Rio de Janeiro, um Estado que já vive uma situação caótica nessa área com as polícias operando na normalidade. Imaginem com as Polícias Militares, com os PMs amotinados nos quartéis, se recusando a garantir a ordem nas ruas.

E o que faz o Governo Federal? O Presidente não eleito da República, como é de sua natureza fraca e pusilânime, esconde-se no Palácio do Planalto, acuado. Só foi capaz de aparecer no fim de semana, após muitas críticas, mais de duas semanas depois do início dessa crise que assombra todo o País.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E onde está o Ministro da Justiça para cuidar de assuntos interiores dessa gravidade? Está licenciado para tratar da própria candidatura ao Supremo Tribunal Federal, percorrendo gabinetes aqui do Senado em busca de apoio. Abandonou o comando do Ministério para tratar de temas de interesses particulares.

E quem anda pelo Brasil para tentar dar um ar de normalidade a um cenário extremamente explosivo, como o que vivemos agora, é a figura atrapalhada do Ministro da Defesa, que, neste Governo patético e atabalhado, virou um arremedo de secretário de segurança pública do País.

É muito amorismo para enfrentar um quadro de tamanha gravidade.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço um pouquinho de tolerância de V. Ex^a e agradeço.

É muito amorismo para enfrentar um quadro de tamanha gravidade.

Ao Rio de Janeiro, por exemplo, foi anunciado que as Forças Armadas garantiriam a lei e a ordem até março, depois do período de Carnaval, quando milhares de turistas estarão no Estado, que é um cartão postal do Brasil. Hoje, somos surpreendidos com um decreto publicado no Diário Oficial que garante os efetivos somente até quinta-feira da semana que vem. Ou seja, as tropas federais findam a presença antes do Carnaval, o que coloca em risco toda a programação do Estado, dado o medo da violência grassar pelas ruas com eventual ausência da PM.



É um comportamento típico deste Governo: uma hora, diz que vai fazer algo e, pouco tempo depois, volta atrás naquilo que disse. É claudicante, é indeciso, não tem clareza sobre nada do que faz. Coerência e determinação mesmo, este Governo só tem para blindar aliados e destruir direitos e conquistas dos brasileiros.

Quero externar aqui minha especial preocupação com o quadro da segurança pública no Estado de Pernambuco, que se encontra em situação tensa. O Pacto pela Vida, um exitoso programa lançado em 2007, está praticamente inativo. Não é mais capaz de fazer face ao terror que vitima a população. O Estado está hoje lançado no pior quadro de violência dos últimos dez anos.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Somente no ano passado, foram registrados mais de 4,4 mil homicídios em Pernambuco. São mais de 12 mortes violentas por dia. A média é de 47 assassinatos para cada 100 mil habitantes, e a ONU estabelece esse índice em no máximo dez. A cada 134 pessoas que morrem vítimas da violência no mundo, uma foi em Pernambuco. É um quadro de guerra civil.

Agora, temos lá um movimento de policiais militares que preocupa muito a nossa população. É um rastilho de pólvora que corre o País inteiro e deixa os governadores encurralados, dada a imensa inação do Poder Federal para auxiliar os Estados em um momento de crise como este.

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço. Só um minuto.

Então, é extremamente necessário agir de forma imediata para criar um dispositivo nacional de solução desse problema crônico.

As prisões, as demissões de policiais e o envio de tropas da Força Nacional ou das Forças Armadas não são soluções permanentes ou pacificadoras. São paliativos, são remendos feitos por este Governo incompetente, que vão estourar a qualquer momento.

Portanto, Sr. Presidente, ou reestruturamos esse sistema em definitivo ou vamos ver, muito em breve, uma ruptura institucional de elevada gravidade, com consequências sociais de grau e extensão inimagináveis. E o culpado não será outro senão este Governo inepto de Michel Temer, que...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... incompetente para lidar com crises que muitas vezes ele mesmo produz, não consegue resolvê-las. Ao contrário, é mestre em aprofundá-las.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB, do Rio Grande do Norte.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Reguffe, da nossa representação de Brasília, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Humberto Costa acaba de abordar o problema da segurança pública no



Brasil. E o Senador Humberto Costa manifestou uma preocupação que eu também venho manifestar, sendo que a sua visão a respeito do enfrentamento desta situação é oposta à minha com relação às providências tomadas pelo Governo Michel Temer. Creio, Sr. Presidente, que o Governo do Presidente Michel Temer tomou as providências mais adequadas, na medida em que a situação foi se agravando em algumas unidades da Federação.

Mas o discurso que eu quero fazer aqui tem como tema a segurança, como já disse, mas tem o propósito de fazer uma homenagem aqui à lucidez de como o ex-Senador Geraldo Melo vem abordando o problema do nosso Estado, através de artigos publicados no jornal *Tribuna do Norte*, que é o jornal de maior circulação no Estado.

Todos aqui conhecem o Senador Geraldo Melo, que foi Vice-Presidente do Senado Federal quando a Presidência, Senador Reguffe, era ocupada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. E o Senador Geraldo Melo teve uma trajetória brilhante aqui, no Senado Federal, ocupando posições de liderança, foi Líder do PSDB.

Eu queria dizer que, diariamente, veículos de todo o País retratam, em seu noticiário, situações que comprovam que o Brasil está em guerra. Hoje, por exemplo, entre tantas manchetes semelhantes, selecionei algumas para ilustrar essa afirmação.

"Chega a dez o número de ônibus incendiados na Região Metropolitana de Belo Horizonte", isso para não falar, Sr. Presidente, dos ônibus que foram incendiados no Rio Grande do Norte, por ocasião da rebelião – que eu não chamaria só de rebelião, mas sobretudo de crime organizado – que tomou conta, durante alguns dias, da principal penitenciária do nosso Estado.

Enquanto o País continua em ebulição, o Rio Grande do Norte parece – parece –, Sr. Presidente, ter retornado a um clima de aparente normalidade na situação do seu sistema penitenciário e da segurança pública. Mas nós sabemos, Senador Otto Alencar, Senador Hélio José, que essa trégua infelizmente pode ser temporária; nem de longe significa que os nossos problemas estão resolvidos ou que a situação de caos e terror que o Estado viveu recentemente deve ser esquecida. Muito pelo contrário, o Poder Público tem que trabalhar arduamente para cumprir sua tarefa de garantir a tranquilidade da população.

E aí é que vem a contribuição do ex-Senador Geraldo Melo, no sentido de que possamos aprofundar, nesta Casa, o debate sobre a verdadeira guerra que tomou conta das ruas do nosso País.

Geraldo Melo abriu a sua contribuição, no seu primeiro artigo da *Tribuna do Norte*, com a seguinte afirmação:

Em uma situação de guerra, não adianta continuar fingindo que a segurança pública está ameaçada apenas pelos presídios.

Não é força de expressão dizer-se, como tenho dito, que estamos em guerra. Em uma situação que não apenas justifica mas exige a presença das Forças Armadas em uma grande operação nacional de combate ao crime organizado, que, como tudo indica, o Presidente Temer parece decidido a desencadear.

Geraldo Melo foi, ainda, preciso numa constatação: infelizmente a situação é de tal gravidade que medidas extraordinárias precisam ser tomadas para que o Poder Público retome o controle da situação em sua plenitude.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Garibaldi, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Pois não, Senador Otto Alencar.



O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu ouço com atenção a explanação de V. Ex^a a respeito da questão da violência, da violência que agora tomou uma proporção muito grande. Mas as causas dela não são recentes. Nós já tivemos casos parecidos com o que aconteceu no Rio Grande do Norte, com o que aconteceu agora no Espírito Santo e aconteceu no Rio de Janeiro. O símbolo dessa violência nos presídios aconteceu no maior Estado, no Estado mais rico da Federação, que é o Estado de São Paulo, com aquela situação do Carandiru, onde várias vidas foram ceifadas, inclusive, pela própria Polícia Militar, violência gerando violência. Creio que é muito correta a avaliação de V. Ex^a, condizente com o momento atual e com o que pensa o ex-Senador Geraldo Melo, que foi Vice-Presidente aqui do nosso conterrâneo o Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu vi aqui, convivi e conheço bem a história do ex-Governador, do ex-Vice-Governador, do Governador e Senador Geraldo Melo, do Estado do Rio Grande do Norte. Sei das preocupações dele. É um homem público de conduta sempre ilibada, de compromisso social relevante com o Rio Grande do Norte e com o Brasil. Concordo plenamente com o que ele fala aí: essa questão da violência não se restringe apenas aos presídios. Eu conversei, ano passado, quando fui relator setorial do Orçamento da Defesa, com o Comandante do Exército, o General Eduardo Villas Bôas, com o Comandante da Marinha e da Aeronáutica. E naquela época, o Comandante do Exército, General Villas Bôas, me disse que comandou um período, no Rio de Janeiro, aquela situação das favelas.

(Soa a campainha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Houve aquela incursão para conter a violência nas favelas do Rio de Janeiro. E ele me disse exatamente que a violência não está só nos presídios e que, no Rio de Janeiro, como em outras grandes capitais, iria explodir a violência pela falta de controle do tráfico de drogas. Uma das coisas mais importantes que pode acontecer neste País é o Governo Federal tomar consciência de que tem que investir nas Forças Armadas para controlar as fronteiras de ar, de mar e de terra para a droga não entrar no Brasil. O Brasil não produz cocaína, não produz craque, mas é um país hoje em que essas drogas entram com muita facilidade. A violência está hoje nessa situação e, a cada dia que passa, ela se especializa mais. Eu nunca pensei, em toda a minha vida, que uma greve de Polícia Militar pudesse ser continuada ou acabada de acordo com o humor das esposas dos militares. Nunca pensei, em toda a minha vida, numa situação dessas. Imaginem se tivermos uma guerra civil ou uma guerra mundial e quem vai dirigi-las, quem vai decidir se elas vão acabar ou não sejam as esposas, que, na minha opinião, conhecem muito da situação social dos maridos, dessa questão salarial, que realmente é pouca, mas que devem ter um mínimo de sensibilidade para não permitir, de maneira nenhuma, que as forças de segurança, no caso a Polícia Militar, saiam das ruas para que cento e tantas pessoas sejam assassinadas em menos de quatro, cinco dias. Então, essa é a situação de que o Governo Federal tem de tomar consciência e os governadores também. Dessa forma, eu acho que está muito bem colocado o artigo do nobre Senador Geraldo Melo, que deixou uma história de vida construída dentro dos padrões da ética, do decoro e do compromisso social.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Otto Alencar pelo depoimento de quem já esteve à frente do Governo do Estado da Bahia e sabe muito bem avaliar a gravidade dessa situação.

Eu diria mesmo, claro, nós estamos tratando aqui de uma verdadeira guerra que existe hoje no Brasil, e, para isso, é que o ex-Senador Geraldo Melo chama a atenção de todos, escrevendo que, a partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um novo ciclo da história



de guerras. Ele registrou – o Senador Geraldo Melo – que primeiro veio a chamada Guerra Fria e, depois, após a queda do Muro de Berlim, houve uma mudança geopolítica radical. Desde então, o cenário de guerra mundo afora passou a ser muito parecido com o que temos hoje no Brasil.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador Garibaldi, quando puder, eu gostaria de um aparte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Pois não, é só para concluir aqui esse trecho do artigo do Senador Geraldo Melo, e eu terei, com a permissão do Presidente Reguffe, a satisfação de ouvi-lo: "Já não temos mais conflitos entre países. Já não temos mais exércitos diferentes, com fardas diferentes, comandos diferentes, enfrentando-se nos campos de batalha. Não temos mais os tratados de Genebra [...]." Nós temos agora, Senador Raimundo Lira, segundo diz o nosso ex-colega aqui, Senador Geraldo Melo, nós temos fatos que ocorrem nas ruas de Natal e nas ruas de qualquer capital do nosso País, com as mesmas características de surpresa, sangue frio, brutalidade e covardia, como se verificaram nas grandes guerras do passado.

Concedo a palavra, o aparte, ao Senador Raimundo Lira.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Sr. Presidente, Senador Reguffe, Senador Garibaldi, essa questão da segurança do Brasil...

(Soa a campanha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... é um assunto que vem crescendo, crescendo, crescendo por ano, ano, ano, décadas, e o Brasil não tem feito um esforço no sentido de conter o crescimento da violência. Cada pessoa, cada especialista, cada intelectual, cada jurista tem sua tese, mas nós não encontramos uma fórmula que atenda o interesse da população brasileira com relação ao assunto da violência. Eu já disse aqui que, se, há 20 anos, o Brasil tivesse atendido os anseios da população, não de minorias, não de corporações, mas tivesse feito uma reforma no Código Penal e no Código de Processo Penal, com muito rigor...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... para que eles passassem, o Código Penal e o Código Processo Penal, para que eles passassem a ser instrumentos preventivos da violência... Um Código Penal rigoroso reduz a violência da polícia e dá eficiência à polícia, porque veja a situação de um policial que é pai de família, como nós, que tem irmão, que tem mãe, que tem esposa, que tem filhos... Ele prende um meliante por um crime. Depois ele prende o mesmo meliante pelo mesmo crime, arriscando a sua vida. Depois ele prende a quinta, a sexta, a oitava, a décima vez o mesmo meliante que está cometendo o mesmo crime. Então, isso é um desestímulo muito grande para o policial que é cidadão como nós. Então, isso tira a eficiência. Da mesma forma, às vezes, o juiz, um homem consciente, defensor da população, ele é obrigado a dar liberdade a um meliante que cometeu um crime, e o juiz sabe que ele vai cometer novamente aquele crime, mas ele não tem amparo no Código de Processo Penal para manter aquele indivíduo nas prisões. Se nós tivéssemos, repito, feito uma reforma há 20 anos, há 25 anos atrás...

(Soa a campanha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... possivelmente nós tivéssemos hoje, Senador Garibaldi, 40% a 50% da população carcerária que o Brasil tem hoje, que é uma coisa, um problema muito grande que o Brasil tem para resolver. Então, esses dois instrumentos precisam ser preventivos, como nós temos hoje, na modernidade, a chamada Medicina Preventiva. Eu me



lembro muito bem, e V. Ex^a se lembra muito bem, que, na década de 70, o Brasil todo falava do crime organizado do Rio de Janeiro. Então, só existia crime organizado no Rio de Janeiro. Então, era o momento de o Brasil abafar o fortalecimento dessas organizações criminosas. E, no entanto, nós deixamos que se alastrassem pelo Brasil. Então, hoje há crime organizado no Brasil todo. Da mesma forma, quando surgiu o *crack*, ele foi se alastrando, ano a ano, paulatinamente...

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... e hoje existe o tráfico e o consumo de *crack* em cidades pequenas do interior em todo o País. Outro dia eu vi um comandante da Polícia Militar dizer que uma cidade com 60 mil habitantes já tinha mil pontos de vendas de *crack*. Então, nós não cuidamos das coisas com a antecedência com que nós deveríamos ter feito. E isso não é culpa de um governo. Isso é responsabilidade de todos os governantes que passaram. Eu vou aqui dar um outro exemplo. Na década de 90, a cidade de Miami recebia 25 milhões de turistas por ano, e tinha mais de 1 milhão de empregos diretamente ligados ao setor turístico, que é a empresa, que é a atividade industrial do turismo, a prestação de serviço mais fácil, a que exige menos investimentos é o turismo, porque a própria iniciativa privada cuida de fazer a estrutura de turismo e de criar os empregos. Os veículos que eram alugados das locadoras para os turistas tinham uma identificação na placa diferente que nós não identificávamos, mas o bandido identificava. E começou a haver assaltos aos veículos dos turistas, principalmente alguns que eventualmente entravam em algumas áreas que não deveriam, áreas de maior presença de meliantes. Muito bem, num determinado momento, na década de 90, um assaltante assassinou uma turista alemã. Então, o Estado da Flórida se mobilizou e aprovou, com rapidez, a chamada Lei dos Três Crimes, ou seja, o cara roubava um carro, havia um crime; roubava o segundo, havia outro; mas, quando roubava o terceiro...

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... ele pegava a pena máxima, que é de, no caso da Flórida, prisão perpétua. E o que aconteceu? Acabou. Deixou de haver assalto a turista na Flórida. Se eles adotassem a mesma estratégia do Brasil, de deixar 10, 15, 20, 30, 40, 50 anos o mesmo problema crescer e se alastrar, hoje, possivelmente, a cidade já teria perdido 20 milhões de turistas; já teria perdido 500, 600, e 700 mil empregos diretos; a cidade teria virado uma cidade fantasma, porque ela vive do turismo, e não teria resolvido o seu problema. E teve tanto sucesso a chamada Lei dos Três Crimes, Senador Reguffe, que hoje ela existe em quase 20 Estados americanos, foi aprovada em quase 20 Estados americanos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Eu não quero alongar mais a minha conversa aqui, porque é apenas um aparte. Daí dá para fazer um novo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... raciocínio *(Fora do microfone.)* exatamente para dizer qual o efeito que essa lei teve nos Estados Unidos. Então, nós precisamos, Senador Garibaldi, resolver os problemas, como meu pai dizia, com rapidez, mas sem pressa, para que a solução seja sempre melhor. E nós temos crescendo no Brasil o chamado cangaço moderno, o novo cangaço. Então, já há mais de 10 ou 15 anos eles estão explodindo agências bancárias, e nós não tomamos nenhuma providência, como Getúlio tomou em 1938, quando sufocou o bando de



Lampião, em Angico, Sergipe. Então, as cidades do interior estão ficando sem agências bancárias, porque os bancos não aguentam mais, não estão mais reformando. Reforma-se uma vez, explodem; reforma-se a segunda, explodem; reforma-se a terceira, explodem. Então, as cidades pequenas estão com uma tendência de se esvaziar, migrando as pessoas de maior poder aquisitivo para as capitais, abandonando as cidades do interior. E nós deixamos, mais uma vez, de prestigiar os Municípios. Faz anos que o Brasil verifica que estão incendiando ônibus. Quando houve aquele drama em São Luís, em que assassinaram e queimaram uma senhora e uma criança, eu disse: agora é o momento de resolver. Não foi resolvido. Então, tinha que haver uma pena forte, inclusive, considerar que quem cometeu um delito usando fogo ou explosivo deveria ser enquadrado no crime de terrorismo; alguma coisa parecida, alguma coisa forte para conter isso que desmoraliza toda a sociedade brasileira e desmoraliza a nossa capacidade de administrar e de dar segurança ao povo brasileiro. Muito obrigado, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Raimundo Lira, que também é um Senador que conhece de perto essa situação que nós estamos atravessando no dia de hoje. Mas continuo, Senador Raimundo Lira, a dar conta do que o Senador Geraldo Melo escreveu a respeito do problema da segurança, Sr. Presidente.

O primeiro passo para reverter a atual situação, segundo ele, é que as autoridades reconheçam que fracassaram na utilização de seus meios e métodos. O Senador Geraldo Melo defendeu a utilização das Forças Armadas não apenas para patrulhar as ruas, mas, sobretudo, para agir de forma articulada com a Polícias Federal e as polícias militar e civil. A guerra atual, elucidou, é pelo controle das drogas.

E, para concluir, Sr. Presidente, enumero ainda algumas das sugestões do ex-Senador Geraldo Melo, publicadas em seus artigos na *Tribuna do Norte*, do Rio Grande do Norte: o desencadeamento de uma grande operação, com comando e inteligência centralizados; a montagem de uma estrutura de informação e inteligência equipada com os mais modernos recursos tecnológicos disponíveis. Diz ainda o Senador Geraldo Melo: acabar com a trilha que permite aos bandidos importarem armas e munições; desvendar os caminhos da receptação das mercadorias que os assaltantes arrecadam diariamente para gerar dinheiro; proteger as fronteiras nacionais em parceria com os países vizinhos, dificultando a entrada de narcóticos, armas e bandidos. Diz ainda o Senador Geraldo Melo: identificar falsas organizações, que desmoralizam a legítima defesa dos direitos humanos, colocando-se a serviço do crime organizado; rever, como disse o Senador Raimundo Lira, há pouco, o ordenamento jurídico, para permitir que o Estado Nacional possa enfrentar o crime; acabar com a imunidade penal para o menor, independentemente da idade, que cometer um segundo delito; equiparar a situação funcional dos servidores das diversas áreas de segurança, sejam funcionários federais, sejam funcionários estaduais, sejam funcionários civis, sejam funcionários militares.

Mais do que uma receita pronta e acabada para solucionar o grave problema que o Brasil está vivendo, o ex-Governador Geraldo Melo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – ... vem contribuir para que esse debate possa ser intensificado, aprofundado aqui, no Senado.

Eu fico muito feliz de ser aqui o porta-voz das suas observações. Esse meu conterrâneo merece todas as nossas homenagens pela sua história de vida política no Rio Grande do Norte.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.



Peço ao Senador Garibaldi para, se puder, ocupar a Presidência, enquanto vou fazer uso da palavra – ou à Senadora Vanessa. (*Pausa.*)

Senadora Vanessa.

(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Vanessa Grazziotin.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Passamos a palavra ao Senador Reguffe, que fala no período de comunicação inadiável. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a Câmara dos Deputados está discutindo o Projeto de Lei 4.424, de 2016, projeto esse que proíbe o Tribunal Superior Eleitoral de punir os partidos políticos quando eles não prestam contas ou quando eles apresentam as suas contas de forma errada. Isso, na minha concepção, é um absoluto absurdo, um contrassenso, que vai contra a vontade da população brasileira de termos mais transparência no gasto do dinheiro público.

Já é um absurdo o aumento do Fundo Partidário, que passou, no Orçamento de 2015, de R\$289 milhões para, no Orçamento de 2017, R\$819 milhões. São R\$530 milhões a mais e R\$819 milhões em um ano que não é um ano de eleição ainda, ou seja, mais de R\$0,5 bilhão a mais do dinheiro do contribuinte indo para os partidos. Este ano, são R\$819 milhões para o Fundo Partidário de dinheiro do contribuinte brasileiro.

Como se não bastasse isso, a Câmara agora discute um projeto e aprova – pasmem! – a urgência de um projeto que proíbe o TSE de punir os partidos. Isso é absolutamente inaceitável. Já seria se nós não estivéssemos vivendo este momento, mas, agora, neste momento de crise, com dinheiro faltando na saúde pública, com dinheiro faltando na educação, com dinheiro faltando na segurança, fazer isso é um tapa na cara do cidadão honesto deste País, um tapa na cara do contribuinte deste País. Isso é absolutamente inaceitável! E ainda se discute, nos bastidores, voltar com a anistia ao caixa dois, quando a população quer uma legislação mais rigorosa. Então, isso é absolutamente inaceitável.

O que tinha que estar sendo discutido no Parlamento era uma reforma política verdadeira e profunda e não esses tipos de projeto para tentar aliviar a barra aqui ou tentar fazer com que os partidos possam deitar e rolar no dinheiro no contribuinte. Isso, para mim, é inaceitável, e eu tenho obrigação com a minha consciência e com a representação que eu tenho da população do Distrito Federal de falar isso aqui.

Eu apresentei nesta Casa um conjunto de propostas de reforma política, na minha primeira semana como Senador. Protocolei...

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... a PEC que institui o voto distrital para mudarmos esse modelo de eleição de Parlamentares; a PEC que permite candidaturas avulsas sem filiação partidária, para tornar o sistema mais democrático; a PEC que introduz o voto facultativo; a PEC que proíbe que Parlamentares possam se reeleger mais do que uma única vez, para que o sistema seja constantemente oxigenado, renovado, e para dar chance a outras pessoas; a PEC que proíbe a reeleição para o Poder Executivo; a PEC que institui um sistema de revogabilidade de mandatos, em que a pessoa, para ser candidato, teria que registrar suas propostas e compromissos na Justiça eleitoral, e, não cumprindo e contrariando frontalmente



qualquer uma dessas propostas e compromissos, ou seja, se tivesse, no mandato, uma atitude que contrariasse frontalmente aquilo que foi colocado como compromisso na campanha eleitoral, a pessoa perderia o mandato; a PEC que proíbe que alguém se eleja para o Legislativo e depois vá ocupar um cargo no Executivo, sem consultar o eleitor – a pessoa se elege Deputado e vai ser secretário de Estado, vai ser ministro, o que distorce a vontade do poder originário, que é o eleitor. Isso não é debatido, isso não é votado.

Agora, é debatido e aprovado o regime de urgência na Câmara dos Deputados desse projeto que proíbe o TSE de punir os partidos. Então, isso é um contrassenso. Isso, na minha concepção, vai contra o interesse maior da população brasileira. Não é isso que a sociedade quer ver o seu Parlamento debatendo e, muito menos, aprovando. Isso não é o que melhor defende o interesse público e não é o que a sociedade espera do seu Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Reguffe, a Sr^a. Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cássio Cunha Lima, 1^o Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço ao Senador Reguffe sempre pela disciplina do tempo, pela relevância dos temas abordados.

Por decisão do Presidente Eunício Oliveira, nós vamos dar início à Ordem do Dia dentro de poucos instantes. Portanto, convido todos os Senadores e as Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa para que compareçam ao Senado. Temos a PEC nº 50, que regulamenta a vaquejada, a ser votada na sessão de hoje e outra proposta de emenda à Constituição.

E, antes da abertura da Ordem do Dia, até porque não temos ainda o quórum regimental para tanto... É por isso que estamos insistindo na presença das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores, para que, no prazo e no horário regimentais, possamos dar início à Ordem do Dia. É importante deixar consignado que não depende apenas do esforço da Mesa Diretora o cumprimento do horário regimental. É preciso, naturalmente, de maneira indispensável, a colaboração de todos as Senadoras e os Senadores para que, no horário regimental das 16h, compareçam ao plenário para que possamos abrir a Ordem Dia.

Há sobre a mesa requerimento de Líderes que solicitam, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, urgência para os Projetos de Lei do Senado nºs 200, de 2015, e 406, de 2016, através dos quais... Faço a leitura dos requerimentos.

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, que trata das pesquisas clínicas em seres humanos. **(Requerimento nº 67/2017 - Vide item 2.1.11 do sumário)**

Esse foi um assunto que o Líder Aloysio Nunes Ferreira apresentou no Colegiado de Líderes. Está sendo lido o requerimento de V. Ex^a para a urgência do projeto de lei de pesquisas clínicas em seres humanos. Então, após a Ordem do Dia, como determina o Regimento, nós votaremos esse requerimento que foi sugerido por V. Ex^a na reunião de hoje do Colégio de Líderes.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, se V. Ex^a permitir, apenas uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pois não, Senadora Vanessa.



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Esse era aquele projeto que havia tido votação terminativa nas comissões, mas que teve recursos, e, por isso ele veio ao Plenário? É esse que nós debatemos no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais?

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Exatamente esse o projeto.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Relator está aqui, o Senador Otto. Perfeito.

Era isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Exatamente.

Lido o requerimento, após a Ordem do Dia, como estabelece e determina o Regimento, nós faremos a votação do requerimento.

Outro requerimento sobre a mesa:

Requerimento de urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2016, que altera o Código Tributário Nacional, para tratar sobre a exigência das obrigações acessórias, no mesmo exercício, definindo que a obrigação acessória que implique sanção somente poderá ser instituída por lei; define a dissolução irregular da pessoa jurídica que acarreta a responsabilidade pessoal dos sócios; assegura que sobre os valores de restituições decorrentes de pagamentos indevidos incidam os mesmos índices de atualização aplicáveis ao pagamento de atraso dos tributos e atribuições. **(Requerimento nº 68/2017 - Vide item 2.1.11 do sumário)**

Esse requerimento também será submetido à apreciação do Plenário após a Ordem do Dia.

Enquanto nós estamos aguardando o comparecimento do número regimental para o início da votação da PEC, eu concedo a palavra, pela Liderança do PSD, ao Senador Otto Alencar, que também é o autor da PEC que será submetida a votos dentro de poucos instantes. Tem V. Ex^a o tempo regimental de cinco minutos.

Antes de conceder a palavra em definitivo, rogo aos Senadores e Senadoras que encontram-se em outras dependências da Casa que possam comparecer ao plenário para o início da nossa Ordem do Dia.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Cássio Cunha Lima, eu agradeço a oportunidade de ocupar a tribuna do Senado para conclamar todos os Senadores, sobretudo nós que conhecemos o que significa para o Nordeste brasileiro a prática da vaquejada – e o Senador Cássio Cunha Lima conhece muito bem: na sua terra natal, temos um dos melhores parques de vaquejada, vai haver agora uma vaquejada no Parque Ivandro Cunha Lima.

Pelo Brasil inteiro, a vaquejada se expandiu. Começou no Nordeste, mas hoje a vaquejada está em São Paulo; está no Rio de Janeiro, em Xerém, com Jonas Dantas, um grande produtor e criador de animais da raça Quarto de Milha; está em Goiás; está em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul. Enfim, a vaquejada se expandiu por todo o Brasil e hoje tem uma cadeia produtiva que deve empregar, entre empregos diretos e indiretos, algo em torno de 1 milhão de trabalhadores.

Nesse período, desde que houve a decisão do Supremo para não reconhecer a lei aprovada pela Assembleia do Estado do Ceará, que regulamentava a vaquejada, embora outros Estados



tivessem e têm a lei, como é o caso da Bahia, que possui essa lei e não foi contestada, muitas das vaquejadas foram canceladas de forma abrupta e sem nenhuma decisão que pudesse ser considerada de ordem legal nos Estados que não foram afetados pela decisão do Supremo Tribunal Federal.

Nesse período, desde o ano passado até hoje, eu tenho acompanhado as vaquejadas que foram canceladas. Foram canceladas várias vaquejadas que já estavam prontas para serem efetivadas e executadas e aí vem o prejuízo. O prejuízo é muito grande, porque a cadeia da vaquejada vai do produtor de ração para os animais, do produtor de feno, daquele que trabalha na lida do dia a dia com o cavalo, o tratador, o vaqueiro, o cuidador dos animais, aquele que prepara a ração para os animais, às cidades do Brasil que produzem produtos de couro, como a sela, a cabeçada, a proteção dos animais. Esse setor todo, das festas em que as pessoas negociam e vendem do churrasquinho à pipoca, ao picolé, da pousada que foi fechada, do haras, teve um prejuízo muito grande. Nos leilões de vaquejada, caiu praticamente à metade o preço dos produtos.

Então, foi uma decisão que ceifou de muitas famílias o sustento, que tirou de muitas famílias a condição da sua manutenção e trouxe o desemprego de centenas de milhares de pessoas pelo Brasil afora.

Nós tínhamos aprovado antes o projeto que veio da Câmara, de que aqui no Senado eu fui o Relator, que tornou a vaquejada bem cultural e material do Brasil. E é, sem dúvida, uma prática centenária.

Estou falando aqui agora, o Presidente deu-me cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Já foi prorrogado por mais cinco minutos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu tenho absoluta certeza, Presidente Cássio Cunha Lima, de que, neste período, nas fazendas pelo Brasil afora, o vaqueiro está tocando o boi, ele está saindo pela porteira correndo e o vaqueiro o está pegando pela cauda e derrubando para conduzir o boi ao curral para ir para o frigorífico.

Isso é uma prática natural, isso não foi forçado, isso não foi criado. Isso aconteceu na lida do cavalo e do boi pelo homem, pelo vaqueiro. Então, é uma coisa que aconteceu, foi se desenvolvendo e hoje é uma prática esportiva em todo o Brasil: o hipismo rural. Há outras modalidades, mas a vaquejada é realmente aquela que chama a maior atenção.

E na vaquejada não está introduzido o hábito da droga, do vício. Todos são trabalhadores, todos são responsáveis. Há a fiscalização permanente dos veterinários, que olham a sanidade física do cavalo, do boi, cuidam bem para que os animais estejam em condição física plena. Todas as pistas têm uma área de, mais ou menos, 40cm de areia lavada, para que o boi não possa se machucar. Há a cauda artificial para o animal. O cavalo não usa mais a espora, nem o chicote, como em outras modalidades que existem.

Por exemplo, as corridas de Puro-Sangue Inglês na Gávea e em Cidade Jardim. Um Puro-Sangue Inglês corre, mais ou menos, no Grande Prêmio Brasil, 2.200m. Ele sai apanhando do partidor à chegada. Chega de lombo inchado de apanhar, 2.200m. O cavalo, às vezes, cai no meio do trajeto. No polo, a mesma coisa. O animal apanha no polo, apanha do mesmo jeito. Assim é também no hipismo, o pulo do animal lesa o boleto do animal, o joelho do animal.

Isso não é maus-tratos, é uma coisa nordestina que se espalhou pelo Brasil inteiro e que foi cantada em voz, em verso e em prosa pelo maior de todos do Nordeste, Luiz Gonzaga, e por Dominginhos.



Mas essa é uma tradição que não vai acabar e não pode acabar. E temos que aprovar a PEC da vaquejada, para que não possa ir para a clandestinidade, que não se faça escondido, fora dos olhos vigilantes do Ministério Público, dos veterinários, para que a vaquejada possa ter naturalmente o seu curso normal.

Portanto, quanto a essa PEC 50, da vaquejada, eu peço aos Senadores todos – e eu vejo aqui que o Presidente Cássio Cunha Lima convocou os Senadores para que comparecessem –, eu faço um apelo sobretudo aos Senadores do Nordeste, que são 27: venham ao plenário, para aprovarmos a vaquejada. O Plenário do Senado precisa hoje tomar esta decisão, a decisão de aprovar um esporte centenário, dos meus avós, dos meus pais, que não pode acabar com uma canetada só, com uma decisão de quem quer que seja.

Respeito muito o Supremo Tribunal Federal, sobretudo a sua Presidente, Cármen Lúcia, mas, se ela tivesse visto nesse período, nesses meses em que eu acompanhei, a dor, o sintoma doloroso da perda do emprego de quem vivia disso, ela talvez se sensibilizasse. Eu acompanhei isso de perto, porque sou do Sertão e sou do povo, vivo junto do povo, junto do vaqueiro, e sei o que é o "cara" chegar em casa com a carteira dando dispensa do seu trabalho. Eu sei o que é isso, eu sei como dói isso. Talvez não doa aqui no burocrata, naqueles que são ativistas e não sabem o que está acontecendo. São ativistas, mas penalizam o cão: criam o cão, defendem o cão, mas deixam, como há no meu Estado, lá em Salvador, o castramóvel, que pega o cão e castra sem anestesia. Eu quero saber se isso é mais maus-tratos do que correr um animal e derrubar o boi com uma cauda artificial. Então, essa é uma incoerência muito grande que acontece e aconteceu.

Eu não tenho a menor dúvida de que não vão acabar as corridas de Puro-Sangue Inglês dos lordes, dos ricos lá da Gávea e de Cidade Jardim, com o polo, com o hipismo. Por que não vão acabar? São maus-tratos do mesmo jeito! Mas temos que escolher a vaquejada. Hoje nós temos a Associação Brasileira de Vaquejada, que é bem gerida, bem administrada. Temos a Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Quarto de Milha, que é uma associação que estabeleceu um estatuto. Os animais, os cavalos têm que ter o seu registro, têm que ter toda a sua condição atlética e física preservada, como têm que ter os bovinos.

Portanto, meu apelo, meu Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, é que os Senadores compareçam para aprovarmos isso e talvez, quem sabe, em um acordo de Lideranças, possamos dispensar a formalidade do interstício e votar em primeiro e segundo turno aqui para encaminhar para a Câmara Federal.

Esse é o apelo que eu faço, e o faço até com o sentimento de quem conhece de perto isso, de quem sabe, de quem viu, de quem acompanha a dor do desemprego e das dificuldades que são hoje enfrentadas por aqueles todos que, como eu, defendem essa prática de tantos anos, que é uma tradição do povo nordestino, que a começou, e hoje é uma tradição do povo brasileiro. Você vai ao Rio de Janeiro, você vai à vaquejada do Jonas Dantas, lá em Xerém. Em São Paulo, existe; em Goiás, existe; no Rio Grande do Norte, existe. Existe no Brasil inteiro a vaquejada. Ela precisa ser preservada não pela vaidade nossa de dizer que ela nasceu no Nordeste, mas pela presença de cada trabalhador no seu trabalho, ganhando o seu sustento com os calos da sua mão e com o suor da testa, preservando, acima de tudo, a figura respeitada, honrada e digna do vaqueiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Otto Alencar, cumprimento V. Ex^a pela propositura, pela disposição que V. Ex^a teve de trazer para o plenário do Senado discussão de matéria tão relevante para o patrimônio cultural e material do povo brasileiro e, muito particularmente, do povo nordestino.



Tenho certeza de que o trabalho feito por V. Ex^a e também pelo Senador José Maranhão, Relator da matéria, permitirá ao Plenário do Senado uma decisão serena, uma decisão tranquila em relação a algo que não apenas está caracterizado como esse bem cultural e material da nossa gente nordestina, mas que também é uma importante atividade econômica para a nossa região. Portanto, a Mesa cumprimenta V. Ex^a, felicitando-o pela iniciativa, e, mais uma vez, convida todos os Senadores e Senadoras a comparecerem ao plenário.

Já estamos contando com a presença do Presidente Eunício Oliveira, que está se dirigindo para a Mesa Diretora dos trabalhos. O Presidente da Casa tem cumprido regimento o horário regimental. Essa era uma queixa que existia de um número expressivo de Senadores e Senadoras. O Presidente já se encontra à Mesa, vai assumir a presidência dos trabalhos.

Não temos hoje, na pauta, autoridades a serem votadas. Poderemos abrir a Ordem do Dia e, de imediato, dar início à votação da PEC 50, que regulamenta a vaquejada, uma vez que já tivemos as sessões de discussão vencidas. Então, hoje, já temos condições de, aberta a Ordem do Dia, dar início imediato à votação.

Passo o comando dos trabalhos ao Presidente Eunício de Oliveira, rogando, encarecendo e pedindo, mais uma vez, o comparecimento dos Senadores e Senadoras, para que possamos dar início à votação da PEC 50.

(O Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Declaro aberta a

ORDEM DO DIA

Item 1 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição de nº 50, de 2016, tendo como primeiro signatário o Senador Otto Alencar, que altera o §7º do art. 225 da Constituição Federal para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

Parecer sob o nº 929, de 2016, da CCJ. Relator: Senador José Maranhão. Favorável com a Emenda de nº 1, da CCJ.

(É a seguinte a matéria apreciada:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2016

(Calendário Especial - Requerimento nº 920, de 2016)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2016, tendo como primeiro signatário o Senador Otto Alencar, que *acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.*

Parecer sob nº 929, de 2016, da CCJ, Relator: Senador José Maranhão, favorável com a Emenda nº 1-CCJ.)

A discussão da matéria, em primeiro turno, foi encerrada na sessão deliberativa do dia 9 de fevereiro de 2017. A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico, de acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.



Votação da proposta em primeiro turno, nos termos da Emenda de nº 1, da CCJ.
As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu queria convidar todos os Senadores e Senadoras para virem ao plenário. Nós estamos no processo de votação de uma matéria que necessita de três quintos dos votos dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

Está aberto o painel de votação.

Há algum partido que queira encaminhar?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
– Eu quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para encaminhar, pela Liderança do PT, Senadora Gleisi Hoffmann.

Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse tema já foi debatido de forma bastante insistente na Comissão de Constituição e Justiça e também discutido de forma muito rápida neste plenário, quando aqui apreciamos o PLC nº 24, porque o PLC nº 24 estabeleceu como patrimônio cultural e material da humanidade a vaquejada e o rodeio.

Aí é interessante, Senador Eunício, Senadores e Senadoras, a gente resgatar um pouco o histórico. Por que, hoje, nós estamos votando nesta Casa, no Senado da República, uma emenda constitucional para colocar que aquilo que é declarado como Patrimônio Cultural e Imaterial da Humanidade não cause maus-tratos aos animais? Não sei se os senhores sabem, mas é isso que estamos votando. A Constituição vai dizer que Patrimônio Imaterial e Cultural não causa maus-tratos, ainda que cause. Olhem só o que estamos fazendo com a nossa Constituição?

E por que estamos fazendo este debate aqui? Porque tivemos uma decisão do Supremo Tribunal Federal, numa Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Ação 4.983, contra uma lei do Estado do Ceará que regulamentava a vaquejada. O Relator dessa ADI, o Ministro Marco Aurélio, entendeu que o caso tinha conflitos de normas constitucionais sobre os direitos fundamentais; que o art. 215 da Constituição Federal garante a todos o pleno exercício dos direitos constitucionais. Mas o art. 225 da mesma norma, da Carta Política, coloca que é proibida, vedada, a crueldade e os maus-tratos aos animais. Em razão desse conflito, ele decidiu pela interpretação do art. 225, dizendo que "a crueldade intrínseca à vaquejada não permite a prevalência do valor cultural como resultado desejado". Vou ler novamente aqui a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, que é guardião da nossa Carta Magna. O que disse ele? "A crueldade intrínseca à vaquejada não permite a prevalência do valor cultural como resultado desejado." Pois bem, agora, queremos dar uma anestesia nisso, colocando na Constituição que a questão cultural prevalece em qualquer situação, mesmo sobre a dor do animal. É isso que estamos fazendo aqui, porque nós já elevamos a Patrimônio Cultural e Imaterial da Humanidade a vaquejada e o rodeio.

Olhem, senhores, para que o Ministro desse tal decisão, ele não se baseou apenas na lei. Foi atrás, fez investigações. Há laudos técnicos contidos no processo que demonstraram o quanto as práticas são nocivas à saúde dos animais. Há fratura nas patas, sim; no rabo; ruptura de ligamentos e de vasos sanguíneos; arrancamento de rabos; e comprometimento da medula óssea. Não adianta os senhores dizerem aqui que há condições de se fazer uma cauda que seja postiça; que a areia do local onde se faz a vaquejada é mais macia para o boi cair. Não é verdade que não



causa nenhum prejuízo. Basta ver as fotos. Eu gostaria que vocês vissem isto aqui. Pode ser até que a cauda aqui não seja a cauda do animal, seja a cauda postiça. Mas os senhores acham que este animal...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... sendo derrubado assim, não tem nenhum problema, não sente nenhuma dor? Não causa estresse? Nós vamos achar que isso é normal?

E não me venham os senhores dizerem que nós comemos a carne de gado, que comemos a carne animal e que, portanto, isso daí não significa sacrifício. Nós lutamos neste País para que houvesse abatedouros com condições de não causar dor no abate dos animais.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se comemos os animais, pelo menos os respeitamos; não os coloquemos para nos divertir. Não precisa! Para ser vaqueiro não precisa ir para a vaquejada. Nós respeitamos a profissão de vaqueiro. Vaqueiro é o que faz o manejo do gado no pasto, vaqueiro é o que dá vacina. É preciso do laço? Muitas vezes precisa derrubar, mas é para tratar o animal.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Vaqueiro não é para se exibir numa tribuna, não é para se exibir numa quadra, derrubando o animal, como está aqui. Por que temos, também...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por que temos, também, de nos divertir com o sacrifício dos bichos? Eu gostaria de saber.

Eu lembro aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, principalmente os Senadores do Nordeste que me ouvem – até porque já disseram que eu sou contra o Nordeste, contra a economia nordestina; não é verdade –, eu nunca fui contra os circos, mas sempre fui contra os circos utilizarem animais. E os senhores lembram que nós já fizemos esse debate no Brasil. Quem não lembra aqui como os animais de circo viviam? Dentro de jaulas, o leão sendo chicoteado, eram apresentados ao público de maneira humilhante, sofriam com isso. E nós fizemos um debate para retirar os animais dos circos. Aí diziam: "o circo vai acabar". Não! O circo se reinventou, o circo ficou melhor. Nós não vamos acabar com o evento da vaquejada e nem do rodeio. Agora, não precisa submeter o animal a isso. Continuemos fazendo as feiras, façamos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Fazemos exposição do gado, dos cavalos. Mas para que se tem de derrubar o bicho, para que se tem de humilhá-lo, para que ele tem de sofrer?

Quero dizer aos senhores que o sistema nervoso de um animal, de um boi, de uma vaca, é praticamente semelhante ao sistema nervoso humano. A dor, o estresse, o medo: o animal sente. Nós gostaríamos de enfrentar uma situação como essa? Ah, mas os seres humanos lutam o MMA,



telecatch, boxe. Lutam porque têm livre arbítrio, porque querem, porque entram na arena para fazê-lo. Não são colocados para fazê-lo sob força e dar diversão aos seres humanos.

Eu queria fazer um apelo aqui. A minha Bancada, a Bancada do PT, não tem posição fechada sobre isso. Isso não é programático, não há posição. Há Senadores que defendem, mas eu queria fazer um apelo: não vamos involuir!

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não vamos involuir. Uma sociedade é reconhecida, sua evolução, por como ela trata, principalmente, as suas crianças e os seus animais, que são seres indefesos. Nós temos é que evoluir, dar proteção. Nós não podemos mais utilizar animais para nossa diversão. Quero fazer um apelo aqui.

E, sobre a questão econômica do Nordeste, nós temos condições, sim, de fazer um debate e saber o que pode ser colocado para substituir. Se conseguimos salvar o circo, não é possível que não salvemos a vaquejada.

Quero deixar claro aqui também, antes que alguém diga: aqui também está o rodeio. Portanto, não tem nada de regional. Na minha região, na Região Sul, se fazem muitos rodeios e, da mesma forma, eu me manifesto contra – contra! – a que os animais sejam explorados para diversão humana.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Como vota o PT, então? Como encaminha o PT?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O PT libera a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O PT libera a Bancada.

Algum Partido mais deseja fazer encaminhamento da matéria? *(Pausa.)*

Senador Agripino, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz carreira para chegar aqui. Eu estava com o gabinete cheio de prefeitos – e eles estavam acompanhando a matéria – que são do Rio Grande do Norte e do Nordeste e conhecem muito bem essa questão da vaquejada, que é uma matéria que não é que una o Nordeste, une o Brasil, o Brasil que quer emprego, o Brasil que aprecia o esporte, o Brasil que vê providências contra os maus-tratos aos animais serem tomadas, como foram tomadas.

O que nós estamos votando é uma matéria meritória, porque ela diz respeito à tradição cultural, ela diz respeito à prática de um esporte, ela diz respeito à proteção animal e diz respeito à geração de emprego e renda, que é o maior problema do País. Se você acabar com a vaquejada, você vai jogar, pela lata do lixo, centenas de milhares de empregos; seria uma perversidade inominável.

Então, o nosso voto, neste momento, é um voto de responsabilidade sobre a prática de um esporte, sobre uma tradição e sobre milhares de empregos no Nordeste e no Brasil. Por essa razão, é que o meu Partido vota entusiasticamente e vota "sim" a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O DEM encaminha "sim".

Para encaminhar a matéria, pela minoria, o Senador Humberto Costa e, depois, o Senador Tasso, pelo PSDB.



O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria encaminhar em meu nome próprio, porque, em verdade, o PT não fechou uma posição sobre isso e também a minoria não tem posição sobre essa questão, mas eu particularmente acabei de votar favoravelmente a essa emenda constitucional. Não o fiz por oba-oba, porque, na primeira votação que tivemos aqui que tratava de elevar a vaquejada à condição de patrimônio cultural, eu me abstive e procurei, nesse período, exatamente me informar adequadamente sobre os argumentos tanto a favor quanto contra à questão da atividade esportiva da vaquejada.

Eu tive a oportunidade de ouvir inúmeras pessoas, não apenas os representantes das entidades que organizam as competições, mas tivemos oportunidades de ouvir conselhos regionais de veterinária, tivemos oportunidade de conhecer o tratamento que é dado aos animais, a proteção e as regras. Portanto, eu estou absolutamente convencido e tranquilo para dar o meu voto aqui favorável à aprovação dessa emenda constitucional. Ao mesmo tempo, parableno o nosso companheiro Otto, que foi o autor dessa emenda constitucional.

Portanto, eu registrei já o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Tasso Ribeiro, para encaminhar a matéria pelo PSDB.

O Senador Tasso tem a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero encaminhar a votação com dissidências no meu Partido. Há algumas dissidências, no meu Partido, que não contam, mas são poucas. São dissidências que gostam de assistir às lutas do MMA e têm restrições à vaquejada.

Eu gostaria de dizer que a vaquejada faz parte das nossas raízes mais profundas, da formação, Senador Eunício e Senador Cássio, da cultura nordestina. A cultura nordestina sem o vaqueiro, sem a história do vaqueiro, não existiria. E a vaquejada é originária justamente da vida do vaqueiro em busca do boi que se desgarrava da boiada com seus aboios, etc., daquele que se desgarrava da boiada. É evidente que existem evoluções e o que está sendo feito agora e que deve ser feito é a regulamentação, para que não haja exageros, não haja nenhum tipo de maus-tratos aos animais – isso não acontece naquelas vaquejadas que são organizadas hoje –, fora o aspecto até econômico hoje, no Nordeste, que já sofre com a crise financeira, com a crise econômica do País, com a crise da seca. É outro impacto que é absolutamente e completamente inoportuno neste momento, mas, principalmente e sobretudo, a preservação da nossa cultura, daquilo que está na nossa raiz mesmo, na formação da cultura nordestina entre o mar e o sertão.

É essa a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Como encaminha o PSDB, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Favorável.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu terei direito de falar?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Fernando Bezerra, Senador Armando, Senador Pimentel e Senador Moka.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu faço



absoluta questão de encaminhar o voto favorável do Partido Socialista Brasileiro em relação a essa PEC da vaquejada.

Eu fui Prefeito de Petrolina, minha cidade, por três mandatos. Acompanhei de perto os eventos de vaquejada pelo interior do Nordeste, em particular no interior de Pernambuco. Petrolina sedia uma das maiores e melhores festas do circuito de vaquejada de todo o Nordeste brasileiro. Isso se realiza no Parque Geraldo Estrela. Para lá acorrem mais de 50 mil pessoas para prestigiar o evento da nossa vaquejada, que mobiliza milhares de empregos, oferece a oportunidade para a cultura nordestina, para as bandas de forró, para os artistas locais, impulsiona o setor hoteleiro, o setor da gastronomia.

Eu ousou dizer que a vaquejada, além de ser um esporte praticado pelos jovens do interior do Nordeste, é um importante instrumento indutor dos arranjos produtivos locais. A cidade de Cachoeirinha, no Agreste de Pernambuco, é onde está sediado um dos maiores polos industriais para a fabricação dos apetrechos que os vaqueiros utilizam para aqueles que vão fazer a derrubada do boi e precisam e necessitam; lá se vendem esses produtos. Cachoeirinha é conhecida, em todo o Brasil, mas, de forma particular, em todo o Nordeste brasileiro. Lá em Cachoeirinha, pequenas indústrias prosperam, geram milhares de empregos.

Eu acredito que esta matéria, pelo longo debate que ocorreu aqui, nesta Casa, vai merecer o apoio da grande maioria. É evidente que nós respeitamos os votos divergentes, aqueles que procuram identificar, na vaquejada, um tratamento cruel para com os animais, para com o boi. O que não é verdade. Pode ter sido verdade no início da prática desse esporte, mas que não é verdade hoje nos importantes circuitos de vaquejada de todo o Nordeste brasileiro. Existe o cuidado para que o animal venha a sofrer o mínimo possível. Portanto, a ideia não é praticar a crueldade contra o animal.

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A ideia é promover a cultura do Nordeste, é poder sublinhar as nossas raízes, que são muito profundas.

Eu queria até, Sr. Presidente, que fosse registrado, nos *Anais* desta Casa, o artigo do articulista José Nêumanne, paraibano, que escreveu um belo artigo em *O Estado de S. Paulo*. Ele nunca poderia imaginar que os altos membros da Corte, da Suprema Corte Brasileira pudessem adotar a postura que adotaram, que foi quase que uma agressão à história e a cultura nordestina.

Por isso é que eu gostaria de fazer este registro de quem vivenciou a vaquejada como um admirador, como um apoiador e que pode dar o testemunho de uma indústria que gera oportunidade de milhares de empregos; os parques de vaquejada do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia; a oportunidade de criação dos cavalos manga-larga; a indústria da criação de cavalo que chega até São Paulo ao Rio de Janeiro. São milhares de empregos também na criação de animais. E tudo isso no entorno desse esporte, que é símbolo da tradição nordestina.

Portanto, eu me orgulho de poder estar exercendo a Liderança do meu Partido, nesta Casa, e de poder encaminhar o voto favorável a essa PEC, de autoria do Senador Otto Alencar, um irmão, vizinho de Pernambuco, ali da Bahia, e que conhece tão bem a necessidade de que a gente possa dar esse tratamento para que não ocorram mais equívocos e decisões precipitadas e ruinosas aos interesses da cultura e da economia nordestina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O PSB encaminha o voto "sim".



Senador Pimentel.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Depois o Senador... O Senador Armando Monteiro na sequência.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, quero saudar o nosso Senador, em especial, Otto Alencar pela iniciativa dessa proposta de emenda à Constituição.

Sr. Presidente, eu tive o privilégio de presidir a audiência pública que o Senado realizou sobre este tema e ali aqueles que acompanham essa cultura, particularmente as nossas vaquejadas na Região Nordeste, trouxeram um conjunto de dados mostrando que, ao longo do tempo, foi feita uma série de inovações e de alterações para proteger o animal e, ao mesmo tempo, ter uma atividade cultural.

Exatamente por isso, ao término daquela audiência, eu que já tinha uma intenção de votar, fiquei convicto de que o que nós estamos fazendo é correto, além de preservar a nossa cultura e também um espaço de geração de negócios, de atividades econômicas e de proteção dos animais.

Por isso, eu estou votando "sim" e tenho certeza de que V. Ex^a, desta vez, não vai acompanhar o Senador Tasso Jereissati e a mim, mas nós acompanhamos V. Ex^a no nosso Estado, o Estado do Ceará.

Parabéns, Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Armando Monteiro, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PTB encaminha o voto "sim".

Como já tive oportunidade de me manifestar aqui, quando do debate inicial dessa matéria, Sr. Presidente, eu havia dito, à época, que o Brasil não conhece o Brasil, porque as manifestações culturais do nosso País, com essa imensa diversidade regional, fazem com que nem todos possam compreender a riqueza da cultura nordestina. Portanto, a vaquejada tem que ser vista nesse contexto. É evidente que essa prática vem se aprimorando ao longo do tempo, para se conformar às melhores práticas, sobretudo respeitando e garantindo a proteção dos animais.

Em nome da nossa cultura, da preservação, da valorização e do emprego, já que essa é uma atividade econômica muito importante na região, o PTB, portanto, encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O PTB encaminha o voto "sim". Senador Moka. Na sequência, Senador Renan.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Eunício Oliveira, Senador Otto Alencar, autor do projeto, eu vou falar não me referindo exatamente à vaquejada, mas mostrando o que o Senador Armando Monteiro acabou de dizer: o Brasil não conhece o Brasil. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, nós temos uma tradição do chamado clube do laço ou laço comprido, que se trata apenas e tão somente de laçar. E aquele é um esporte praticado no Estado inteirinho, é um esporte saudável, familiar e é muito importante.

Eu imagino que a vaquejada tem tanta ou até mais importância para os nordestinos do que os clubes de laço de Mato Grosso do Sul. Portanto, eu não tenho como votar "sim" nesse projeto entendendo que isso faz parte da cultura. E eu tenho certeza de que, à medida que evoluir – e vai



evoluir –, cada vez mais, vão se adotar formas de proteger, cada vez mais, o animal. Tenho certeza disso.

Então, o meu voto é "sim", em homenagem aos vaqueiros, ao esporte e, principalmente, a esse extraordinário Senador, autor do projeto, que é o Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, para encaminhar pelo PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto favorável à sua Bancada.

Eu quero até, com a aquiescência de V. Ex^a, fazer, mais uma vez, um apelo aos Senadores do PMDB que, por favor, venham ao plenário. Nós estamos votando uma importante matéria de fundamental interesse para o Nordeste, pelas questões culturais que foram colocadas aqui, pela necessidade de protegê-las, de preservá-las.

É muito importante que o PMDB compareça significativamente nesta sessão, para que nós possamos, de uma vez por todas, votar essa matéria de autoria do Senador Otto Alencar, que atende, Sr. Presidente, com as devidas limitações, a todas as preocupações dos nordestinos com relação à volta da nossa vaquejada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Raimundo Lira pede a palavra.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, imaginem o que diria o escritor Luís da Câmara Cascudo, o grande defensor das tradições do Nordeste brasileiro, imaginem o que diria Luiz Gonzaga, que considero o maior cantor e compositor do Nordeste brasileiro e um dos maiores do país. Se estivesse vivo, naturalmente ele faria uma canção de lamento, Senador Cássio Cunha Lima, lamentando a decisão do Supremo Tribunal Federal de encerrar, por uma decisão daquela Corte, uma tradição que teve início no Século XIX, no Nordeste brasileiro, naquilo que era chamado na época de "a puxada do rabo do boi".

Não vou me alongar muito, mas quero dizer que fui um dos primeiros a me insurgir contra essa decisão, até porque, pelo amor que tenho pela minha região e, nesse caso, especialmente por Campina Grande, nossa terra, minha e do Senador Cássio Cunha Lima, porque lá existem dois parques entre os maiores do Nordeste, o Maria da Luz e o Parque Ivandro Cunha Lima, que tem o nome em homenagem ao ex-Senador Ivandro Cunha Lima, tio do Senador Cássio Cunha Lima.

Então, foi uma coisa dolorosa essa decisão, principalmente após seis anos ininterruptos de seca daquela região, onde aproximadamente metade da criação, como diria Luiz Gonzaga, que os chamava de bovinos, caprinos e de criação, porque ele achava que os animais existiam pela criação de Deus e os chamava, portanto, de criação. E o sofrimento, ele chamava de judiação. Então, judiação mesmo é você ver milhões de criações sendo mortas por falta de água e por falta de alimentação.

Concordo totalmente com o Senador Fernando Bezerra quando ele diz que, se houve judiação no passado, hoje, não, os animais são bem tratados, porque passou a ser não só uma atividade cultural, mas também uma atividade econômica, geradora de empregos, que fortalece as tradições do Nordeste brasileiro.

Quero parabenizar o Senador Otto por essa PEC 50. Ele hoje é o Relator, na Comissão de Educação, do meu Projeto nº 377, de 2016, Sr. Presidente. Esse projeto, apresentado por mim aqui no Senado Federal, que hoje tem como Relator o Senador Otto Alencar, esse projeto vai



exatamente regulamentar o funcionamento das vaquejadas que hoje é aprovado pela PEC do Senador Otto Alencar.

E aqui eu faço um apelo a todos aqueles Senadores de outras regiões, que façam a inserção do Nordeste brasileiro. Lembrem-se de que as vaquejadas mantêm hoje aproximadamente 600 mil empregos diretos. Lembrem-se também de que nós estamos atravessando o sexto ano de seca ininterrupta no Nordeste e, portanto, nós precisamos, todos, de mãos dadas, mesmo aqueles Senadores que não concordam. Seria importante o voto deles, sim, para que pudéssemos dar esse alento, dar essa demonstração de carinho ao povo nordestino, ao povo paraibano, ao povo cearense, ao povo do Rio Grande do Norte, da Bahia, enfim, a todo o Nordeste brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conversei muito com o Senador Otto Alencar, e ele, de uma forma muito clara, explica que, em relação às vaquejadas no Nordeste, hoje há uma preocupação muito grande em preservar a qualidade dos animais. E você não acaba simplesmente com uma cultura – e essa cultura do Nordeste é muito antiga – do dia para a noite. Nós tivemos que adequar à nova realidade, ao novo pensamento. É isso que foi feito nessa PEC que nós estamos votando hoje.

Por isso, o PSD encaminha o voto "sim": sim com o Nordeste, sim com o nordestino e sim com a tradição dos nordestinos, que deve ser preservada e aplaudida, até porque houve um avanço muito grande nessa PEC, na preservação desses animais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Roberto Muniz. Na sequência, V. Ex^a.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eunício, venho aqui com um dever de nordestino, de baiano, para fazer uma coisa que os conhecedores da vaquejada entendem o que vou dizer. Entro na pista para dar o meu voto, fazendo esteira para o Senador Otto. Estou fazendo esteira, não é isso? Vocês que conhecem sabem o que estou dizendo. Subo agora no cavalo, junto com o Senador Otto, para juntos derrubarmos uma coisa que é pior do que derrubar o boi, que é o preconceito contra a cultura do Nordeste.

Isso é uma coisa, Presidente, com que eu fico muito preocupado: é o desprezo que a cultura urbana tem com o meio rural. Este País vive do interior, a economia deste País está fincada nos mais distantes rincões do Brasil. E o que nós estamos fazendo com esse projeto de lei, Senadores, é dizer que nós não estamos dando as costas ao Brasil rural, à cultura do interior dos nossos Estados. São muitos brasis, mas se existe um Brasil que orgulha a todos nós, brasileiros, é o Brasil do interior dos nossos Estados.

É por isso que nós estamos aqui para reafirmar essa importância da vaquejada como um grande centro que aglutina diversos outros fatores, diversas outras atividades culturais. Posso aqui listar o repente, posso aqui citar a embolada, o cordel, que é vendido e pendurado em todas as vaquejadas que existem, a música nordestina, o trio nordestino, a sanfona que toca, anima e levanta a poeira no interior desses Estados, dos nossos Estados.

É por isso que nós temos que pedir aos Senadores que não fiquem de costas, não façam o que muitos fazem: esquecer a importância dessa nossa raiz, a raiz da cultura que vem do interior e dos grotões. É claro que os empregos são importantes, é claro que a economia é fundamental, mas tão fundamental quanto o emprego e a economia é deixar pujante a cultura popular.



Não deixemos morrer algo que surge das entranhas da população mais pobre. Não estamos falando simplesmente dos grandes empresários. Nós estamos falando de uma cadeia produtiva que chega ao mais singelo dos trabalhadores do campo do Nordeste, que é o vaqueiro. É lá que surge a raiz de todo esse orgulho nordestino de poder dizer que temos uma cultura própria.

Se isso não acontecesse, como é que nós justificaríamos manter o hipismo e acabar com a vaquejada? Como é que nós poderíamos chegar para um brasileiro e dizer: vamos manter as corridas nos grandes jóqueis e acabar com a vaquejada, porque aquilo é coisa de pobre, é coisa de nordestino, de alguém que o Brasil esquece e dá as costas?

É claro que essa situação já se aperfeiçoou com o tempo. Claro que existem algumas fotos e algumas situações que fazem parte do passado. Hoje a vaquejada já contempla o bem-estar animal como um objetivo maior. E é tratando da natureza do animal, Presidente Eunício, que a vaquejada se supera, porque traz para os jovens a possibilidade de olhar e conviver com esses animais. É dali que nasce o carinho pelo boi fugitivo, é ali que nasce o carinho pelo cavalo, pelo quarto de milha, pelos cavalos que têm a capacidade de acompanhar...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... e de ver a sua razão de existir, já que ele serve para cumprir essas funções que são tão importantes para os nossos vaqueiros. Não podemos substituir cavalos por motos, não podemos jamais esquecer que esses jovens precisam entender essa cultura do interior.

É por isso, Presidente, que nós encaminhamos "sim".

Pedi licença ao nosso Senador e Líder Benedito de Lira para que pudesse, em nome do PP, dizer que grande parte do PP apoia a cultura do interior e diz "sim" a esse projeto tão relevante do nosso Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, para encaminhar pela Rede Sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhando pela Rede Sustentabilidade, eu queria, no início deste encaminhamento, fazer a leitura da nota oficial do meu Partido, a Rede Sustentabilidade, sobre este tema. Em alguns trechos da nota, a Rede Sustentabilidade proclama o seguinte:

Tendo sido reconhecido pela mais alta Corte nacional a sua incompatibilidade com o respeito à natureza, portanto contra a nossa Carta Magna, e, certamente, como sustentabilistas numa prática de tamanha brutalidade, não pode haver cultura no sentido positivo e justo, ferindo assim de morte o direito e o respeito à vida tanto de animais quanto de humanos, pois aceitar uma violência contra um animal sem lhe respeitar o direito básico de viver é um passo para desrespeitar a vida humana, haja visto os casos alarmantes de abandonos de animais e violência contra estes, que se naturalizam em nosso convívio social e, ao mesmo tempo, se estendem também entre humanos que



abandonam idosos e crianças à própria sorte, fazendo do Brasil um país de abandono tanto de animais quanto de humanos.

Assim, a Rede Sustentabilidade conclama toda a sociedade para o respeito aos animais e a práticas que tornem nosso país sustentável, para estendermos essa reflexão que gera comportamento para os direitos humanos, para a justiça social, para a prática da democracia, com o intuito de erradicar a pobreza, dando-lhes saúde digna e educação crítica para que possam ser plenos de direitos e cheios de alegria em participar da comunidade humana que integra-se e se harmoniza tanto com os animais quanto com a natureza em todas as suas formas de manifestação.

Ser Rede Sustentabilidade é nos conectar àqueles que são, assim como nós, dotados do bem mais precioso que existe, sem o qual não se pode ter memória ou recordações, nem emoções, pensamentos ou até mesmo instintos, a existência e o direito a paz, que, para nós, deve ser livre, com dignidade e sem sofrimento.

Portanto, somos contra a vaquejada e desejamos que essa posição fortaleça todos aqueles que têm lutado em defesa dos direitos dos animais e, ao mesmo tempo, pelos humanos.

Sr. Presidente, quero, ao fazer a leitura da nota oficial do meu Partido sobre esse tema, destacar que respeito todos que tenham posições divergentes. Aliás, a minha origem é nordestina e tenho parentes nordestinos. Respeito, inclusive, parentes que assim pensam e quem pensa diferentemente, mas há de se distinguir o que é cultura do que é, de fato, a prática reiterada de maus-tratos aos animais, que, no meu entender, o Supremo Tribunal Federal compreendeu como ferimento claro ao princípio elementar de respeito aos direitos humanos insculpido na nossa Constituição.

Eu queria, Sr. Presidente, ao concluir o encaminhamento deste voto, também destacar um artigo suscitado por uma nordestina ex-Vereadora do meu Partido e ex-Senadora da República, Heloísa Helena, que, numa posição corajosa, também destaca o seu posicionamento em relação a esse tema.

Diz Heloísa, em artigo recentemente publicado, o seguinte:

Assim sendo, como eu não gostaria de ser usada para diversão de outros – tipo eu saio correndo e alguém, em alta velocidade, puxa meu cabelo preso, me derruba...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... e eu cairia e seria arrastada com todo impacto que as leis da física mostram –, certamente, sairia direto para o hospital ou IML, né? Portanto, existem formas mais belas de convivência e diversão com animais que eles não precisem ser feridos e explorados para nossa alegria. Afinal, juntos, somos apenas partículas neste universo, e a supremacia dos humanos é apenas ridícula e cínica vaidade!

Dessa forma, o voto da Rede é "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Ana Amélia, tem a palavra V. Ex^ª. Na sequência, Senador Benedito de Lira.

A SR^ª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Presidente Eunício Oliveira, primeiro, gostaria de renovar os cumprimentos pelo fato de a Ordem do Dia ter começado pontualmente, no horário. Estávamos numa audiência pública para debater a Medida Provisória 751, que trata do Cartão Reforma.



Eu queria dizer que o Rio Grande do Sul tem o cavalo Crioulo, que é um símbolo imaterial pela lei do Estado do Rio Grande do Sul. Esse cavalo só não dorme na cama do dono, junto com o dono, como um *pet*, um animal de estimação, porque ele é muito grande. É assim que o gaúcho trata o cavalo que ele usa para o trabalho, que ele usa para a sua lida, para o esporte. Temos Cancha Reta, temos o Freio de Ouro, que atraem, na Expointer, a cada ano, milhares e milhares de pessoas aficionadas. O volume de representação social, no nível de empregos, de quem trata, de quem cuida do cavalo Crioulo no Rio Grande do Sul... Nós temos o Cancha Reta, temos uma série de eventos que envolvem os animais.

Então, essa é a razão que nos aproxima de quem, como o Senador Otto Alencar, tem um cuidado, tem um respeito pelos animais. O que estamos tratando aqui é exatamente isto: respeitar os animais nas suas funções. Desde os primórdios da civilização humana, os animais estão presentes na história do mundo. Então, nós, gaúchos, temos pelos cavalos, temos, na tradição rural, um carinho especial na nossa história – o cuidado, o respeito, os veterinários, o cuidado na alimentação, o cuidado das raças.

Nós estamos exportando hoje cavalos Crioulos para vários países da América do Sul. Portanto, é na condição de gaúcha que falo aqui hoje, com muito orgulho, por estarmos legalizando e regularizando uma atividade que, sobretudo, traz respeito aos animais. Não estamos aqui tratando de desrespeitar, de maltratar. Pelo contrário, nós estamos aqui cuidando com o máximo carinho para fazer uma lei que trate os animais como devem ser tratados, não mais do que isso, que é a nossa obrigação.

Então, tenho a honra de dar apoio a esta PEC do Senador Otto Alencar sobre vaquejada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou dar a palavra ao Senador Benedito de Lira, para o Senador Roberto Rocha e vou encerrar, para que a gente possa...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, estou aqui em pé há meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... para que a gente possa fazer o encaminhamento...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, também estou esperando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Calma.

Eu vou votar, na sequência, porque essa matéria está em regime de urgência, o segundo turno dessa matéria. Então, os que não encaminharem agora poderão fazê-lo no segundo turno.

Então, concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, que está inscrito pela ordem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senado Federal, na tarde de hoje, tomará a decisão mais acertada possível. A vaquejada é uma tradição do Nordeste brasileiro, mas ela já se estendeu para outros Estados do Brasil. Não é possível que uma atividade que festeja ao longo há muitos e muitos anos possa desaparecer do dia para a noite.

Fala-se em maus-tratos. Seria bom que as pessoas, os Senadores, inclusive, fizessem uma visita aos matadouros para ver quando se maltrata mais, se ao matar um boi ou ao se fazer uma vaquejada.



Então, isso é absolutamente normal. E acho que o Senador Otto, quando apresentou essa emenda à Constituição, ele o fez numa boa hora.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu queria dizer, como nordestino – e confesso a V. S^{as} que não sou daqueles que frequentam as vaquejadas –, que é uma atividade não só de tradição no Nordeste, mas, acima de tudo, uma atividade econômica, pela geração de emprego e pela satisfação que dá a todos aqueles que dela participam.

Por isso, o meu partido encaminha o voto "sim".

Quero me congratular com os Senadores que apoiam essa matéria.

Vamos, Presidente, aproveitando a oportunidade, como V. Ex^a já assim anunciou, fazer a dispensa do interstício e votar o segundo turno ainda nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Roberto Rocha, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito brevemente eu quero apenas saudar este momento em que o Senado da República dialoga com a realidade brasileira e muito especialmente com a realidade nordestina.

Quero dizer que aqui não vejo ninguém que seja a favor de maus-tratos aos animais, seja na questão das vaquejadas ou em qualquer outra questão.

Eu também respeito todas as opiniões, assim é que se faz a convivência democrática. Mas eu quero, muito brevemente, apenas saudar o Senador Otto, saudar o Senado e cumprimentar os vaqueiros do meu Estado, vaqueiros do Maranhão, os sertanejos do Ceará, do Piauí, de todo o Nordeste, que, com certeza, estão comemorando essa decisão acertada do Senado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, brevemente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Hélio José e, na sequência, Senador Garibaldi, Senador Vicentinho e Senador Amorim. Em seguida, vou encerrar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer a seguinte consideração: Brasília é uma grande cidade onde moram milhares de nordestinos; em Brasília, temos a vaquejada em todas as nossas regiões administrativas. Ela tornou-se uma forma de diversão, uma forma de crescimento do emprego e uma forma, também, de ter muito cuidado com os animais.

Então, o que eu vejo – estou de acordo com o que o nosso nobre Senador Moka coloca – é que, a cada tempo que passa, mais se criam formas protetivas.

Quero dizer que é com muito orgulho, aproveitando para saudar o nosso Senador Otto Alencar, que nós de Brasília votamos a favor dessa proposta do nosso querido Senador. Nós temos que apoiar o setor produtivo, apoiar a geração de emprego.

Para concluir, em Brasília, nós estamos com 270 mil desempregados e não podemos gerar mais desemprego não votando uma matéria tão importante quanto essa para a nossa cultura e para o nosso povo, principalmente para os milhares de nordestinos que moram aqui em Brasília.

Muito obrigado, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Garibaldi; depois, Senador Amorim. E vou encerrar a votação na sequência.



O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, já tive a oportunidade de me manifestar aqui a favor da vaquejada.

Quero lembrar, como já foi lembrado aqui por outro Senador, o historiador Câmara Cascudo, que afirmou em um dos seus livros que a atividade representa a própria história da economia nordestina. Trata-se de uma festa tradicional do ciclo do gado, que se expandiu, como uma prática esportiva rural, para o domínio urbano.

A vaquejada aquece a atividade econômica, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao garantir emprego e subsistência a milhares e milhares de famílias, desde os criadores das espécies bovinas e equinas até os treinadores, os praticantes e os fornecedores.

Quero lembrar ainda dados expressivos fornecidos pela Associação Brasileira de Vaquejadas. Os eventos movimentaram, em 2014 e 2015, cerca de R\$600 milhões e garantiram 120 mil empregos diretos e 6 mil empregos indiretos, com a participação de veterinários, de juízes, de inspetores, de locutores, de organizadores e por aí vai, Sr. Presidente.

Nesse mesmo período, 650 milhões de pessoas circularam pelos parques. Trata-se, pois, de eventos de elevadas proporções econômicas, sociais e recreativas. Por isso mesmo é que encaminho, Sr. Presidente, o meu voto "sim" a essa propositura, me congratulando com V. Ex^a e com o Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Amorim. Na sequência, Senador Vicentinho e eu vou encerrar a votação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no ano passado, foi aprovada a Lei nº 13.364, que levou o rodeio, que levou as vaquejadas e as respectivas expressões artístico-culturais à condição de manifestação cultural nacional e do patrimônio cultural imaterial.

E já tramita, Sr. Presidente, o PLS nº 378, de 2016, de vossa autoria, regulamentando exatamente a prática da vaquejada. E, agora, com esta PEC, fica definitivamente restabelecida a plena constitucionalidade da prática da vaquejada, trazendo com toda a certeza tranquilidade a mais de um milhão de nordestinos cuja atividade econômica e a própria subsistência dependem dessa prática.

Devo dizer ainda, Sr. Presidente, com tranquilidade, que houve grande evolução na prática da vaquejada. Hoje, são tomados inúmeros cuidados para garantir a integridade física dos participantes, do peão à plateia, e, logicamente – por que não? –, dos animais, cuja saúde e bem-estar antes, durante e depois da apresentação estão garantidos.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Senadores, a vaquejada é, sim, uma prática cultural centenária, mantida por todos nós, brasileiros – especialmente nós, nordestinos –, verdadeiramente, um patrimônio cultural, um fenômeno agregador de família e de gerações.

Por isso, devemos dar todo o apoio e voltar "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Vicentinho, e, depois dele, eu vou encerrar a votação.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco Moderador/PR - TO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, é apenas para encaminhar o voto pelo PR, como Líder, o voto favorável, voto "sim", e parabenizar o autor, o nosso colega e amigo, o Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(Interrupção do som.)



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votaram SIM 55 Srs. Senadores e Senadoras; votaram NÃO 8 Srs. Senadores e Senadoras. **(Listas de votação - Vide item 2.2.1 do sumário)**

Três abstenções.

Portanto, está aprovada a votação da proposta em primeiro turno, nos termos da Emenda de nº 1, da CCJ.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação para o segundo turno constitucional, será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 6/2017-PLEN-SF - Vide item 2.2.1 do sumário)**

Tendo sido aprovado calendário especial de tramitação, nos termos do Requerimento de nº 920, de 2016, passa-se à apreciação da proposta em segundo turno.

Discussão da proposta em segundo turno. Poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito da matéria até o encerramento da discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Encerrada a discussão em segundo turno.

Votação da proposta em segundo turno.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Está aberto o painel e os Líderes terão preferência para encaminhamento dessa matéria em segundo turno. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no primeiro turno da votação, o Senador Tasso Jereissati fez o encaminhamento em nome da Bancada do PSDB, por delegação do nosso Líder, Paulo Bauer.

E permito-me, já que não me manifestei na primeira votação, trazer, naturalmente, a minha palavra de apoio à PEC do Senador Otto Alencar, relatada pelo nosso conterrâneo, o Senador José Maranhão, que preserva uma das mais profundas raízes da cultura nordestina, que é a vaquejada, que é um esporte que gera milhares de empregos, que tem como atividade complementar a cultura musical, gastronômica, a cultura do couro, a produção de linhagem de alta qualidade genética, sobretudo na raça Quarto de Milha, que é o cavalo usado para o esporte da vaquejada.

Enfim, uma atividade que existe no Nordeste desde que Nordeste é Nordeste, desde que Brasil é Brasil, portanto, e que, por uma decisão apertada no Supremo Tribunal Federal... Decisão essa que nós respeitamos, que nós acatamos e compreendemos, e daí porque a iniciativa legislativa de dirimir o conflito constitucional que levou a decisão a ser tomada por um voto de minerva de S. Ex^a a Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia. No plenário, a votação da matéria foi empate.

É importante esclarecer ao Plenário do Senado Federal o equilíbrio da decisão do Supremo Tribunal Federal e, diante desse equilíbrio, a iniciativa do Senador Otto Alencar, para que nós possamos ter a preservação de milhares e milhares de empregos, a conservação da nossa cultura, dentro de uma atividade esportiva que não caracteriza, de forma alguma, quaisquer tipos de



maus-tratos aos animais. Há um aprimoramento constante na prática do esporte, há a preocupação dos realizadores dos eventos cada vez maior.

Na minha cidade, na cidade onde eu fui prefeito três vezes, no Estado que eu tive a honra de governar em duas oportunidades, são diversos eventos de vaquejada, em Campina Grande particularmente, como bem lembrou o Senador Raimundo Lira em sua palavra há poucos instantes. Dois dos maiores parques de vaquejada do Nordeste, o Parque Maria da Luz... E aqui vai minha homenagem póstuma à memória de Pedro Freire. Pedro, que foi um dos grandes entusiastas da vaquejada no Brasil e no Nordeste brasileiro; Pedro, que sempre conseguiu fazer no Parque Maria da Luz um dos eventos mais conceituados do Nordeste brasileiro, ao lado do Parque Evandro Cunha Lima, que também realiza um evento de grande repercussão na região.

Portanto, não poderia ser outra a posição deste Senador que representa, com muita honra e orgulho, a Paraíba no Senado Federal, ao lado do Senador Raimundo Lira e do Senador José Maranhão, de votar "sim", votar pela vaquejada, votar pelo vaqueiro, votar pelo esporte, para que, ao final, Senador Otto Alencar, batendo esteira com a sua proposta, possamos dizer, dentro de poucos minutos: "Valeu, boi".

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pede a palavra o Senador Valadares.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer coro às palavras de Cássio Cunha Lima, que retratou, com a sua inteligência e o brilho do seu discurso, o sentimento de brasilidade de pessoas que vivem no Nordeste e que trabalham diuturnamente na agropecuária, nas cidades e nos campos, para o desenvolvimento do nosso País. E essas pessoas têm como lazer, como divertimento, a prática de um esporte salutar que nada tem a ver com a pregação que alguns fizeram de que havia perversidade contra os animais.

No Estado de Sergipe mesmo – eu fui prefeito do interior, na cidade de Simão Dias –, a vaquejada é apreciada como algo que está bem vivo na alma do povo de Simão Dias e de todo o Estado de Sergipe, no Nordeste.

Por isso, Sr. Presidente, a minha palavra é de apoio à continuidade da prática de um esporte que está presente em todas as cidades do Nordeste. Até nas próprias capitais do Nordeste se pratica esse esporte que valoriza, sem dúvida alguma, a cultura centenária, que ajuda o turismo e que também ajuda a economia da nossa região com geração de emprego e renda.

Por isso, Sr. Presidente, o meu voto é "sim", parabenizando Otto Alencar pela iniciativa e o Relator, o Senador José Maranhão, pelo seu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu convido os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras a comparecerem ao plenário. Estamos em processo de votação.

Registro com prazer e alegria os vaqueiros Deputados Danniell Oliveira e Leonardo Araújo, que se encontram aqui e nos dão a honra de participar dessa votação dos vaqueiros do Nordeste brasileiro.

Senador Otto Alencar tem a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a...

Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a...



Pode terminar. Sem pressa, eu não sou bombeiro, não ando com pressa, fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Eu peço a V. Ex^a que seja mais explícito com os Senadores, dizendo que é o segundo turno da votação da PEC. Muitos se ausentaram do Senado e podem não saber que é a votação do segundo turno, Sr. Presidente. Então, eu peço a V. Ex^a que chame os Senadores, porque muitos se retiraram e não estão sabendo que está ocorrendo a votação em segundo turno da PEC. Nós só temos até agora 44 votantes. Então, nós temos que ter o quórum anterior, quando 67 Senadores votaram.

E eu quero reiterar aqui, Sr. Presidente: V. Ex^a, que é um grande defensor da vaquejada, como é o Senador Renan, como todos nós... Inclusive a vaquejada, eu conversava há pouco com o Senador Aloysio Andrade, está em São Paulo. O maior centro de criação de quarto de milha...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Aloysio Nunes!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aloysio Nunes, desculpe. Eu falei qual o nome?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Andrade.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aloysio Nunes, desculpe. Às vezes a gente troca, mas é uma figura que não pode ser, de maneira nenhuma, desconhecida, como grande Senador aqui. Eu lhe peço desculpas, Senador Aloysio Nunes Ferreira, casado com uma baiana, que conheceu minha região bem, de muito tempo, lá da Chapada Diamantina, da região de Wagner, do Morro do Pai Inácio, da Pratinha.

Então, Sr. Presidente, a cidade hoje, o centro equestre de criação de quarto de milha é Sorocaba, em São Paulo, no Estado do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Então, Sorocaba hoje é o maior centro de criação de animais da raça quarto de milha de toda modalidade. Nós temos três espécies de quarto de milha: o quarto de milha velocista, em que predomina o sangue do cavalo inglês; o quarto de milha de trabalho, em que predomina o sangue do cavalo mustangue, que fez o desenvolvimento econômico no início do século XX nos Estados Unidos; e também o cavalo de conformação, que é um cavalo mais bonito, um cavalo dos traços mais corretos, puxado até um pouquinho para o cavalo árabe. Então, são três raças dentro de uma raça só, da raça quarto de milha. E o cavalo quarto de milha se adequou muito bem à lida no campo. Todo o campo, todas as fazendas do Brasil hoje têm animal da raça quarto de milha, que é um cavalo produzido nos Estados Unidos para a lida no dia a dia com o gado. É um cavalo dócil, um cavalo que trabalha muito bem, que tem toda a habilidade para trabalhar com gado.

E na vaquejada hoje, para o cavalo quarto de milha usado na vaquejada, não se usa nem chicote nem mais espora para o cavalo. E o boi tem toda a verificação, pelos veterinários, para a utilização lá. É um boi já adulto, com mais de três, quatro anos, e só corre duas vezes. Não tem maus-tratos absolutamente nenhum.

O que me chamou a atenção, Senador Aloysio, foi que a Senadora Gleisi falou que os animais, que o boi tem dor lombar. Dor lombar em animal quadrúpede é quase que impossível, porque a coluna é horizontal. Dor lombar temos nós que andamos na vertical. Sou anatomista, não vejo jeito de um boi ter lombalgia. A Senadora Gleisi Hoffmann disse aqui que o boi tem dor lombar. Mas como se vai identificar a lombalgia, a dorsalgia ou a cervicalgia no boi? Como é que ele diz que está sentindo dor lombar para não correr a vaquejada?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan Calheiros, tem a palavra V. Ex^a.



O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Sr. Presidente, eu quero fazer...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador, perdoe-me. O Senador Aloysio já há muito tempo se divorciou de uma baiana.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sim, mas continuo muito ligado à Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Continua muito ligado à Bahia e conheceu muito minha região. O ex-sogro dele, baiano, foi um dos maiores escritores da Bahia e descreveu a chapada Diamantina, inclusive a saga de Horácio de Matos, que foi o maior coronel da Bahia e talvez tenha sido – se não há um conhecimento aqui, vou registrar –, Horácio de Matos, chamado coronel, o que nunca foi, foi o único socialista verdadeiro do Brasil. Tudo que ganhou ele dividiu, até os diamantes que ele pegava na Chapada Diamantina e dividia. Ele fez, na minha região, a reforma agrária, já naquele tempo: dividiu gleba por gleba tudo o que conquistou.

E Walfrido Moraes, um grande escritor, um grande amigo nosso, foi talvez o homem que mais descreveu a minha região, as belezas da Chapada, suas cachoeiras, suas serras, seus rios subterrâneos. É uma região belíssima. Temos lá Lençóis, que talvez seja a cidade do Brasil que preserva até hoje a arquitetura barroca, por seus habitantes, pelo Governo do Estado. Quem quiser entrar numa cidade e dizer: "Estou no século XVIII, no século XVII", vá a Lençóis que vai ver uma cidade completamente preservada em toda a sua belíssima arquitetura barroca. É também o caso de Mucugê, onde se chegou ao ponto de ter um cemitério construído por arquitetos que vieram da Ásia, à época.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Otto, o erro foi da Mesa. Quando V. Ex^a chamou o Senador Aloysio Andrade, era outro Aloysio e não este aqui.

O Senador Renan tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo, a exemplo do que fez o Senador Otto Alencar, para que os Senadores que estão em outras dependências da Casa, especialmente os Senadores do PMDB, por favor, venham ao plenário. Estamos votando uma matéria muito importante. Pela benevolência do Presidente Eunício Oliveira, com o consentimento do Plenário e pela importância, sobretudo, da matéria, nós estamos apreciando a matéria em segundo turno, mas é importante que tenhamos um quórum para que essa matéria não corra riscos e hoje seja aprovada. Ela é de fundamental interesse do Nordeste, da nossa cultura, das nossas raízes, e hoje, Sr. Presidente, é também uma solução econômica para a geração de renda e para a geração de empregos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu convido os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras para que venham ao plenário. Estamos votando o segundo turno da PEC que acabamos de aprovar em primeiro turno. Portanto, precisamos de 49 votos "sim". Eu convoco os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras: venham ao plenário. Estamos em um processo de votação nominal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Fernando Bezerra, tem a palavra V. Ex^a.



O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Eu queria trazer uma informação ao Plenário desta Casa sobre a audiência que hoje tive com o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi.

Fui relatar a ele que, embora tenham ocorrido algumas chuvas, agora neste mês de fevereiro, na região do Semiárido nordestino, o fato é que o Cemaden, o centro de pesquisas vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, que, através do Inpe, acompanha as previsões de como deverá ser o volume de chuvas na região do Semiárido nordestino, estima que por mais um ano o Nordeste vai ter chuvas abaixo da média.

A situação, do ponto de vista do abastecimento de água, já é crítica em diversas cidades. Para dar uma ideia aos companheiros do Senado Federal, os reservatórios de Pernambuco acumulam, em média, 10% da sua capacidade.

Portanto, é preciso que o Governo Federal se mantenha vigilante, no sentido de oferecer ações emergenciais que possam evitar o colapso no abastecimento das populações tanto rurais quanto urbanas.

Mas a audiência com o Ministro Blairo Maggi hoje foi para levar outra preocupação, a preocupação com a manutenção do rebanho, sobretudo dos produtores de leite, dos criadores de caprinos e ovinos do Nordeste, do Semiárido brasileiro. E encontrei no Ministro Blairo Maggi boa disposição para que possa ser retomada uma ação, com a qual tive oportunidade de colaborar quando Ministro da Integração Nacional, que foi a venda do milho em balcão pela Conab, para que se possa permitir aos pequenos criadores do Nordeste o acesso ao milho a um preço menor.

Em Pernambuco hoje a saca de milho é vendida a R\$67. Através da venda em balcão pela Conab, esse milho pode chegar a R\$33, ou seja, metade do preço. Essa é uma ajuda fundamental para a manutenção dos rebanhos no Semiárido nordestino.

Por isso, quero dizer que estou trabalhando e articulando com os governadores do Nordeste – de forma particular com o Governador Paulo Câmara, de Pernambuco – para que os governadores, em tratativas com o Ministro da Agricultura, possam fazer a retomada dessa importante iniciativa. Que ela seja retomada de imediato, para que a gente possa chegar com uma notícia concreta, positiva, de acesso ao milho pelos pequenos criadores, para que a gente possa salvar os rebanhos, sobretudo de caprinos e ovinos, que já vêm de cinco anos consecutivos de seca.

Portanto, quero registrar aqui o apoio, o acolhimento e a disposição do Ministro Blairo Maggi em dar uma resposta positiva a uma demanda que é feita pelos criadores, pelos sindicatos de trabalhadores rurais, pelos prefeitos, enfim, por todos aqueles que estão preocupados com o agravamento da situação de seca no Nordeste brasileiro, mas, sobretudo, pela repercussão do prolongamento da estiagem na manutenção dos rebanhos da nossa região.

Era o que eu tinha a informar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu convido as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que ainda não votaram a virem ao plenário. Estamos num processo de votação nominal.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago um assunto aqui que interessa muito a V. Ex^a, aos Senadores do Ceará, aos Senadores da Paraíba, aos Senadores de Pernambuco, de Alagoas, de



Sergipe, aos Senadores de Minas, da minha Bahia, e ao Senador de São Paulo também, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Trata-se da questão do Rio São Francisco.

No ano passado, em agosto, logo após a assunção ao cargo do atual Presidente da República, Michel Temer, fui convidado para o lançamento do projeto Novo Chico, que consiste na revitalização do rio, e eu esperava que neste ano tivéssemos, no orçamento do Ministério da Integração, mais precisamente na Codevasf, os recursos necessários para se iniciar a revitalização do Rio São Francisco. Mas os recursos não foram alocados.

Nós colocamos R\$300 milhões pela Comissão de Meio Ambiente, e o relator do Orçamento, Senador Eduardo Braga, apenas acolheu R\$18 milhões para a revitalização do Rio São Francisco. No ano passado, investiu-se, na transposição, R\$1,48 bilhão, e não se colocou R\$1 para que se pudesse dizer que se fez uma ação para revitalizar o Rio São Francisco.

Quando eu falo em revitalizar o Rio São Francisco, não é só resolver o problema da calha do rio: é, principalmente, resolver o problema dos rios tributários, dos seus afluentes, das suas nascentes, que estão morrendo.

O Senador Antonio Anastasia sabe que o Estado de Minas Gerais, que produz 75% das águas do Rio São Francisco – 25% na Bahia... Na Bahia, só três rios contribuem, hoje, para a vazão do Rio São Francisco: o Rio Carinhonha, na divisa de Minas, o Rio Corrente e o Rio Grande.

Em Minas Gerais, no ano passado, pela primeira vez, interrompeu-se e secou o rio que é perene, o Rio Jequitaí, onde há até o projeto de se fazer uma barragem. Todos os rios, todos os grandes rios de Minas Gerais estão com vazão à metade e comprometidos com desmatamento, assoreamento e esgoto. O principal rio, o mais caudaloso à margem direita, é o Rio das Velhas. Belo Horizonte joga esgoto dentro do Rio das Velhas. Hoje, 20% do esgoto de Belo Horizonte é jogado dentro do Rio das Velhas. Assim são todos os rios, todas as cidades ribeirinhas no Rio São Francisco.

Eu falo isso e quem deve mais prestar atenção ao que eu falo são os Senadores dos Estados receptores das águas do Rio São Francisco, porque, dentro de cinco ou seis anos, se não começar a revitalização do Rio São Francisco, ele vai ser o que o conterrâneo do Senador Antonio Anastasia, Carlos Drummond de Andrade, disse em 1970 – em 1970! –: "Vai ser um retrato na parede depois do ano 2000". E vai ser, sim, um retrato na parede se não começar logo a revitalização do Rio São Francisco. E não há absolutamente, no Orçamento, nada para o Rio São Francisco! Eu fico assim, me dói muito, é doloroso em mim – porque eu conheço essa história toda do rio, de ponta a ponta – saber que o Governo Federal este ano vai gastar um bilhão e lá vai fumaça para fazer publicidade e não vai gastar absolutamente nada no Rio São Francisco.

Gastar em publicidade e não gastar na revitalização do rio que é o principal rio do Brasil, porque vai atender a 30 bilhões de nordestinos; que atende Minas Gerais toda; que atende a Bahia; que vai atender o Ceará – e eu sou totalmente a favor da transposição do Rio São Francisco; que vai atender a Paraíba, do nobre Senador Cássio Cunha Lima, que é o Estado que tem o menor percentual *per capita*/ano de água para atender a população, tanto água de superfície quanto água subterrânea, é um absurdo! Ou o Governo toma uma providência ou então vai ser agora!

Eu dizia antes à presidente Dilma que ela ia colocar o epitáfio: "Aqui jaz o Rio São Francisco". Quem vai colocar é Michel Temer, porque não é possível que não se tenha R\$1 para desobstruir. Primeira coisa: desobstruir a calha dos seus rios afluentes e a calha do Rio São Francisco, que está totalmente assoreada. Três Marias, Senador Antonio Anastasia, que é uma



barragem em Minas Gerais, que recebe água de vários rios de Minas Gerais, está agora com 28% de volume útil.

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Hoje Sobradinho está com 10,65% de volume útil. E outra coisa: se a calha do Rio São Francisco estivesse desassoreada, se tivessem feito a dragagem dele, Sobradinho estaria com 30% a 40%. A água não chega mais na barragem de Sobradinho, porque a artéria está entupida. É como uma artéria do coração que está totalmente obstruída, não leva sangue ao coração.

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Rio São Francisco está completamente obstruído e o Governo Federal vai ser responsabilizado por isso.

Eu não tenho nenhum compromisso a não ser votar aquilo que é importante para o Brasil, mas não votarei, a partir de agora, absolutamente, em nenhuma matéria de interesse do Governo.

(Soa a campanha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em matérias de interesse do Brasil votarei, mas de maneira nenhuma votarei se não adotarem imediatamente uma solução para o Rio São Francisco. E tem que fazer o quê? Tem que fazer o decreto de situação de emergência do Rio São Francisco, para começar imediatamente a dragagem e depois o reflorestamento das nascentes, das fontes, dos afluentes e da margem do Rio São Francisco.

O Rio São Francisco, Sr. Presidente, é como todo ente generoso, dá tudo de si e não recebe nada de volta.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Anastasia e, depois, a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Quero também a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer coro com o Senador Otto Alencar, mais uma vez brilhante na sua intervenção.

O Senador Otto Alencar, que representa o Estado da Bahia, tem sido, ao longo dos últimos anos, um ardoroso defensor do Rio São Francisco, o rio da integração nacional. E, lamentavelmente, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, fomos testemunhas, ao longo dos últimos anos, de alguns grandes equívocos por parte do Governo Federal. Na realidade, antes de falarmos em transposição, à qual somos favoráveis, deveríamos falar na revitalização do Rio São Francisco, como disse o Senador Otto Alencar.

Em nosso governo em Minas Gerais, Sr. Presidente, investimos mais de R\$1 bilhão na revitalização do Rio das Velhas, que é só um afluente, com a sua limpeza, para o Rio São Francisco.

Mas é fundamental que o Rio São Francisco – que é um rio nacional, já que perpassa vários Estados da Federação – tenha, de fato, um programa e um projeto específicos, porque só se pode



transpor aquilo que existe. Ou seja, sem que haja revitalização, sem que se garanta as matas ciliares, a dragagem, a construção de barragens – como a de Jequiá, por exemplo –, que são necessárias para garantir o fluxo e a regularidade, chegaremos ao ponto em que estamos hoje, de termos regiões em nosso Estado de Minas Gerais, onde o rio nasce, em que o Rio São Francisco pode ser cruzado a pé, pois não tem mais nenhuma profundidade. Isso é gravíssimo para um rio que, de fato, leva água, leva abastecimento hídrico, e também para as plantações, a agricultura, a irrigação, não só para o norte de Minas, mas igualmente para a Bahia, para Pernambuco, para Alagoas e para Sergipe.

Desse modo, reiteramos, Sr. Presidente, que, de fato, esse é um projeto fundamental, hemorrágico para os recursos hídricos brasileiros. Primeiro revitalizar o rio para, então, podermos fazer a transposição – e não o inverso, como alertamos à exaustão durante tantos anos.

Parabéns, Senador Otto, pela sua intervenção, como sempre merecedora dos melhores encômios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero também aqui trazer o meu apoio ao Senador Otto Alencar. Nós, juntos, discutimos e travamos essa batalha na Comissão de Meio Ambiente desta Casa. Na oportunidade, no ano passado, por autoria do Senador Otto Alencar, nossa comissão aprovou uma emenda de R\$300 milhões no Orçamento para a revitalização do Rio São Francisco. Isso foi absolutamente ignorado no relatório final do Orçamento.

Estamos vivendo, com a crise hídrica e com a seca no Nordeste – que se alonga já há bastante tempo –, uma situação mais grave ainda do Rio São Francisco.

O Presidente sai daqui para ir aos Estados nordestinos anunciar medidas em relação ao Rio São Francisco que terminarão como medidas demagógicas, porque, sem recursos e sem ação efetiva para que se possa fazer a dragagem e a revitalização do rio, isso não passa de uma falácia.

Nós, portanto, apresentamos outras alternativas. Estive com o Ministro Sarney, na conferência de mudanças climáticas, e iniciamos o debate da questão dos corredores ecológicos, e, no caso, do corredor ecológico do Rio São Francisco. Portanto, esse pronunciamento do Senador Otto é um pronunciamento apoiado pela Bancada da Bahia, integralmente por nós, que unidos atuaremos nessa questão. Não podemos continuar suportando o tratamento que está sendo dado ao Rio São Francisco.

Sr. Presidente, antes de finalizar, quero também destacar que votei, no primeiro e no segundo turno, para que nós possamos ter a reafirmação da vaquejada como um patrimônio nacional. Quero dizer, no entanto, que a vaquejada, para ter esse componente, além do cuidado com o animal, tem também que ser uma festa que mantenha a sua tradição de vaquejada, que não se transforme em um carnaval fora de época em cada local, porque esta é outra festa, com outra característica. A característica da vaquejada como um patrimônio nacional tem que estar relacionada claramente a um tipo de festa e a um tipo de cultura que nós precisamos preservar não apenas no Nordeste, porque o vaqueiro é um homem que não é apenas um tipo característico do Nordeste, mas em todo o Brasil. A história do vaqueiro e o reconhecimento do vaqueiro como profissão, no Brasil, deu-se justamente pela sua característica e identidade nacionais.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu peço ao Senador Valdir Raupp, ao Senador Ataídes, ao Senador Zeze Perrella que compareçam ao plenário para que eu possa encerrar a votação.

Senador Aloysio; na sequência, a Senadora Gleisi, para ver se chegam os companheiros aqui, para que possamos encerrar esta votação. Nós ainda vamos ter a discussão da PEC 50, que está aqui na pauta.

Senador Aloysio, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou testemunha da luta do Senador Otto Alencar pela revitalização do Rio São Francisco, com todas as dimensões que ele evocou e que também o Senador Anastasia evocou do tipo de ações que é preciso que se faça não apenas na calha do São Francisco, mas também em relação a todos os rios afluentes e tributários do Rio São Francisco.

Sou membro da Comissão de Meio Ambiente, participei dos debates e participei também da confecção da emenda de R\$300 milhões a que se referiu o Senador Otto Alencar. Mas eu creio, Sr. Presidente, que é preciso esclarecer – e o Senador o fez no seu pronunciamento – que essa decisão da redução dessa emenda inicialmente de R\$300 milhões para R\$18 milhões não é uma decisão do Presidente da República. Foi uma decisão do Congresso Nacional, que votou o Orçamento por acordo, por unanimidade. Portanto, essa decisão deve ser objeto da autocrítica de cada um dos Deputados e Senadores. Essa decisão não pode ser imputada ao Presidente Michel Temer. O Presidente já ouviu o Senador Otto Alencar, promoveu uma reunião, no Palácio do Planalto, para iniciar um programa que tem o mesmo objetivo dessa luta do Senador Otto Alencar e de vários outros Senadores – minha inclusive.

O Rio São Francisco não é apenas um rio do Nordeste, é um rio nacional, de modo que o Presidente Michel Temer não é indiferente a esse assunto; pelo contrário, é alguém empenhado em levar adiante a revitalização, com todos os recursos que o Estado tem, que o Governo brasileiro tem, em convênio com os Estados, em convênio com os Municípios, para que nós possamos fazer esse trabalho e levar adiante esse projeto, sob pena de se frustrar, inclusive, outro projeto, que é o projeto da transposição.

Ouvi do Senador Otto Alencar o seu veemente discurso. Já entrei em contato com o Ministro Imbassahy e com o Ministro Dyogo, Ministro do Planejamento, para que verifiquem quais são as providências que podem ser tomadas, no âmbito do Poder Executivo, para corrigir os impactos, para minimizar os impactos negativos dessa decisão do Congresso Nacional, que reduziu o montante dessa emenda.

Eu tenho certeza de que o Congresso não negará apoio ao Presidente e de que o Presidente não deixará de desenvolver toda sua energia e o trabalho de sua equipe, para que nós possamos levar adiante o projeto de revitalização, que é um projeto que não é apenas, repito, do Nordeste, mas é um projeto do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu convido o Senador Zeze Perrella...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... o Senador Valdir Raupp, o Senador Aécio Neves, o Senador Eduardo Braga, o Senador Cidinho Santos e o Senador Ataídes para que compareçam ao plenário do Senado. Nós estamos em um processo de votação nominal.



Eu vou dar a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, que pede a palavra para uma questão de ordem.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Conforme falei hoje, na reunião de Líderes, apresento a V. Ex^a uma questão de ordem sobre tramitação de projetos que têm requerimentos para ser discutidos em comissões diversas daquelas a que foram designados.

Então, com amparo nos arts. 403 e 404 do Regimento Interno, combinados também com o art. 266, formulo a seguinte questão de ordem relativa à apresentação de requerimentos à Mesa do Senado Federal, com o objetivo de tramitação conjunta, oitiva de outra comissão não despachada originalmente ou outros requerimentos dessa natureza, em que vem sendo exigido que o processado em questão esteja sobre a mesa para votação do respectivo requerimento.

Ocorre que, recebido o requerimento, a Mesa Diretora tem encaminhado ofício ao Presidente da comissão permanente em questão, com o seguinte teor:

Comunico a V. Ex^a que foi protocolizado, na Secretaria-Geral da Mesa, requerimento. Nesses termos, solicito a Vossa Excelência a remessa do projeto grifado em cópia anexa, que tramita nessa Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa, para que se possa dar seguimento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com os processados sobre a mesa, nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal que estabelece [...]:

"O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em plenário".

Tornou-se praxe, entretanto, que a maior parte das comissões se recuse a devolver o processado, protelando excessivamente a votação do requerimento, que fica sobrestado sobre a mesa.

O caso concreto da presente questão de ordem reside em deslindar a correta interpretação do art. 266 do Regimento Interno, que estabelece: "O processo da proposição ficará sobre a mesa durante a sua tramitação em plenário".

No meu entendimento, não está correta a interpretação de que o referido artigo determine que, para a aprovação do requerimento da natureza a que se refere esta questão de ordem, deva ser devolvido à Secretaria-Geral para ficar sobre a mesa, no plenário, enquanto se aguarda a votação do requerimento.

A lógica é simples: o art. 266 do Regimento está inserido no Capítulo XI, que trata dos processos referentes às proposições. Portanto, a correta inteligência do art. 266 é que ele está se referindo, neste caso concreto, ao processo do requerimento. Isso porque requerimento é uma proposição autônoma, de acordo com o art. 211 do Regimento.

Assim, a interpretação mais adequada nesse caso concreto é de que ele se refere ao processo do próprio requerimento, como proposição autônoma que é, tendo, inclusive, as normas para sua numeração e formação como processo previstos no art. 246 do Regimento Interno.

Este, sim, o requerimento, como proposição autônoma que é, deve ficar sobre a mesa, pois é essa proposição que está tramitando no plenário. Nesse caso, o projeto referido no requerimento não está tramitando no plenário, mas sim na comissão permanente. Por isso, o art. 266 não alcança o projeto. E, portanto, o art. 266 não determina o sobrestamento do requerimento, que pode ser votado pelo Plenário do Senado sem que o projeto nele referido seja devolvido pela comissão respectiva.



Inclusive, fizemos uma consulta à Consultoria do Senado, que tem esse mesmo entendimento, Sr. Presidente. Passaremos essa consulta ao conhecimento de V. Ex^a.

Essa Presidência do Senado Federal, na forma do art. 403 do Regimento, já respondeu à questão de ordem sobre esse mesmo assunto. Entretanto, socorro-me do art. 406 do Regimento Interno, que assim determina: "Considera-se simples precedente a decisão sobre questão de ordem, só adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento".

E temos um fato novo superveniente, que é um parecer da nossa Consultoria.

Em razão de todo o exposto, submeto à deliberação de V. Ex^a a presente questão de ordem para firmar a correta interpretação do art. 266, no sentido de que a votação em plenário de requerimento de natureza de que trata essa questão de ordem não está subordinada à necessidade de devolução do projeto à Secretaria-Geral da Mesa para ficar sobre a mesa aguardando a votação do requerimento, devendo o projeto ser devolvido apenas se o requerimento for aprovado, para que seja lançado o novo despacho de tramitação decidido de forma soberana pelo Plenário do Senado Federal.

Recorro aqui também ao Líder do Governo, Senador Aloysio Nunes, que diversas vezes levantou essa mesma matéria aqui, no plenário do Senado.

Portanto, é a questão de ordem que submeto a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu recebo a questão de ordem de V. Ex^a. Posteriormente darei a resposta à questão de ordem que levanta V. Ex^a.

Vou pedir ao Senador...

O Senador Cidinho está chegando ao plenário. Antes de encerrar, vou pedir ao Senador Anastasia que assuma para que eu possa votar.

Na sequência, chegando o Senador Cidinho, V. Ex^a, por favor, encerre a votação.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Senadora Lúcia Vânia pede a palavra.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um registro.

Ontem estive, em Goiânia, o Presidente da Caixa Econômica Federal. O Presidente da Caixa Econômica Federal foi lançar o Programa Minha Casa, Minha Vida. Isso se deu num verdadeiro comício no Estado. E o que me surpreende é que o Presidente da Caixa não se dignou de fazer um convite aos Senadores do Estado. Ele apenas convidou o Senador do seu Partido, de quem o indicou, do PP.

Portanto, eu quero aqui deixar o meu repúdio e dizer que, aqui, quando o Presidente precisar dos nossos votos, que ele chame apenas os Senadores do PP para votar, porque, se nós não temos, pelo menos, a deferência de sermos convidados quando um Presidente da Caixa vai ao nosso Estado, fazendo um verdadeiro comício em favor daquele que é do seu Partido, é preciso também que o Presidente chame para votar aqui apenas aqueles que estão contemplados nos ministérios.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui a minha concordância, mais uma vez, com o que foi colocado pelo nosso querido Senador Otto Alencar, deixar claro que a revitalização do São Francisco e a transposição do São Francisco são obras bastante complexas; que a carreira que trata disso é



exatamente a minha carreira pública federal, que é a carreira de Analista de Infraestrutura, que foi responsável, desde o início, por todo o trabalho da obra de transposição do São Francisco. Houve mais de cem trabalhadores da minha carreira cuidando disso no Ministério da Integração Nacional e em outros ministérios conexos, como o de Meio Ambiente e outros.

É importante, meu querido Otto Alencar, que nós tenhamos profissionais qualificados e devidamente reconhecidos na Administração Pública brasileira para bem desenvolver projetos como estes: da transposição do São Francisco e da revitalização do São Francisco. Portanto, eu, como servidor público concursado dessa carreira de Analista de Infraestrutura, quero homenagear os mais de cem trabalhadores que trabalharam nessa obra – da minha carreira, falo mais uma vez –, todos os engenheiros, todos os arquitetos que projetaram e fizeram esse trabalho ser uma realidade e que merecem ser homenageados nesta Casa.

Nós estamos com algumas pendências a serem resolvidas na Medida Provisória nº 765, que foi enviada pelo Governo, e, mais uma vez, minha querida Senadora Lúcia Vânia, acordo feito aqui não foi cumprido na sua plenitude. Como o Líder sabe dos acordos feitos nesta Casa, tenho certeza de que ele e outros nos ajudarão a corrigir essas questões na Medida Provisória nº 765, como a questão que V. Ex^a colocou aqui com muita razão. Eu acho que, para uma inauguração – eu sou Vice-Líder do Governo –, devem ser chamados todos os Senadores, independentemente de serem da Base aliada ou não, para podermos participar, já que nós somos os representantes dos Estados no Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Conte com a nossa colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a comandou esta sessão histórica para a vaquejada e a comandou muito bem. Agora, vou lhe fazer um apelo: passe o comando do Senado ao Senador Antonio Anastasia e venha votar, porque o seu voto vai ser um voto de qualidade. O Ceará vai ficar muito feliz. (*Risos.*)

O pessoal do Ceará, os vaqueiros do Ceará, o pessoal que corre vaquejada, os meus amigos lá do Ceará, o Rafael, o nosso coronel que faz aquela vaquejada bonita... Passe ao Anastasia e venha votar, dar o seu voto aqui, de qualidade, para a vaquejada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Otto, V. Ex^a já confundiu o Senador Aloysio, já criou um problema familiar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – E agora cria um problema com os vaqueiros do Nordeste.

Estou aguardando o Senador Cidinho e o Senador Eduardo Braga, que ligaram dizendo que estão chegando aqui.

Na sequência, obviamente, vou pedir ao Senador Anastasia para que eu possa obviamente fazer o voto nessa matéria tão importante para a cultura nordestina.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. V. Ex^a não pode tirar o braço da seringa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vou esperar mais cinco minutos pela chegada do Senador Zeze Perrella, vou aguardar aqui o Senador Cidinho, que disse que está chegando, e o Senador Eduardo Braga, que já está a caminho.



A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – O problema do projeto da vaquejada, Senador Eunício, é que é inconstitucional essa PEC, porque fere as cláusulas pétreas da Constituição, principalmente a da dignidade, a dignidade humana e animal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex^a está abrindo mão da nossa prerrogativa de mudar a Constituição Federal.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – De jeito nenhum. Nós temos prerrogativa, desde que não fira as cláusulas pétreas.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, enquanto aguardamos a chegada dos Senadores, para lamentar a decisão do Ministro Celso de Mello, que manteve no cargo de Ministro nomeado o Ministro Moreira Franco.

Quero lamentar, porque são dois pesos e duas medidas. Isso deixa cada vez mais clara a perseguição ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Aliás os Ministros do Supremo decidiram, fizeram uma tese. Quem hoje está defendendo o Ministro Moreira Franco fez tese, dizendo que a nomeação do Presidente Lula, quando convidado pela Presidenta Dilma, era para ganhar foro especial. Agora, acaba o Presidente Temer de nomear um Ministro que foi questionado em diversos juízos deste País, e Ministro do Supremo que mantém essa nomeação.

Quero lamentar aqui, porque isso deixa cada vez mais evidente que era uma perseguição e é uma perseguição implacável que estão fazendo com o Presidente Lula e com o PT.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Otto, só para registrar a V. Ex^a que o painel não está preparado para que o Presidente... Quero que o Presidente possa votar.

Então, a votação consignará o meu voto na Ata da Casa e contará para efeito de quórum e da aprovação da matéria.

Portanto, o meu voto será registrado em Ata. E eu espero ainda mais o Senador Cidinho, que está chegando, e o Senador Eduardo Braga.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Sem revisão do orador.) – Eu estava numa reunião de Líderes para discutir uma matéria que o Senador Aloysio trouxe sobre a questão de testes em seres humanos de medicamentos. É lógico que isso é feito no mundo todo. Nos Estados Unidos, por exemplo, há pessoas que se apresentam quando estão com algum tipo de doença terminal para ver se ter uma esperança de cura. O Brasil ainda está muito atrasado nessa questão. Hoje, o Líder Aloysio levou essa questão.

Nós vamos debater esse assunto quando, Senador Eunício? Eu assinei a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Líder, a matéria está sobre a mesa, a urgência. Logo após o encerramento da votação, obviamente vou ler a matéria no dia de hoje.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Falta somente o Senador Cidinho, que me pediu um minuto.

O Senador Cidinho acaba de entrar no plenário.



Só para explicar aos Senadores que, como o painel não vai registrar o meu voto, embora eu vá para o plenário... Vou passar a Presidência para o Senador Anastasia, que, na sequência do meu voto, encerrará essa votação. Não vai constar o meu voto, mas o meu voto constará da Ata desta Casa.

Passo a Presidência para o Senador Anastasia, para que eu possa votar.

V. Ex^a, após o meu voto, encerrará a votação.

(O Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Anastasia.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o Senador Otto Alencar, meu companheiro de Partido que foi autor desta proposta e, é lógico, teve o apoio de toda a nossa Bancada, da Bancada do PSD.

Eu queria também expressar, em meu nome e em nome de todos acrianos que se empenharam, que pediram que estivéssemos juntos apoiando essa proposta, por entender que é uma proposta boa para o meu Estado, para o nordestino, para o Brasil. Sempre tenho dito que o esporte da vaquejada é das pessoas humildes, daquelas pessoas que não têm grandes oportunidades.

O Senador Otto Alencar, esse bom baiano, se empenhou e se dedicou para que hoje, se Deus quiser, nós possamos aprovar essa proposta.

Então, em meu nome, em nome dos acrianos que gostam de vaquejada, eu queria parabenizar o Senador Otto Alencar.

Parabéns, Senador.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava no meu gabinete agora e tive a oportunidade, como também a colega, Senadora do meu Estado, de usar o nome de uma instituição tão querida e respeitada do nosso Brasil, a Caixa Econômica, que foi ao meu Estado ontem, fazer o lançamento conhecido e divulgado pelo Presidente da República na terça-feira, que é o novo Programa Minha Casa Minha Vida. Tive a oportunidade de ser convidado para estar no evento, como outros Senadores com certeza foram.

Eu acho que a colocação da minha colega foi um pouco inoportuna, porque as eleições serão no ano que vem. Então, temos de trabalhar muito. Nós fazemos parte da Base do Governo para trabalhar, para o ajudar o seu Estado, como, com certeza, o Presidente da Caixa vai estar também nos Estados dos colegas Senadores.

Então, eu só queria esclarecer que o evento vai ser em nível nacional e houve no Estado de Goiás.

As eleições são no ano que vem. Temos que trabalhar muito para, com certeza, no ano que vem, termos os votos do povo, no meu caso, de Goiás.

Obrigado, Presidente.



A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o Senador que me antecedeu não colocou a coisa como deveria.

Eu não recebi nenhum convite da Caixa Econômica Federal. Eu votei aqui o projeto. E fiz esse alerta porque o programa é nacional e vai estar em todo o País, em todos os Estados. E o que é mais grave, o Governo não tem o direito de debitar esse programa a determinados Senadores, porque nós somos três Senadores, os três Senadores votaram, os três Senadores trabalharam para que esse programa pudesse chegar ao nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – 52 SIM; 9 NÃO.

Mais o voto do Presidente, Senador Eunício, que não está registrado:

53 SIM; 9 NÃO. (**Listas de votação - Vide item 2.2.1 do sumário**)

Duas abstenções.

Quórum de 64.

Está aprovada e vai à Câmara dos Deputados.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra, o eminente Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acabei de assinar aqui uma proposta de emenda à Constituição do Senador Flexa Ribeiro e quero parabenizá-lo por essa proposição que estabelece a vedação de que os membros da Justiça eleitoral tenham filiação partidária em pelo menos dois anos anteriores a sua indicação.

Isso é algo extremamente necessário. Não pode um membro da Justiça eleitoral ter vinculação a um partido político recente. Ele vai ser um magistrado ali. Isso é uma anomalia do nosso sistema. Isso nos Estados se repete muito, e eu não vejo aquela pessoa com a isenção necessária para ser um magistrado da Justiça eleitoral, para poder julgar as questões.

Então, considero que essa é uma PEC necessária.

Quero parabenizar o Senador Flexa Ribeiro. Acabei de assinar e acho importante esta Casa adotar um mecanismo célere na avaliação dessa proposição. Não podem membros da Justiça eleitoral acabarem de sair de um partido político, porque eles não vão com aquela isenção que é a isenção de que a população necessita para aquela função.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Reguffe, o Sr. Antonio Anastasia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Item 2 da pauta.



Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2016, de iniciativa da Comissão Diretora, que prevê lei complementar para conceituar pequeno Município, disciplinar os princípios da Administração Pública, as normas gerais aplicadas ao processo administrativo fiscal e as questões de matéria tributária; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para a contratação com o setor público e fixa a obrigatoriedade de tratamento simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte nas normas de caráter geral das empresas, a desburocratização.

Parecer sob o nº 951, de 2016, da CCJ.

Relator o Senador José Maranhão, favorável à proposta com as Emendas de nºs 1 a 6 da CCJ.

(É a seguinte a matéria apreciada:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2016

(Calendário Especial - Requerimento nº 855, de 2016)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2016, da Comissão Diretora, que *altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.*

Parecer sob nº 951, de 2016, da CCJ, Relator: Senador José Maranhão, favorável à proposta, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ.)

A proposta foi incluída na Ordem do Dia, conforme calendário especial, nos termos do Requerimento 855, de 2016.

Discussão da proposta em primeiro turno. (*Pausa.*)

Esta é a primeira sessão de discussão da proposta em primeiro turno.

Portanto, não havendo oradores inscritos, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

Há sobre a mesa requerimentos de urgência.

Nos termos do art. 340, inciso II, do Regimento Interno, passa-se à apreciação dos requerimentos de urgência lidos no período do Expediente.

Em votação o requerimento que solicita regime de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015, que dispõe sobre pesquisas clínicas em seres humanos. (**Requerimento nº 67/2017**)

Votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A matéria constará da Ordem do Dia de amanhã.

É o segundo item.

Em votação o requerimento que solicita urgência do Projeto de Lei do Senado nº 406. (**Requerimento nº 68/2017**)



Há uma solicitação do Líder Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tendo em vista que o Relator da matéria é o Senador Ronaldo Caiado, que se encontra ausente por motivo de saúde, eu retiro o requerimento de ofício, para que ele seja aprovado na presença do Senador Ronaldo Caiado.

Requerimento nº 29, de 2017, da Senadora Gleisi Hoffmann, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos desta Casa para participar, conforme indicação da Presidência, nos dias 5 e 6 de abril de 2017, do Fórum Global das Mulheres nos Parlamentos, que se realizará em Düsseldorf, na Alemanha. E comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 1º a 8 de abril do corrente ano.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Tem a palavra V. Ex^a, por vinte minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, amigos e amigas do meu querido Estado do Pará.

Iniciamos o ano legislativo, Presidente Eunício Oliveira, votando matérias da mais alta relevância para a agenda nacional.

Na semana passada, este Plenário aprovou a MP do ensino médio, com segmentação de disciplinas segundo áreas do conhecimento, maior liberdade de escolha de disciplinas pelo aluno e implementação gradual do ensino integral.

Ainda neste semestre, deverão chegar ao Senado a PEC 287, de 2016, da Reforma da Previdência, e o PL 6.787, de 2016, proposta de reforma na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Todos esses temas são fundamentais para a recuperação da economia nacional, pois criam um ambiente de estabilidade e confiança que permite a retomada de investimentos.

Nesta mesma direção, gostaria de destacar outra matéria que não apenas faz justiça aos Estados brasileiros, como também reconstrói as bases do nosso Pacto Federativo.

No final de novembro de 2016, exatamente no dia 30, uma decisão unânime dos Ministros do Supremo Tribunal Federal declarou procedente a ação movida pelo Estado do Pará.

O texto da decisão final do STF declara que – aspas:

O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Ministro Gilmar Mendes, julgou procedente a ação para declarar a mora do Congresso Nacional quanto à edição da Lei Complementar prevista no art. 91, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), fixando o prazo de 12 meses para que seja sanada a omissão, vencido, no ponto, o Ministro Marco Aurélio.

Na hipótese de transcorrer *in albis* o mencionado prazo, o Tribunal, por maioria, deliberou que caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU):

a) fixar o valor do montante total a ser transferido aos Estados-membros e ao Distrito Federal, considerando os critérios dispostos no art. 91, do ADCT, para fixação do



montante a ser transferido anualmente, a saber, as exportações para o exterior de produtos primários e semielaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, §2º, inciso X, alínea *a*, do Texto Constitucional;

b) calcular o valor das quotas a que cada um deles fará jus, considerando os entendimentos entre os Estados-membros e o Distrito Federal realizados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e que se comunique ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Fazenda, para os fins dispostos no §4º, do art. 91, do ADCT, e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para adoção dos procedimentos orçamentários necessários para o cumprimento da presente decisão, notadamente no que se refere à oportuna inclusão dos montes definidos pelo TCU na proposta de Lei Orçamentária Anual da União, vencidos os Ministros Marco Aurélio, Teori Zavascki e Cármen Lúcia (Presidente), que, no ponto, não acompanharam o Relator.

Plenário, 30 de novembro de 2016.

Fecho aspas.

Esse foi o voto do parecer do Ministro Gilmar Mendes, aprovado no dia 30 de novembro de 2016.

A decisão representa uma conquista dos paraenses. Há 13 anos, venho, de forma permanente, acompanhando embates técnicos e políticos sobre o tema. Atrevo-me a dizer que a primeira reunião do nosso Presidente, Senador Eunício Oliveira, assim que encerrou a sessão de abertura do ano legislativo no Congresso Nacional, Senadora Ana Amélia, foi para tratar dessa pauta. O Senador recebeu a mim e ao Governador do Pará, Simão Jatene, e ficou de atender a nosso pleito de colocar em pauta a regulamentação da Lei Kandir.

Ao longo de nosso mandato, apresentamos várias proposições tentando resolver a questão. Cito a PEC 58, de 2005; a PEC 37, de 2007; e, em 2013, apresentei emenda ao PLS 106 para estabelecer o ressarcimento das perdas.

Passados 13 anos e 2 meses, o Congresso ainda não cumpriu sua determinação constitucional. Como julgou o STF, fomos omissos por não definir terminantemente os critérios e regras de compensação aos Estados exportadores pelas perdas decorrentes da desoneração das exportações.

Ainda em sua decisão, o STF nos impõe prazo para a regulamentação; caso contrário – a isso é importante a atenção das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores –, atribui ao Tribunal de Contas da União (TCU) a fixação de regras de repasse e o cálculo das cotas de cada um dos interessados.

Apesar de respeitar e reconhecer a capacidade técnica do TCU, tenho plena convicção de que não nos furtaremos a fazer uso da atribuição que é própria do Congresso Nacional.

O PLS 288, de 2016, o qual fomos designados no dia 23 de novembro para relatar na Comissão de Assuntos Econômicos, versa sobre o art. 31 da Lei Kandir. De autoria do Senador Wellington Fagundes, o texto prevê a regulamentação da compensação da União aos Estados e Municípios por conta da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semielaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente.

Sobre o referido projeto, gostaria, inclusive, de dizer que apresentaremos relatório, assim que as comissões permanentes forem instaladas.



Outros projetos foram apresentados nesta Casa com a finalidade de fazer justiça com os Estados exportadores. Cito o PLS 312, de 2013, do então Senador Pedro Simon, que estabelece que a União entregue aos Estados e ao Distrito Federal, em parcelas mensais e iguais, o montante equivalente às perdas de receitas decorrentes da desoneração das exportações definida pela Lei Kandir.

O substitutivo do então Senador Eduardo Suplicy foi aprovado na CAE e está pronto para inclusão na Ordem do Dia do plenário. Ele, inclusive, estabelece a mesma metodologia utilizada pelo Confaz no cálculo das perdas de cada Estado, considerando o Protocolo ICMS 69, de 2008.

Quero dizer, portanto, que já existem matérias sobre o tema. É preciso apenas que nós nos aprofundemos nesta discussão para que possamos restabelecer as bases do pacto federativo, dando aos entes federados condições para a justa recomposição de suas receitas.

Como verdadeiros representantes dos Estados – que somos, no Senado Federal –, que agonizam em razão da atual crise financeira, não podemos permitir que há mais de uma década a compensação das desonerações seja feita pelo Governo Federal em índices infinitamente menores do que as reais perdas. Lembrando – e é bom que fique isso também lembrado a todos – que 25% da compensação se destinam aos Municípios, que também atravessam sérias dificuldades financeiras.

O aporte de recursos decorrentes do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) é muito inferior ao volume das perdas. Essa compensação que hoje é feita, parte pelo FEX e parte como substituto da Lei Kandir, não chega a 15% da perda real de cada Estado, inclusive do Estado do Pará, que é um dos mais penalizados pela não tributação dos produtos primários e semielaborados na exportação.

A lei é correta: não se exporta impostos. Agora, como está na Constituição, esse imposto não cobrado pelo Estado tem que ser ressarcido pela União, porque ele vem para sanear, melhorar a balança comercial, dando superávit para o nosso País.

Ao analisar as perdas no período de 1997 a 2015, a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) chegou a uma conclusão que deve servir de alerta: apenas o Pará, no período, deixou de arrecadar aproximadamente, Senadora Ana Amélia – e o seu Rio Grande do Sul também deve ter uma perda enorme pela não compensação das perdas de tributação na exportação –, como eu disse, de 1997 a 2015, deixou de arrecadar aproximadamente R\$46,6 bilhões com as desonerações.

Minas Gerais, um dos três Estados que mais perdem pela não tributação das exportações – Minas, Mato Grosso e Pará – perdeu R\$92,2 bilhões. Já o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, que decretaram calamidade financeira, deixaram de arrecadar, o Rio de Janeiro, R\$49,2 bilhões, e o Rio Grande do Sul, R\$41,8 bilhões.

Portanto, recompor as bases federativas deve ser um compromisso de todos. Temos que sair da inércia. Ou pautamos logo o projeto do Senador Pedro Simon ou formamos... E eu quero aqui fazer uma sugestão ao nosso Presidente, Senador Eunício Oliveira, para que – como ficou decidido na reunião que tivemos tão logo terminou a sua sessão de posse – ele possa dar agilidade à tramitação dos projetos de regulamentação.

Então, nós pedidos, como disse, ou que possamos pautar o projeto do Senador Pedro Simon, que está pronto no plenário, ou que se forme uma comissão especial para elaborar a proposta e apresentá-la ao Plenário com a máxima brevidade, a exemplo do que foi feito com a Agenda Brasil, pacote de medidas analisado pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN).



Precisamos, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, tratar com urgência a regulamentação da Lei Kandir; caso contrário, seremos novamente omissos em nosso dever de defender a Constituição e os Estados brasileiros, princípios maiores do mandato parlamentar.

Muito obrigado, Presidente, Senadora Ana Amélia.

(Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Amélia.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cumprimento o Senador Flexa Ribeiro.

Esse é um tema recorrente para os Estados exportadores. O Rio Grande do Sul pagou e continua pagando muito caro essa conta. A compensação nunca aconteceu e é preciso um tratamento... Por isso essa crise, também, dos Estados que pagam e não recebem a receita adequada na exportação.

Parabéns pela abordagem do tema. Estamos juntos nessa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – O Governo da União, quando socorre os Estados, apenas está devolvendo parte do que não compensou da Lei Kandir.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Cássio Cunha Lima, pela ordem.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Encaminho à Mesa, Sr^a Presidente, um requerimento com um voto de pesar pelo falecimento de Edson de Godoy Bueno. Hoje pela manhã, fomos surpreendidos... Na verdade, tomei conhecimento através de uma postagem do Prefeito de São Paulo, João Dória Júnior, que era muito amigo de Edson Godoy.

Tive o privilégio de conviver com Edson Godoy Bueno em alguns eventos do Lide, pude testemunhar um homem bem-sucedido, mas que nunca perdeu a sua simplicidade, a sua sabedoria, a sua forma sempre educadíssima, fidalga, de tratar o semelhante, o exemplo de sucesso de um brasileiro que amava profundamente este País e que nunca perdeu a crença em nossa Nação.

Desaparece Edson de Godoy Bueno de forma muito precoce. Pelas informações que colhi, estava jogando uma partida de tênis e, ao que me parece, teve um infarto fulminante que lhe ceifou a vida.

Então, encaminho à Mesa Diretora requerimento transmitindo, desde já, as condolências – não apenas minhas, mas tenho certeza de que as do Senado Federal – à família de Edson por esse baque, por esse golpe que nos deixa profundamente entristecidos. Que a família receba as nossas condolências.

E que fique sempre esse exemplo dignificante de um menino que nasceu pobre, que foi feirante e que construiu, com seu trabalho, com seu esforço, um sistema de saúde que era a Amil, que todos conheciam e que depois foi vendida para empresas de outras partes do mundo. Salvo engano, a Amil foi comprada por uma empresa americana. Mas Edson era essa figura que cativava. Não gostar dele era simplesmente impossível, porque, apesar de todo o seu sucesso – um



homem extremamente rico, fruto de seu trabalho, tendo nascido muito pobre –, era um homem absolutamente simples, mais do que simples, extremamente generoso, generoso nos seus atos, nas suas atitudes. Portanto, o Brasil perde, sem dúvida, um grande brasileiro. Aqueles que conheceram Edson Godoy Bueno estão entristecidos neste instante, como estou, pela figura humana extraordinária que ele sempre foi.

Então, requeiro à Mesa que encaminhe à família o nosso voto de pesar.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Cássio Cunha Lima, eu estou também impressionada com a notícia, porque tive o prazer de conhecer o Dr. Edson no ano passado, em novembro, num evento em Buenos Aires. Eu não o conhecia pessoalmente; conhecia apenas pelas entrevistas, pela relevância dele no que fez em termos de saúde suplementar. Tive também a feliz oportunidade de sentar várias vezes nas refeições daquele evento, que era do grupo do João Doria, hoje Prefeito São Paulo, e conversar com ele. A descrição que V. Ex^a faz dessa figura humana e desse grande empresário é exatamente esta: um homem absolutamente simples, que não demonstrava, nem ele nem a esposa, muito atenciosa, em nenhum momento, o poder e a riqueza que tinham. Pessoas grandes são assim: elas têm essa forma humilde na simplicidade. Não é humildade. É uma simplicidade natural de pessoas que fazem da riqueza apenas um instrumento para servir e ajudar.

Fizemos muitos comentários sobre vários temas e vi que eu estava diante de um homem realmente comprometido com o País. Ele podia ter parado. Não, ele estava fazendo outras coisas, outros negócios em outras áreas de saúde. Era uma pessoa comprometida com o bem-estar da população e com a geração de emprego. Então, eu também estou chocada com a notícia, porque ele era um homem muito jovem e morreu. Ou seja, temos que aproveitar cada dia da vida e viver intensamente cada momento, porque não sabemos o momento que sairemos desta para outra esfera, que não sabemos como é.

Muito obrigado, Senador.

Eu queria pedir o apoio do Senador Flexa Ribeiro, porque eu queria fazer o registro de algumas questões relacionadas ao meu Estado. Então, eu peço o apoio do Senador Flexa Ribeiro para me ajudar nesta missão e nesta tarefa.

(A Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

V. Ex^a dispõe não só de vinte minutos, mas do tempo que for necessário, para que faça a comunicação aos seus correligionários do Rio Grande do Sul, nossos irmãos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador Flexa Ribeiro, eu não posso desconhecer a decisão do Supremo Tribunal Federal já referida aqui. E eu queria dizer que, para mim, as questões podem ser legais, mas politicamente podem não ser as mais corretas.

Eu reafirmo aqui as posições que defendi antes e depois. Tenho certeza e confio na idoneidade e no rigor com que o Presidente da República tem tratado a questão pública. Ontem mesmo reafirmou o princípio dessa, digamos, idoneidade, ao dizer que vai demitir o ministro que estiver denunciado, que seja réu em operações como, por exemplo, a Lava Jato, que é a mais visível, a mais importante, que a sociedade mais acompanha e mais cobra.

Então, a decisão do Ministro Celso de Mello mantendo o Ministro Moreira Franco no cargo e também mantendo-lhe o foro privilegiado pode ser uma decisão legal, mas, no meu entendimento,



não é politicamente correta. E o desgaste do Governo vai continuar, apesar dessa cobertura jurídica dada pela Suprema Corte do País, Corte na qual eu acredito, que eu respeito e admiro, porque respeito os Poderes constituídos do nosso País: o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal. Espero que essas instituições todas não se deixem contaminar por paixões, mas pela razão, na hora da tomada de todas as decisões. Sei a que preza e a que reserva cada mente e cada cabeça dos nossos magistrados, dos nossos procuradores, da Polícia Federal e do Presidente Michel Temer.

Mas eu venho aqui para falar hoje, reafirmando o apoio ao que V. Ex^a falou sobre a questão da Lei Kandir, a famosa Lei Kandir. Eu até fiz uma proposta, quando candidata, de usar o crédito da Lei Kandir para efeito de abater da dívida que o Estado tenha com a União. Eu queria fazer isso, Senador, porque, se temos um crédito e a União nos cobra um débito de outra natureza, mas que é um débito, por que não fazer um acerto de contas na proporção daquele débito? Mas nem sempre as coisas mais simples são as melhores, porque parece que, no Brasil, nós preferimos complicar a simplificar. É o País que nós temos, é esse o nosso convívio com essa realidade.

Eu queria chamar atenção, porque já pedi ao Ministro Blairo Maggi uma atenção redobrada. Ele, aliás, teve um trabalho extraordinário ao visitar, logo que assumiu, os dois maiores polos produtores de maçãs do Brasil: o polo representado pelo Rio Grande do Sul, em Vacaria, onde está a sede da Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã; e São Joaquim, em Santa Catarina, onde está também a sede da maior produção de maçãs em Santa Catarina.

Para o senhor ter uma ideia, Santa Catarina tem 47% da produção nacional, e o meu Estado tem 45% da produção nacional. Os dois juntos produzem 92% das maçãs brasileiras, que são destinadas ao mercado interno, preferencialmente, e também à exportação.

A previsão da safra 2017 é de 1,1 milhão de toneladas de maçãs. A área plantada é de 35 mil hectares, e o setor movimenta com essa produção R\$6 bilhões por ano. Não é pouco o significado econômico e social dessa área, também do ponto de vista tecnológico. E gera 160 mil empregos diretos e indiretos.

A Associação Brasileira de Produtores de Maçã, através do seu Presidente, Pierre Nicolas Pérès, e também do Diretor Executivo, Moisés Albuquerque, está muito preocupada porque o Ministério da Agricultura está abrindo nesta semana – ontem – autorização para que o Brasil importe peras da Coreia do Sul.

Isso representará, para preocupação e aflição dos produtores de maçãs do Brasil, que detêm essa produção que eu acabei de falar, um risco da reintrodução nos pomares de maçãs de uma doença que foi erradicada no Brasil com um grande esforço dos nossos pesquisadores, dos nossos engenheiros agrônomos, das entidades que trabalham com o setor, tais como a Epagri, enfim, de todas as empresas que operam nessa área. E essa doença foi erradicada a duras penas, com muitos prejuízos.

Então, o risco de reintroduzir essa doença, o cancro europeu, nos pomares de maçãs é extremamente grave. E a pera também pode trazer junto essa contaminação; não só a maçã. Eles não queriam que fosse autorizada a importação de maçã da China, mas a autorização da importação de peras da Coreia tem um risco igual, porque a fruta tem a mesma possibilidade de reintroduzir o cancro europeu nos pomares de maçãs.

Portanto, isso é uma preocupação sanitária relevante, porque não adianta chorar sobre o leite derramado. Estamos avisando porque prevenir é melhor do que remediar. Tenho certeza de que o Ministro Blairo Maggi leva em consideração essas questões fitossanitárias na hora de tomar uma decisão dessas. Eu sei também que ele, com a visão pragmática que tem, se nós queremos



exportar mais para a Coreia, nós também temos de abrir algum espaço no mercado brasileiro para produtos coreanos, mas vamos abrir em outras áreas que não comprometam a sanidade dos pomares brasileiros.

Então eu faço este registro, renovando aqui na tribuna o apelo ao Ministro Blairo Maggi para essa atenção.

Mas tenho também não só essa notícia de preocupação dos produtores de maçãs. Fiquei muito feliz com o convite que recebi dos produtores da nova área que começa a florescer no meu Estado, que é a olivicultura. Temos a pomicultura, que é a produção de maçãs, e agora estamos florescendo a passos muito largos, com um crescimento de 30% ao ano, na olivicultura, que é a produção de azeitonas, um fruto apreciado especialmente porque é a matéria-prima de um dos temperos que mais gostamos, que é o azeite de oliva. O Brasil importa praticamente tudo o que consome de azeite, vem tudo do exterior. Mas temos condições de trabalhar com essa matéria-prima extremamente apreciável.

No dia 15 de março, no Município de São Sepé, no Rio Grande do Sul, ocorrerá a sexta solenidade de início da colheita da olivicultura, da colheita das azeitonas. A solenidade será realizada na empresa Tecnoplanta, que é produtora de um dos azeites de maior qualidade da região, o Prosperato. Esse mesmo evento já foi realizado, essas colheitas, em Cachoeira do Sul, onde também há a produção de um azeite de grande qualidade, o Olivas do Sul; em Caçapava do Sul, também com azeites de boa qualidade, um deles chamado Verde Louro; em Pinheiro Machado, Santana do Livramento e Sentinela do Sul. Então, vários Municípios estão já se especializando.

Eu acrescentaria ainda a produção em Canela, também em São Francisco de Paula, e de empreendedores que são diárias de indústria. Grupos como Randon; Patricia Druck; Jandir Capoani, em Canoas; e Pedro Bertolucci, em Gramado, estão se dedicando, com grande atenção, à produção de olivas ou de azeitonas no Estado do Rio Grande do Sul. Então, essa colheita agora, no dia 15 de março, vai ser um marco para revelar o que está sendo feito.

A área de produção no Brasil hoje é de cerca de 4 mil hectares. A área da produção no Rio Grande do Sul é mais da metade disso: 2,1 mil hectares, plantados principalmente na metade sul do Rio Grande do Sul, que é a que mais precisa de novas opções de desenvolvimento.

Na última safra foram colhidas, no Rio Grande do Sul, 300 toneladas de azeitonas, e a expectativa é de que esse número aumente 30% neste ano, devendo chegar a 450 toneladas. A produção também rendeu 34 mil litros de azeite de excelente qualidade.

Estados com produção: o Rio Grande do Sul hoje responde pela metade da produção brasileira. Além disso, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e Santa Catarina também estão produzindo olivas.

Cerca de 160 produtores gaúchos investem na olivicultura em mais de 50 Municípios, entre os quais se destacam Caçapava do Sul – como eu já disse –, Pinheiro Machado, Cachoeira do Sul, Santana do Livramento, Canguçu, Dom Pedrito, Candiota, Jaguarão, Bagé, Encruzilhada do Sul, Formigueiro, Piratini, São Sepé – onde será a abertura da colheita, no dia 15 de março, do nosso Prefeito Léo – e Barra do Ribeiro. A maioria dos olivais está em fase de formação das plantas.

Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com oito fábricas de puro azeite extravirgem de excelente qualidade – não é porque eu sou gaúcha; os especialistas falam isso – e 13 marcas no mercado. O azeite Batalha, produzido em Pinheiro Machado, é vendido numa grande rede de supermercados, e esses investimentos são muito importantes.



O crescimento da produção no Rio Grande do Sul: 400 hectares por ano – cerca de 20% ao ano de crescimento, com uma produção de 30%. Em 2005, eram cem hectares em todo o Estado. A meta é chegar a 3 mil hectares até o final do próximo ano. Veja só que boa notícia!

Investidores de outros Estados estão também fazendo... O setor agora está se organizando, criando uma associação para defender os seus interesses, e a grande questão deles reside no seguinte, eles têm vários desafios. Um deles: no rótulo dos azeites de oliva não consta a data em que o fruto foi colhido, apenas a data do envase ou do engarrafamento. Deveríamos fazer como ocorre com os vinhos. Coloca-se a data de tal colheita da uva que se tornou o vinho. Especialistas apontam que isso possibilita a entrada de azeite de péssima qualidade, feito com produtos velhos. A proposta é que, assim como ocorre na produção de vinhos, também conste a safra da colheita da azeitona, no caso, para dar ao consumidor a garantia de qualidade.

Maior fiscalização na qualidade dos azeites importados. Testes apontam que há produtos vendidos como extravirgens, mas, quando testados, não apresentam a qualidade necessária.

Mudar a legislação para que não entre azeite de oliva a granel, para ser envasado no Brasil. Hoje, membros da Câmara Setorial da Olivicultura do Rio Grande do Sul – técnicos, produtores, empresários, proprietários das fábricas de azeite – estão reunidos para criar a Associação Nacional, a fim de que possam tratar desses assuntos da olivicultura com os Ministérios.

O Coordenador da Câmara Setorial da Olivicultura, Paulo Lipp, diz que o reconhecimento é internacional. Em maio – não estou fazendo propaganda enganosa, é verdade –, informa o Coordenador da Câmara Setorial da Olivicultura, o azeite de oliva extravirgem da Prosperato recebeu a medalha de prata no Domina International Olive Oil Contest, que se realiza na Sicília, Itália. Foi o único azeite brasileiro premiado. O azeite Olivas do Sul, de Cachoeiro do Sul, também já havia ganho um prêmio internacional.

O Brasil importa o equivalente a R\$1,5 bilhão em azeites e conservas de azeitonas; 99% dos azeites e conservas de azeitonas consumidos vêm de outros países. A Embrapa aponta que o Rio Grande do Sul tem mais de 1 milhão de hectares com condições de clima e solo para o plantio de oliveiras. Além do solo e clima favoráveis, o investimento em pesquisa, assistência técnica aos produtores e linhas de crédito auxiliam o fomento à produção.

A Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, através da iniciativa do Secretário Ernani Polo, Deputado Estadual – meu correligionário, muito combativo, muito criativo –, criou a Câmara Setorial da Olivicultura. Ele disse que prevê ações de defesa sanitária e produção de mudas de qualidade, aumentando a produção através de uma assistência técnica especializada, industrialização de azeites e conservas, além de linhas de crédito aos produtores.

É por isso que digo que o Brasil e o Rio Grande são maiores que a crise, Senador Flexa Ribeiro. V. Ex^a, que é lá do Pará. Eu já estive lá no seu Estado, vendo, para minha surpresa, que o Pará logo vai bater a Bahia, da Senadora Lídice da Mata, no cacau. Não sei, não quero entrar nessa briga. Eu gosto muito da Bahia; estive lá com a Senadora Lídice, em Ilhéus, e com o senhor, lá em Belém, numa feira de chocolate que me impressionou pela qualidade dos produtores que estão fazendo o tal valor agregado. A mesma coisa acontece lá em Ilhéus; visitei produtores que a Senadora me apresentou e que também estão fazendo o dever de casa com talento, com disposição, com desburocratização para essas pessoas que estão fazendo a diferença. Então, Senador, eu acho que nós temos um espaço enorme para melhorar este País trabalhando e produzindo, estimulando quem quer fazer a diferença.

Veja só: daqui a pouco, em vez de estarmos comprando R\$1,5 bilhão em azeites, poderemos estar exportando o equivalente a US\$1 bilhão em azeites genuinamente brasileiros, verde e amarelo.



Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento. V. Ex^a, com competência e conhecimento, presidiu a Comissão de Agricultura no último biênio e eu tive a honra de ser um dos membros da Comissão. Às 8h da manhã, a Senadora Ana Amélia iniciava a sessão da comissão.

O seu pronunciamento foi uma aula para todos nós, inclusive enriquecendo o conhecimento. Você vê que a produção, o plantio de maçã, no Rio Grande do Sul, numa área de 35 mil hectares, produz uma receita de mais de R\$6 bilhões; mais de R\$6 bilhões em uma área que nós, lá na Amazônia – 35 mil hectares –, dizemos que é fundo de quintal, é fundo de quintal.

Mas quando vai para a cultura das oliveiras, das azeitonas, é mais. Existe 1 milhão de hectares propícios ao plantio e há, pelo que me lembro dos números, um pouco mais de 10 mil, 15 mil hectares plantados – quer dizer, é uma capacidade de crescimento, como foi colocado aí, para o Brasil deixar de ser importador e se tornar exportador.

Eu costumo dizer, Senadora, que o Papa é argentino, mas Deus é brasileiro. Então, temos só que fazer o dever de casa. Estamos agora fazendo as reformas, que deveriam ter sido feitas, continuadas, ao final do mandato de Fernando Henrique Cardoso, e foram paralisadas, porque veio um vento a favor e acharam que aquilo seria para toda a vida. Quando o vento parou de empurrar, tivemos que segurar este País com o que nós temos.

Então, as reformas que estão sendo retomadas agora são importantes: a reforma do ensino médio, a reforma para melhoria da qualidade dos alunos do Brasil; a reforma da previdência, que é pesada mas tem que ser feita, senão não vai garantir a aposentadoria daqueles que, a médio prazo, vão precisar dela; a reforma da CLT, que tem 60 anos e precisa ser modernizada. Nada que prejudique os trabalhadores, os empresários, mas tudo que seja a favor do desenvolvimento do nosso País.

Agora, no bojo dessas reformas, temos que fazer a reforma que precisa ser feita no Pacto Federativo. Não é possível, mais. A gente fala isso permanentemente aqui no Senado, e não tomamos a iniciativa de caminhar na reforma do Pacto Federativo – por quê? Eu dei os números aí: o Rio Grande do Sul perdeu, de 1997 a 2005, R\$41,6 bilhões por não tributar as exportações. E aí, ao entrar numa crise financeira como essa, que precisa do auxílio da União, quando entregam R\$2 bilhões é como se estivessem fazendo um grande favor. É apenas 5% daquilo que deixou de ser transferido para o Estado e ficou nos cofres da União.

Então, é preciso que nós aqui, como representantes que somos dos Estados da Federação e do Distrito Federal, possamos ser protagonistas dessa reforma, que é tão importante quanto as demais para os nossos Estados. Conto com a sua ajuda e de todos os nossos Pares, aqui no Senado Federal.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A Senadora Ana Amélia falou que o Pará suplantou a Bahia na produção de cacau. Somos parceiros, queremos somar as duas produções para ajudar nosso País.

Com a palavra V. Ex^a, por 20 minutos regimentais e mais o tempo de que V. Ex^a precisar.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada. Espero não precisar de tanto, Sr. Presidente.

Nossa admiração e amizade são muito grandes, mas não posso deixar de dizer que concordo e fico feliz com o pronunciamento feito pela Senadora Ana Amélia, no sentido de destacar toda a



produção do seu Estado. Mas não posso concordar com tudo que V. Ex^a falou, agregando ao valor do pronunciamento dela.

Eu não posso incorporar a ideia de que a reforma da previdência, diferente da reforma da previdência feita pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, não vá atacar direitos do trabalhador brasileiro, porque vai. Da forma como está colocada hoje, ela fere profundamente os direitos dos trabalhadores e especialmente da mulher trabalhadora.

Hoje eu vi referências do Secretário da Previdência, dizendo que o estão acusando de machismo, ou o Governo de machista. Os países todos são machistas; a cultura machista é mundial, não é privilégio dos machistas brasileiros, não. Mas não é essa a questão. O que se discute em relação à reforma da previdência é que se está tentando colocar no colo do trabalhador brasileiro toda a responsabilidade pela manutenção da previdência, impondo-lhe um ritmo de trabalho, impondo-lhe uma condição impossível de alcançar. O seu direito está acabado.

Muitos falam: "Então, vamos ter um País onde o povo não precise de previdência, onde o povo seja capaz de fazer a sua própria poupança e se sustentar." E dá-se como exemplo a sociedade japonesa. Recentemente, acho que um desses grandes meios de comunicação do nosso País fez uma reportagem a respeito justamente do trabalhador no Japão, onde se vive com altos índices de depressão e altos índices, inclusive, de suicídios, porque as pessoas trabalham, trabalham, trabalham, trabalham sem que haja um objetivo nas suas vidas que não seja o de manter a sua sustentação. Isso é a síntese do que uma sociedade que vive apenas da exploração da mão de obra do seu trabalhador pode ter como objetivo.

Não foram esses os ideais eleitos pelo povo brasileiro na Constituição de 1988. A Constituição de 1988 consagrou uma ideia de que o trabalhador brasileiro tem que trabalhar para dar sustentação a este País – o trabalhador, o empresário e todos –, mas ele tem o direito de, ao chegar à idade em que ele já teve condição de dar o melhor de si, ter condição para ter a dignidade para chegar até o fim da sua vida; ter dignidade para chegar até o fim da sua vida.

O mais atingido por essa reforma da previdência é justamente aquele que é o trabalhador de salário mínimo, aquele que também terá uma aposentadoria de salário mínimo, e que vai sofrer muito para, em uma contribuição de quase 50 anos – e é quase impossível para um trabalhador autônomo neste País chegar a esse nível de contribuição –, poder ter dinheiro para pagar o seu resto de vida, para poder pagar os remédios dos quais um homem ou uma mulher a partir de 65 anos de idade passam a ter necessidade, principalmente uma mulher submetida ao tipo de trabalho e regra de trabalho a que é submetida no Brasil. As trabalhadoras rurais, as trabalhadoras urbanas, quando chegam em casa, têm que trabalhar para garantir que seu filho vá para a escola. Muitas delas vão cozinhar, vão preparar o café da manhã, o jantar, o almoço para deixar na geladeira, para que seu marido possa ir trabalhar – isso não está no custo do empresário que está pagando, não –, para que seus filhos possam ir para a escola. Todo esse peso da tripla jornada de trabalho não remunerado que a mulher tem no Brasil agora vai significar mais cinco anos para ela ter direito a uma aposentadoria.

Eu sei que outros países desenvolvidos estão tendo isso, e estão tendo a rebelião, a resistência, a manifestação, em todos os lugares do mundo, desses trabalhadores e dessas trabalhadoras, que estão tendo o seu direito atingido – na Europa inteira, na França. Não é à toa que o governo do Sr. Hollande, socialista, que se dispôs a fazer reformas dessa natureza – de romper o direito dos trabalhadores –, hoje está em último lugar na possibilidade de eleição na França, dando oportunidade a um partido de extrema direita – com Le Pen, que é uma liderança de extrema direita – liderar as pesquisas de opinião na França. Isso é lamentável! É lamentável que um partido que se coloque como da social-democracia defenda essas medidas, que não são



sociais democráticas: são liberais, são neoliberais e ferem profundamente o direito do trabalhador brasileiro.

Mas, ainda, nós continuaremos caminhando juntos no nosso cacau, no cacau que o Estado de V. Ex^a está produzindo com maior produtividade do que o meu Estado – eu reconheço. Como nós ainda temos uma produção maior em quantidade, nós vamos lutar para, através de novos mecanismos, da utilização de novas tecnologias, podermos vencer de forma parceira, juntos, esse desafio e produzir, aqui no nosso País, nesse desafio de importar menos e exportar mais, um chocolate de qualidade – com qualidade de exportação, com qualidade *gourmet* –, na Bahia e no Pará. Mas nós ainda vamos aprofundar esse debate aqui no Senado Federal, muito em breve.

Eu queria, meu caro Presidente, tratar rapidamente também – farei isso em outros momentos, de maneira mais profunda, até porque a questão da violência e da segurança pública, no nosso País, tem crescido muito... Nós fizemos aqui um estudo da CPI do assassinato de jovens – que teve e trouxe grandes contribuições – que nós devemos debater nesta Casa, para a discussão sobre segurança pública. Mas eu quero abordar aqui, de maneira superficial e rápida, algumas questões relacionadas à segurança pública e ao sistema prisional na Bahia.

O Brasil enfrenta hoje uma caótica situação do sistema prisional. Os recentes episódios nos Estados do Amazonas, do Rio Grande do Norte, de Roraima, entre outros, mostram o quanto nosso sistema está deteriorado. Somente nos primeiros 15 dias deste ano, o número de assassinatos em presídios do País chegou a mais de 130 casos, representando 36% do total do ano passado. Em 2016 foram 372 assassinatos em presídios, o que equivale a praticamente uma morte por dia nas penitenciárias do País, liderados pelos Estados do Amazonas e de Roraima.

A desigualdade social explica parcialmente esse fenômeno dos motins e rebeliões nos presídios, já que no Brasil, infelizmente, há uma cultura de violência disseminada na sociedade. Não apenas se aceita com muita facilidade a morte violenta como também se naturaliza a perda da vida pela violência.

Um relatório de 2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o Programa Mutirão trouxe alguns dados sobre o meu Estado. Das cem cidades mais violentas do País, 22 estão no Estado da Bahia, o que é uma situação grave, e nós trabalhamos muito para superar essas dificuldades.

Por outro lado, ainda que os dados estatísticos oficiais possam estar defasados, um dado positivo é que a Bahia está entre os Estados que apresentam a mais baixa taxa de encarceramento do Brasil: 1,89%. Em 2013, o Estado tinha pouco mais de 15 milhões de habitantes e uma população carcerária de 10.251 indivíduos no sistema penitenciário, além de 2.854 presos no sistema de segurança pública, totalizando 13.105 pessoas em situação prisional.

Em 2011, foi criada a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado, a Seap, que tem obtido êxito com algumas ações, como, por exemplo, a promoção de práticas de penas alternativas. Essa Secretaria, desde que foi criada, é dirigida pelo Secretário Nestor Duarte, ex-Deputado Federal, muitas vezes Deputado Federal pela Bahia, neto de Nestor Duarte – Senador pela Bahia, dos mais destacados da história do nosso Estado – e também filho de Marcelo Duarte – um grande advogado baiano, ex-Vice-Prefeito de Salvador. Portanto, Nestor é um homem de tradição democrática e de tradição política muito grande no nosso Estado e vem fazendo um trabalho muito esforçado e obtendo resultados positivos na sua área da Seap.

A Seap conseguiu, desde sua criação, ampliar o número de vagas do sistema penitenciário do Estado. Antes eram 6.300 vagas. Durante o governo de Jaques Wagner, foram criadas 2.897. Ao todo, com recursos próprios do Estado, foram investidos R\$169 milhões na Secretaria para construção, ampliação e recuperação de penitenciárias e presídios em diversas regiões da Bahia.



Já no atual Governo, de Rui Costa, neste ano e meio de Governo, foram inauguradas 2.190 novas vagas, a partir da construção e ampliação de unidades prisionais, e estão previstas ainda outras 2.269 vagas, com novos presídios já construídos e que estão sendo objeto, alguns deles, de licitação para breve início de operação, alguns já para inauguração em regiões onde não tínhamos acesso a nenhuma vaga de presídio.

Assim, desde a sua criação, a secretaria acrescentou 7.356 vagas ao sistema prisional baiano, fazendo com que o nosso Estado possa chegar, provavelmente agora no meio do ano, a déficit zero de vaga prisional em nosso Estado.

Embora esse aumento vá ao encontro da necessidade de equacionar parte dos problemas do sistema prisional, como a falta de unidades, sabemos que ainda é preciso intensificar iniciativas para diminuir o índice de reincidência, de ressocialização dos internos, bem como investir na capacitação de pessoal para atendimento mais humanizado, o que, temos certeza, é um dos focos da secretaria e do Governo do Estado.

Essas referências que faço aqui não são para dizer que, no Estado, está tudo bem, mas para ressaltar uma parte do trabalho que está sendo feito. Nós sabemos que está distante de nós alcançarmos uma situação, como também nos outros Estados, digamos assim, de mais tranquilidade no que diz respeito a tudo o que pode e deve ser feito ainda no sentido de ressocialização no nosso Estado e de ter uma política que seja a mais ampla possível de inclusão daqueles que estão no sistema prisional no nosso Estado.

Trago isso para dizer que nós temos problemas graves em nível nacional que precisam ser tratados, e o Senado está chamado, diante dessa crise que se iniciou no Norte, mas que se estendeu pelo Nordeste e que se agrega agora a uma crise de segurança pública mais relacionada com os salários dos policiais militares e dos policiais civis. O Senado está chamado – já falei com o Presidente Eunício – a estabelecer aqui um foco de debate grande nessa questão que diz respeito à criação de uma política nacional de segurança para o nosso País, uma política que possa tratar do sistema prisional, mas que precisa tratar também de um processo, uma política geral de segurança pública.

Essa questão vai se radicalizar agora também quando tratarmos da previdência. Nós temos uma parte do sistema de segurança pública atendida nas suas expectativas, com a manutenção do sistema de previdência que não foi mexido, embora haja um anúncio de que virão regras para que possa ser modificado o sistema de previdência das polícias militares nos Estados. Mas a Polícia Civil e a Polícia Federal foram às ruas, na semana passada, aqui, em Brasília, protestando contra as mudanças que estão inseridas na reforma da previdência e que atingem aqueles que são, em tese, os seus direitos. Isso quer dizer que não é possível se construir um debate em relação ao sistema nacional de segurança pública sem se inserir também uma discussão em relação à previdência social voltada para o setor de segurança pública.

São diversos os problemas: problemas com aumento das taxas de criminalidade; o aumento da sensação de insegurança que está em todos os Estados do Brasil, sobretudo nos grandes centros urbanos; a degradação do espaço público; as dificuldades relacionadas à reforma das instituições da administração da Justiça criminal; a violência policial; a ineficiência preventiva de nossas instituições; a superpopulação nos presídios de muitos Estados, o que resulta em rebeliões, em fugas e a degradação das condições de internação de jovens em conflito com a lei; a corrupção; o aumento dos custos operacionais do sistema; problemas relacionados à eficiência da investigação criminal e das perícias policiais e morosidade judicial, entre tantos outros. Estamos fazendo um levantamento também sobre a situação da população carcerária feminina, sobre a sua condição nos presídios deste País.



Esse é um assunto, é uma pauta que não pode sair do foco do Senado Federal num momento de grave crise, como a que atravessamos em nosso País. Creio que, portanto, o Senado deve iniciar essa discussão. Sugeri ao Presidente que ele constituísse uma comissão especial, mas não como as comissões especiais terminativas que vimos aqui, sem que as comissões da Casa pudessem opinar, participar, mas uma comissão com celebridades do mundo jurídico, para debatermos a questão da segurança pública, da situação prisional em nosso País, para que, a partir daí, pudéssemos travar um debate, nas comissões normais, nas comissões permanentes do Senado Federal, trazendo à baila grandes debates e modificações indispensáveis para que o Brasil possa superar os seus grandes desafios na área da segurança pública.

É bom se aproveitar também o momento em que se vai definir, provavelmente por esses dias, um novo membro do Supremo Tribunal Federal, para que possamos debater com o Sr. Alexandre de Moraes, que acabou de sair do Ministério da Justiça, quais são as suas ideias a respeito da situação da segurança do Brasil, para que possamos ter a possibilidade de analisar o posicionamento de cada homem e mulher que esteja sendo indicado para a Corte Maior no que diz respeito à defesa dos direitos humanos, à defesa de um novo sistema de segurança pública neste País.

Há aqui a PEC de um Senador do meu Partido, do Senador João Alberto Capiberibe, criando um fundo nacional de segurança pública, que não está sendo debatida no Senado Federal, está aqui há mais de um ano, na CCJ. É preciso que a CCJ funcione, trazendo os temas que dizem respeito à segurança pública de volta ao centro do debate nacional...

(Soa a campanha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... e que o Senado possa cumprir o seu dever em relação a esse assunto.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Ex^a me concede um pequeno aparte?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, pequeníssimo.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Lídice, nós trabalhamos juntos, V. Ex^a foi Presidente da CPI do Extermínio da Juventude. Nós vivemos uma situação dramática no País. Há, em média, 60 mil assassinatos no País, mais da metade são jovens, sendo que 77% são jovens negros, moradores das periferias brasileiras. Há uma política de encarceramento em massa. E estamos vendo a crise do sistema prisional brasileiro. Temos de discutir a legislação sobre drogas, porque infelizmente a mudança na legislação sobre drogas, em 2006, piorou muito a situação. No presídio feminino – posso estar errando –, de 60% a 70% das presas estão presas por tráfico de drogas, a maior parte por pequenas quantidades, algumas consumidoras. Então, a lei...

(Interrupção do som.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A legislação que foi aprovada aqui, em 2006, apesar da boa intenção, está produzindo um resultado desastroso. Essa política de guerra às drogas está matando a nossa juventude. A juventude está morrendo nos conflitos entre polícia com traficante, entre polícia e milícia, entre milícia e milícia. Essa é a situação. Temos de discutir o nosso sistema de segurança pública. Eu sou autor de uma PEC, a PEC 51, que fala da desmilitarização da polícia, que alguns acham que é uma polícia fraca a polícia sem arma. É um equívoco. A SWAT norte-americana não é uma polícia militar, é



uma polícia civil. Estou falando tudo isso porque existe uma lógica na formação policial ainda hoje que a gente tem que lutar para mudar, Senadora Lídice, que é do combate da guerra, do combate ao inimigo. Essa é uma situação diferente, por exemplo, de uma favela do Rio de Janeiro, onde o policial tem que estar formado ali para proteger o cidadão. Estou falando tudo isso porque acho, Senadora Lídice, que esse tema é muito complexo. Há vários assuntos que têm que ser colocados nessa discussão, mas eu acho que sinceramente o Brasil tem que enfrentar esses temas...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... tem que ter coragem de enfrentar esses temas. Então, eu parablenizo V. Ex^a porque sei da sua militância nessa área da defesa dos direitos humanos. E acho que toda essa crise que vivemos no sistema previdenciário tem que nos levar a iniciativas legislativas coerentes, para que consigamos amenizar essa crise, que é uma crise muito grave. A minha preocupação, cada vez mais, com este ano de 2017, que é um ano de crise, crise econômica, crise política... Estou vendo, em 2017, nós caminharmos para uma situação de convulsão social. Acho que defender a nossa democracia, o Estado democrático de direito, neste momento, é fundamental. Por isso, elogio o pronunciamento de V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E sem uma política de segurança pública real, moderna, que possa modificar a situação que nós enfrentamos, estaremos vivendo uma ameaça à democracia brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Lídice da Mata, quero me associar ao pronunciamento de V. Ex^a. Diferente de que não concordávamos em relação à reforma da previdência, eu não fiz nenhum juízo de valor do conteúdo da proposta. Nós vamos discuti-la aqui, no Senado Federal; está sendo discutida na Câmara, para que possamos encontrar uma fórmula. Como V. Ex^a se preocupa, eu também me preocupo com os trabalhadores e todos os brasileiros.

Agora o que nós não podemos deixar de reconhecer é que como está agora não pode ficar. Então, nós precisamos encontrar tanto para a reforma da previdência como para a questão da CLT e de todas essas reformas que são imprescindíveis para o nosso País, inclusive a questão da segurança, que já é uma questão nacional e não dos Estados...

Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

V. Ex^a tem a palavra, por 20 minutos, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, V. Ex^a pode me inscrever pela Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Ex^a já está inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Flexa Ribeiro, nobres senhores e senhoras, ouvintes da Rádio e TV Senado, Sr^{as} e Srs. Senadores desta Casa, venho aqui, a esta tribuna, para me pronunciar sobre a paralisação das obras da construção da Escola Superior de Guerra em Brasília.

No longínquo ano de 1973, durante o período da ditadura militar, o então Presidente General Emílio Garrastazu Médici aprovou a transferência da Escola Superior de Guerra do Rio de



Janeiro para Brasília. Logo em seguida, foram iniciadas as obras de construção do que seria a nova sede da ESG, em um terreno privilegiado às margens do Lago Paranoá, próximo ao complexo da Universidade de Brasília, nobre Senador Randolfe.

Porque Brasília é a capital de todos os brasileiros, as sedes dos órgãos devem estar em Brasília.

O magnífico projeto foi assinado pelo renomado arquiteto Sérgio Bernardes, de saudosa memória, criador, entre tantas outras obras, do mastro da bandeira da Praça dos Três Poderes e do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, referenciado por todos.

Bernardes concebeu o prédio da ESG como uma estrela de três pontas, cada uma com três pavimentos de 140m de extensão por 20m de largura, nobre Presidente Jorge Viana, avançando sobre as águas do Lago Paranoá. Você mesmo, que foi um aluno aqui da UnB, sabe o que eu estou dizendo.

Seu projeto conceitual visava à integração dos alunos com a sociedade, especialmente com a universidade, e o estímulo ao livre pensamento.

Infelizmente, em agosto do ano seguinte, as obras foram paralisadas por ordem o novo presidente que assumia naquela época, Ernesto Geisel. O argumento foi o baque nas contas públicas causado pela crise internacional do petróleo na década de 1970, quando as nações produtoras reunidas na Opep decidiram reduzir a produção para forçar o aumento de preço.

Com isso, nobres colegas Senadores, os juros da dívida externa brasileira dispararam, o que decretou o fim do milagre econômico do regime militar. Assim, a construção da nova sede da ESG em Brasília teria deixado de ser prioridade.

No entanto, a família de Bernardes tem uma versão diferente, pela qual o governo militar temeria a aproximação do corpo docente e discente da Escola Superior de Guerra com a Universidade de Brasília, que era abertamente contrária à ditadura militar. Quem não se lembra de Honestino Guimarães, aqui na UnB, preso, sumido até hoje? Além disso, os militares teriam uma grande rejeição ao conceito libertário adotado no projeto do arquiteto.

Seja qual for o verdadeiro motivo, o fato é que a obra continuou paralisada por cinco anos até que o então Ministro-Chefe da Casa Civil, General Golbery do Couto e Silva, despejou uma pá de cal e cancelou aquela obra e o projeto. Além disso, ele determinou que o terreno fosse devolvido para a Novacap, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

O resultado, nobre Presidente Jorge Viana, foi o completo abandono da obra e do terreno, que passou a ser conhecido pela população de Brasília como as ruínas da UnB, um verdadeiro monumento ao desperdício.

Como Vice-Presidente da comissão para retomada das obras paralisadas neste País, tenho que vir aqui para protestar contra essa situação. Um verdadeiro monumento ao desperdício, como disse.

Com o passar do tempo, a vegetação começou a tomar conta do lugar, assim como moradores de rua e usuários de drogas, lamentavelmente. O local passou também a ser usado como lixão, convertendo-se em um problema de saúde pública, pois se tornou um foco de proliferação de doenças ali, às margens, ao lado da UnB.

Em 2006, um decreto distrital criou naquela área o Parque de Uso Múltiplo da Enseada Norte, ficando sua gestão a cargo do Ibram, o Instituto Brasília Ambiental, que é responsável por todos os parques da cidade. Entretanto, o Ibram simplesmente ignorou o problema, como ignora praticamente tudo. Brasília está paralisada porque o Ibram simplesmente não funciona.

Já se passaram mais de dez anos e o local continua abandonado, não tendo sido apresentado qualquer plano de recuperação.



O Governo do Distrito Federal tem a obrigação de enfrentar essa questão para devolver aquela enorme área à população do DF. Trata-se de uma área nobre da nossa cidade e poderia ser um grande espaço público de lazer junto ao Lago, algo de que o DF é extremamente carente.

O Governo precisa avaliar se o esqueleto de concreto deve ser demolido ou se pode ser adaptado para o uso social. Da minha parte, acredito que com um investimento moderado o prédio pode passar a abrigar atividades educacionais, esportivas ou culturais, fortalecendo as nossas vocações e as manifestações culturais da cidade.

De toda forma, permanece sem resposta outra questão: a Escola Superior de Guerra vem ou não para Brasília? Essa é uma pergunta importante. Neste caso, a responsabilidade é do Governo Federal.

Em 2009, o então Ministro da Defesa Nelson Jobim tentou enfrentar o poderoso *lobby* de parte dos militares pela permanência da ESG no Rio de Janeiro. Apresentou uma solução intermediária, propondo a construção de uma nova sede da ESG em Brasília, dessa vez em um terreno na Quadra 903 Sul, e garantindo também a manutenção das instalações do Rio como uma filial.

Mesmo assim, foi bombardeado pelos defensores da permanência da sede da ESG no Rio de Janeiro. Os militares que não queriam vir para Brasília passaram a sustentar argumentos falaciosos, como o de que a Escola Superior de Guerra ficaria isolada dos grandes centros da população acadêmica que estariam concentrados no eixo Rio-São Paulo. No afã de defenderem seu ponto de vista, desconsideraram a UnB, que talvez só perca para a USP em relevância acadêmica, nobre Senador Randolfe.

O *lobby* do Rio conseguiu uma vitória parcial, pois, com a saída de Jobim do Ministério, parou-se de falar no assunto e ficou a torcida para que a proposta de mudança da ESG caísse no esquecimento. Mas não cairá. No que depender deste Senador, Senador Hélio José, representante do povo do Distrito Federal, não abandonaremos a luta pela mudança da sede da Escola Superior de Guerra para Brasília, com todo respeito e consideração que tenho à Bancada de Parlamentares do Rio de Janeiro, todos meus amigos, e também ao Estado do Rio de Janeiro, mas o povo do Rio precisa se convencer de que não é mais a capital do Brasil.

Os servidores federais civis e militares precisam parar de fazer *lobby* por sua permanência no Rio de Janeiro. Este não é apenas o caso na Escola Superior de Guerra. É o caso também do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Agência Nacional de Saúde, da ANP e de diversos outros órgãos e entidades que precisam se localizar em Brasília, que é a capital do Brasil, para termos melhores condições de fazer a fiscalização, de fazer o acompanhamento e as políticas públicas. Há vários outros órgãos de que eu me esqueci de falar aqui.

Aguardamos um posicionamento do Governo Federal. O Distrito Federal não pode ser prejudicado pelos interesses de quem não abre mão de viver junto ao mar. Claro, viver junto ao mar sempre é bom, mas não é dessa forma que vamos resolver os problemas do Brasil.

É o que eu tinha a dizer, meu nobre Presidente Jorge Viana, nesta tarde, e rogar para que o bom senso prevaleça e para que a gente possa ter a sede dos diversos órgãos governamentais aqui, no Distrito Federal.

Por exemplo, com relação à questão da ANS, todo mundo sabe da dificuldade que está sendo conviver com as regras dos planos de saúde, da necessidade que temos de passar a limpo uma série de questões relativas à saúde. Se a ANS funcionasse em Brasília talvez não tivéssemos tantos percalços quando precisássemos recorrer a ela para resolver alguma questão. E assim ocorre em diversos outros órgãos.

Então, é isso que eu teria que falar.



Quero agradecer ao nobre Presidente Jorge Viana, agradecer aos meus nobres pares, Senadoras e Senadores desta Casa, e dizer que é importante que todos nós, brasileiros, nordestinos, nortistas, moradores do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, nos convençamos de que Brasília é a capital do Brasil e que precisa recepcionar todos os órgãos públicos.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Hélio José, o Sr. Flexa Ribeiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)

(O Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, colegas Senadores, agradeço, como orador inscrito, poder fazer uso da tribuna do Senado.

Cheguei hoje pela manhã, bem cedo, do Estado do Acre, onde tinha passado mais que o fim de semana. Passei um fim semana de trabalho. Visitei os Municípios de Cruzeiro do Sul, de Mâncio Lima, de Rodrigues Alves e, é claro, da capital, Rio Branco, e pude ver de perto o drama vivido por centenas de famílias em decorrência da grande cheia do Rio Juruá, do Rio Moa e de outros rios daquela região. E fui levar a solidariedade. Fui aos abrigos e à Defesa Civil. Eu me reuni com os membros da Defesa Civil dos Municípios, na sede do Corpo de Bombeiros, que aliás me recebeu muito bem, tem muito prestígio no Juruá pelo trabalho humano, pela relação profissional que eles estabelecem para ajudar a todos nos momentos de dificuldades.

Fiz uma visita oficial ao Prefeito Ilderlei, de Cruzeiro do Sul, ao Prefeito Isaac, de Mâncio Lima, por duas vezes estive no Município de Mâncio Lima e também fui a Rodrigues Alves. Encontrei velhos e bons amigos na casa do ex-Prefeito Burica. E, é claro, fui à Prefeitura conversar com a equipe do Prefeito e me colocar à disposição, tendo em vista não só a cheia que a região experimenta, mas também fui com a minha equipe, acompanhado de pessoas que trabalham comigo no escritório em Rio Branco, para estabelecer uma relação com os novos prefeitos que nós temos em todo o Acre.

São 14 Municípios que eu visitei. Hoje mesmo, aqui em Brasília, eu recebi um número bem grande de prefeitos, como o Prefeito de Porto Acre, o Prefeito de Epitaciolândia também esteve comigo. O Prefeito Barbary, de Porto Walter, esteve discutindo como poderemos trabalhar no mandato aqui no Senado para ajudar as prefeituras.

Eu tenho a prática de apresentar emendas para os 22 Municípios do Acre, a totalidade dos Municípios. Não levo em conta a opção partidária ou o compromisso partidário dos prefeitos, porque fui Governador e sei que a população não pode pagar nenhum custo por conta de ter o prefeito de um partido ou de outro. É uma opção que os eleitores fazem, e nós temos que seguir respeitando a decisão das urnas.

Dessa maneira eu vou dar sequência agora em março. Devo visitar Porto Walter e Marechal Thaumaturgo e depois vou concluir, ainda no começo de abril, uma visita a todos os Municípios do Estado.

Mas eu queria também dizer que a situação do Acre, do ponto de vista da ligação entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco, vive hoje um grande desafio, que é a BR-364. Esse é um debate sobre o qual, lamentavelmente, eu dei muitas entrevistas, conversei muito, andei nos mercados,



visitei pessoas, parei para ouvir as pessoas, que é o que eu tenho feito sempre, e há muito oportunismo em relação à BR-364, que é a estrada que vai até a parte mais ocidental do Brasil, em Cruzeiro do Sul. São 640 km de Cruzeiro do Sul até Rio Branco. É a grande estrada da integração no Estado. Começou a ser feita com o Governador Orleir Cameli, durante oito anos, fiz uma parte importante dela, com muito sacrifício, depois veio o Governador Binho, que também trabalhou muito, o Presidente Fernando Henrique nos ajudou, o Presidente Lula, também, fizemos as pontes todas e, mais recentemente, o Governador Tião Viana tem feito um trabalho também muito dedicado.

Há dois anos, a estrada foi passada novamente para o Ministério dos Transportes, para o DNIT. E o que nós tivemos? Uma descontinuidade. E eu falo sempre: qualquer descontinuidade de manutenção na BR-364, ela tem risco de ser interditada pelo volume de chuvas, pelo tipo de solo que nós temos. Por exemplo, na minha época, fizemos a ligação entre Feijó e Tarauacá. O Ministro dos Transportes, na época, foi para a inauguração. Mas estou falando de 15 anos atrás. Sem manutenção, o trecho praticamente fica destruído.

Lá na Amazônia, especialmente no Acre, onde não há pedra, em que nós tivemos que pôr milhões de toneladas de cimento para o solo ter alguma rigidez, alguma resistência, em que nós tivemos que fazer a estrada de trás para a frente, para ter uma conexão entre Cruzeiro do Sul e Tarauacá e de Tarauacá a Feijó, as pessoas desavisadas, que não conhecem a realidade do Estado, às vezes são levadas pelo discurso fácil, dizendo que houve desvio de recursos, dizendo que houve má condução dos trabalhos de implantação da BR.

Não há engenheiro, não há governante, não há dinheiro que chegue para uma estrada daquela, por conta das peculiaridades dela. A estrada de Porto Velho a Manaus foi feita e desapareceu. Não é porque houve desvio. É porque nós estamos falando da Amazônia, que tem que ser respeitada, tem que ser entendida, têm que ser levadas em conta as suas peculiaridades. Não há pedra no Acre. E o que eu vejo é o oportunismo de políticos que vivem às custas da estrada, eles que nunca ajudaram a fazer um quilômetro sequer dos 640 que foram feitos.

Então, o Governador Tião Viana tem cobrado, esteve aqui no DNIT inúmeras vezes, cobrando que a estrada tenha uma manutenção. Lamentavelmente, os R\$250 milhões que vieram desde a época da Presidente Dilma só foram liberados recentemente, a licitação só foi feita recentemente e, no que nós chamamos de inverno amazônico – já que não tem frio, nós chamamos o período de chuva de inverno, que é exatamente o período em que nós estamos –, a estrada tem risco de ser fechada, de sofrer interrupção, porque as empresas que venceram os cinco lotes de manutenção não podem trabalhar em plena chuva. Essa é a realidade.

Tivemos o janeiro de maior volume de chuvas na história do Acre. Estamos esperando que passe, imediatamente, o período de chuva para cobrar, para exigir – e apresentei requerimentos – cuidados com a BR-364, manutenção da BR-364. Não posso vir de Cruzeiro do Sul – e ter sido tão bem tratado -, de Mâncio Lima, de Rodrigues Alves, e não fazer esse discurso, na volta, cobrando do DNIT, pedindo à direção do DNIT toda a atenção para manter a estrada aberta, para dar manutenção à estrada.

Tão logo passe o período de chuva, que possamos ter as obras necessárias, como vinha fazendo o Governador Tião Viana – a estrada estava enfrentando o período de inverno. Passou para o Governo Federal e, agora, a estrada está em precaríssimas condições. Não adianta alguns quererem culpar problemas de 20 anos atrás. A estrada tem de nos unir a todos, tem de juntar a Bancada toda, para garantir que possamos fazer uso dessa infraestrutura, que é fundamental para a integração do Acre.



Por último, quero concluir dizendo que voltei preocupado. Nós temos um problema. Peço à Fundação Nacional de Saúde que lhe dê toda a atenção. Depois que o rio baixou, temos o risco de endemias, temos o risco de doenças.

Quero dizer e pedir, também, ao Prefeito de Cruzeiro do Sul, informar à população de Cruzeiro do Sul, do Juruá, que, quando se faz a decretação de situação de emergência e quando esta é reconhecida pelo Governo Federal... E aqui foi reconhecida, estive na audiência com o Ministro Hélder Barbalho, junto com o resto da Bancada, com meus colegas Senadores, o Gladson e o Petecão, praticamente toda a Bancada do Acre foi lá pedir que o Ministro fosse ao Acre. Ele foi. Está liberando R\$900 mil, *kits* para acolher e socorrer as famílias.

Mas quero dizer a toda a população de Cruzeiro do Sul que pedi também que possa ser feita a documentação para decretar situação de emergência, porque nós temos uma lei que permite que aqueles que foram alcançados pelas águas, que foram desalojados, que perderam o pouco que tinham com a cheia, quando decretada situação de emergência, pudessem resgatar os recursos do FGTS.

Para isso, a Prefeitura de Cruzeiro do Sul tem de apresentar uma documentação, um conjunto de documentos, junto à Caixa Econômica Federal. Faço um apelo ao Prefeito Ilderlei, de Cruzeiro do Sul, para que apresente a documentação junto à Caixa Econômica Federal – e coloque-me à disposição para ajudar no que for possível. Assim, aqueles alcançados pela cheia do Rio Juruá vão poder, caso tenham, fazer a retirada do seu FGTS e, com isso, diminuir o drama de milhares de famílias que perderam o pouco que tinham.

A situação dos agricultores, dos ribeirinhos, é gravíssima. Faço um apelo ao Banco da Amazônia, ao Banco do Brasil, para que revejam a cobrança dos empréstimos feitos, porque, agora, os agricultores perderam tudo. E como é que eles vão pagar os empréstimos, a prestação que eles têm de pagar no banco, depois de viverem a maior, a mais intensa alagação, a mais intensa cheia do Rio Juruá de todos os tempos? Parece-me até que são sinais da mudança do clima.

Então, eu venho aqui à tribuna para fazer esse registro. Quero também agradecer ao Prefeito Marcus Alexandre, que permitiu a inauguração do centro de convivência dos idosos em Rio Branco, no bairro do Calafate. Fui lá, recebido pela família do meu grande amigo e já falecido Vereador Cosmo Moraes e fui super bem recebido. Com uma emenda minha, foi feito pela Prefeitura, pelo Prefeito Marcus Alexandre, um centro de acolhimento dos idosos. É um centro de referência, uma coisa fantástica.

E eu falo aqui, tranquilamente: nossos Municípios, nossos Estados não estão preparados para a fase que estamos vivendo, a do envelhecimento da população. Não há uma infraestrutura, não há pessoal preparado – são raríssimos os que têm – para acolher bem os nossos idosos.

Para mim, todos nós temos de fazer um esforço não só para acolher bem as nossas crianças; de permitir que os cidadãos possam ter uma vida de trabalho, de dignidade e de conquistas, mas devemos ter um cuidado especial com a população idosa, que cresce a cada dia no Brasil. Nem as famílias estão preparadas e muito menos o aparato dos Municípios e dos Estados.

Eu mesmo vou tomar uma série de iniciativas nesse sentido para ver se preparamos o Brasil, os Estados, os Municípios para bem cuidar daqueles que vieram antes da gente, daqueles que são a razão de estarmos aqui e existirmos e que são desprezados, na maioria dos casos, em milhares de cidades do Brasil.

Lá em Rio Branco, o Prefeito Marcus Alexandre tem um compromisso – e o meu mandato ajudou – de ir trabalhando, criando o centro de referência de acolhimento dos idosos, e isso eu acho que é um compromisso que todos nós devemos ter.



Eu agradeço, Sr. Presidente, caro colega Lindbergh. Sei que agora estamos aqui com o Senador Randolfe e o Senador Lindbergh, que vão fazer uso da tribuna.

Para mim, é um privilégio poder prestar contas de uma ida ao Acre. Quero agradecer a todos que me receberam em Cruzeiro do Sul, em Mâncio Lima, em Rodrigues Alves e também na nossa capital, Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agradeço e parabeno o pronunciamento do Senador Jorge Viana.

Temos agora os dois últimos oradores: o Senador Randolfe, que vai falar e, depois, assumir a Presidência; e eu, que serei o último orador desta noite.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador Lindbergh Farias, meu querido amigo da União Nacional dos Estudantes, que, nesta noite, preside esta sessão.

Sr. Presidente, antes mesmo de iniciar este pronunciamento, quero fazer um registro: neste final de semana, na última sexta-feira e sábado, estivemos no Município de Oiapoque, no extremo Norte do País, no Norte do Estado do Amapá.

Tanto eu como o Senador Davi Alcolumbre nos deslocamos a esse Município através da BR-156 e destacamos a condição em que estava de inacessibilidade o quilômetro 71 da BR-156. E, para felicidade dos cidadãos daquele Município, fui informado ainda há pouco pelo Diretor do DNIT/Amapá que o trecho que poderia comprometer a circulação de pessoas e de veículos na BR-156 foi corrigido, foi consertado.

Eu espero, sinceramente, que o DNIT tome as providências necessárias também para manter a BR-156, os 112km que não estão pavimentados, entre Macapá e o Oiapoque, em condições de manutenção. Considero fundamental – isso no inverno – para, após este inverno, ter finalmente a pavimentação do trecho que falta à BR-156, desse trecho de 111km, visto que a BR-156 é a obra mais antiga em curso no País, desde 1947, ou seja, há 70 anos.

Inúmeros governos da União passaram, e em convênio com o Estado, e a obra da BR não foi concluída. Mas quero registrar aqui a presteza com que o DNIT/Amapá se comportou na resolução do problema urgente do quilômetro 70 de Oiapoque até Macapá.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna hoje é para denunciar uma fraude que está sendo impetrada contra o povo do Amapá, colocando em risco as riquezas do subsolo amapaense. Não é a primeira vez que trago o tema a esta Casa, mas irei aqui demonstrar minuciosamente aos senhores e às senhoras, pois essa situação só tem se agravado, exigindo medidas enérgicas por parte das autoridades em todas as esferas: federal, estadual e municipal.

Trata-se da questão da atividade de produção de minério de ferro do Amapá, hoje totalmente paralisada por conta das ações irresponsáveis das empresas que se sucederam na exploração daquela que já foi a maior riqueza econômica do Amapá após o manganês.

Para compreender bem essa situação, Sr. Presidente, permitam-me aqui começar do início. A história do Amapá se confunde com a exploração mineral no Estado, quando da descoberta do minério de manganês na Vila de Serra do Navio, ainda na década de 40. Durante 50 anos, essa exploração se deu por parte da indústria e comércio de minérios da Icomi.

Com a exaustão dessa mina de manganês, em 1997, e diante de imensas outras riquezas minerais, a partir de 2007, iniciou-se uma exploração mais efetiva do minério de ferro sob a responsabilidade da empresa MMX, de propriedade do Sr. Eike Batista, que, como todos sabem, hoje está recolhido em Bangu 8, sob prisão preventiva por suspeita de corrupção ativa e lavagem de dinheiro.



A MMX adquiriu parte do espólio da antiga Icomi: os direitos minerários e a concessão da estrada de ferro do Amapá, que interliga a mina ao porto na cidade de Santana, bem como se tornou proprietária do porto de minérios. É importante salientar que a reserva ferrífera é estimada em 250 milhões de toneladas, o que garantiria uma vida útil de 15 anos à mina. Mas, infelizmente, hoje em dia, nenhuma grama de minério é lavrada no Amapá.

Em 2008, Sr. Presidente, a empresa Anglo American, uma das gigantes do setor de mineração no mundo, com atuação em 40 países nos cinco continentes e mais de 150 mil empregados, adquiriu da MMX as operações do Amapá, em conjunto com o Sistema Minas-Rio, por US\$5,5 bilhões. A Anglo American atuou entre 2009 e 2013, tendo sido o período mais produtivo da história da extração de ferro no Amapá, com mais de 18 milhões de toneladas exportadas e receitas superiores a US\$1,5 bilhões, chegando a ser responsável por mais de 90% da pauta de exportações do Estado.

Apesar do aparente êxito na atividade, em meados de 2012, a Anglo American informou que não mais prosseguiria às explorações e às operações no Estado do Amapá, anunciando inexplicavelmente o interesse da venda da empresa.

Aí, Sr. Presidente, começa um verdadeiro pesadelo para os trabalhadores, fornecedores e toda a sociedade amapaense. Há fortíssimas evidências de que este processo de transferência foi fraudulento. Repito: fraudulento. Tudo não passou de um jogo de cartas marcadas, pelo qual a Anglo se livraria do ônus, preservando a – abro aspas – "boa imagem" – fecho aspas – no mercado internacional, repassando de má-fé os ativos para uma empresa testa de ferro assumir o desmonte da empresa e as ações irresponsáveis que viriam a infelicitar o Amapá.

Senhoras e senhores, vamos então aos fatos que levaram a esse deslinde: o papel de testa de ferro coube à empresa Zamin, cujo proprietário é o empresário indiano Pramod Agarwal, conhecido pela ostentação desmedida e por várias operações duvidosas no mercado internacional de minérios. A Zamin já operava uma pequena mina de ferro no Município de Tartarugalzinho, chamado Projeto Tracajatuba, e também já havia tido um outro empreendimento frustrado anteriormente, que combinava extração de minério de ferro com siderurgia, denominado ironicamente como Sólida Mineração e Siderurgia.

Apesar de anunciar um interesse de compra no final de 2012, o negócio só foi fechado em novembro 2013. Neste ínterim, em 28 de março de 2013, oito meses antes da transferência de ativos, o porto flutuante utilizado para o escoamento de minérios desabou, num incidente que ocasionou a morte de seis operários e cujas causas ainda estão sendo investigadas, mas há fortes indícios de ter sido causado por falhas na operação do porto.

Por exemplo, o laudo da seguradora Itaú afirma que houve agravamento do risco, sem o devido aviso à seguradora, como extrapolar a capacidade de armazenamento de minérios no porto. Tenho também em minhas mãos um relatório técnico do Ministério Público do Trabalho, que, em fiscalização realizada pelo Grupo Móvel Nacional de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário, realizado no final do mês de abril de 2012 – um ano antes do acidente, portanto –, já apontava diversas irregularidades, dentre elas, com relação ao empilhamento de carga.

Esse mesmo grupo de inspeção do Ministério do Trabalho, em análise posterior ao incidente, constatou que o elemento principal que contribuiu para o deslizamento de terra, na área portuária, foi a improvisação de um novo processo produtivo, em razão da quebra da recuperadora, máquina responsável por coletar o minério na esteira transportadora.

Em outras palavras, Sr. Presidente, foi provavelmente graças a uma ação temerária na operação de embarque da Anglo que ocorreu a tragédia, ceifando seis vidas. Ora, aquele porto



operava desde o início das atividades da Icomi, em meados do século passado, sem que houvesse sido relatado nenhum incidente de proporções semelhantes.

Sr. Presidente, era de se esperar que um sinistro de tamanha monta abortasse a realização da venda, dada a agora inviabilidade do embarque do minério. À época, foi alegado que a Anglo American teria reduzido custos ativos, abatendo do valor a quantia de 360 milhões estimada para a reconstrução do porto. Tal tarefa teria que ser levada a cabo pela empresa sucessora. No entanto, podemos afirmar que são fartos os indícios de que tudo não passou de uma operação casada, um conluio entre a sucedida e a sucessora.

Uma forte evidência de operação fraudulenta com relação ao valor da compra dos ativos da Anglo, informado em US\$135 milhões, obtidos através de empréstimo tomado junto ao banco italiano Intesa Sanpaolo.

Ainda no campo das obscuridades do processo, Sr. Presidente, a transferência da construção da ferrovia, investigada pela Polícia Federal e Ministério Público estadual, por suposto pagamento de 11 milhões em propinas, pela mineradora Zamin, a representantes na Assembleia Legislativa do Amapá. Em março de 2016, houve uma operação intitulada Caminhos de Ferro, que está a investigar essa razão.

Assim, Sr. Presidente, ficou evidente que a Zamin nunca pretendeu explorar o minério de ferro, mas cumprir o papel tão somente de desmobilizar o negócio da pior forma possível, causando os maiores prejuízos ao Estado do Amapá. Ora, se a Zamin pretendesse, de fato, produzir, teria avançado rapidamente na reconstrução do porto de minérios que estava sob sua responsabilidade.

Observem que, já em abril de 2014, menos de cinco meses após assumir a operação, a Zamin paralisou totalmente a lavra do minério. O motivo alegado foi o esgotamento da capacidade de estoque, o que não permitiria prosseguir com a produção, uma vez que a velocidade de escoamento para exportação teria sido comprometida após o incidente no porto. Com isso, os 700 empregos diretos, os 1.700 empregos terceirizados e os mais de 5 mil postos de trabalho diretos foram todos extintos, causando impacto fortíssimo na economia local.

A empresa também paralisou as operações da Estrada de Ferro do Amapá, em dezembro de 2014, prejudicando outras empresas, como a mineradora Unamgen, que se viu obrigada a encerrar suas atividades e demitir 300 empregados diretos. Essa interrupção também prejudicou a agricultura familiar, pois impossibilitou o escoamento da produção de agricultores que era realizada pela ferrovia. Tal descaso originou a ação do Estado pela caducidade da concessão da ferrovia, confirmado por acórdão do Tribunal de Justiça do Estado exarado em 20 de abril de 2016.

Há, então, Sr. Presidente, claros indícios de que ocorreu um conluio fraudulento entre as empresas Zamin e Anglo. A Zamin e a AngloGold, empresa multinacional conhecidíssima, pelas informações que temos, atuaram em conjunto para prejudicar o Estado do Amapá, os trabalhadores que atuavam para essas empresas, as empresas terceirizadas, para que se responsabilizassem diretamente pela sobrecarga que vitimou seis pessoas no Porto de Santana.

Além de fornecedores, essa empresa deixou, lamentavelmente, dívidas trabalhistas que apontam somas estratosféricas. Aliás, aqui se observa mais um indício de conluio: na ação trabalhista em curso, comprovou-se que os trabalhadores dispensados em dezembro de 2014, ou seja, mais de um ano após a suposta sucessão, receberam parte de seus haveres rescisórios através de transferência de uma conta corrente em nome da empresa AFA Rio de Janeiro, claramente a sigla de Anglo Ferrous American (AFA), comprovando que esta assumiu o passivo de alguns débitos trabalhistas, mesmo após a efetivação da "sucessão".



Ressalte-se que o não pagamento de salários, de fornecedores e de tributos só se explica pela má-fé do conluio Anglo/Zamin, pois a empresa vendeu para o exterior mais de US\$250 milhões entre os anos de 2013 e 2015, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior disponíveis no *site* do Ministério do Desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, as atividades irresponsáveis da ação conjunta e coordenada das empresas sucedida/sucessora Anglo Ferrous e Zamin Mineração provocaram danos irreparáveis ao povo e à economia do Amapá, que podem ser resumidos na operação irregular, na compra e venda dos ativos, nas práticas criminosas de que a Anglo pretende se desvencilhar, que tiveram como testa de ferro a Zamin Ferrous.

Por essas razões, Sr. Presidente, existe uma investigação em curso. O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Estadual propuseram, em 25 de agosto de 2016, um Termo de Ajustamento de Conduta.

Sr. Presidente, diante disso, quero informar nesta tribuna algumas providências que tomei:

1 - Estou solicitando uma audiência à Embaixada da Grã-Bretanha no Brasil para expor a situação da empresa, que é de capital britânico, pedindo a intervenção da embaixada no sentido de buscar uma solução para este grave impasse;

2 - Sem prejuízo de todas as demais ações que correm na Justiça, no Ministério Público e na Polícia Federal, estamos adentrando com uma denúncia na Câmara Internacional do Comércio contra as empresas Anglo American e Zamin. A Câmara de Comércio Internacional, com sede em Paris, é a organização internacional que garante as boas práticas comerciais entre países e entre empresas, tendo dentre os seus objetivos a luta contra a corrupção comercial, como é o caso que se está enfrentando no Amapá.

Sr. Presidente, para concluir, reafirmo: acuso aqui a empresa Anglo Ferrous de atuar no Amapá em conluio com a Zamin Ferrous e, dessa forma, de serem diretamente responsáveis pelo incidente ocorrido no Porto de Santana, que levou e ceifou a vida de seis trabalhadores dessa empresa. Acuso aqui este conluio da Anglo Ferrous junto com a Zamin. E é por isso que peço a intervenção da embaixada britânica no Brasil, porque se trata de uma das principais empresas de capital britânico em atuação no mundo. Acuso essas empresas de serem responsáveis diretamente por mais de 600 trabalhadores que estão desempregados no meu Estado. Acuso essas empresas e repito a acusação contra a Anglo American, por terem paralisado as atividades da Estrada de Ferro do Amapá e, com isso, penalizarem agricultores e o povo amapaense. Não pode essa prática comercial, condenável em todo o mundo, essa prática de conluio, estar sacrificando a vida do povo do meu Estado e estar lesando mais de 600 trabalhadores.

Eu espero sinceramente a intervenção da embaixada britânica neste caso, para que não seja necessário nós avançarmos com a denúncia na Organização Mundial do Comércio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Obrigado, Senador Randolfe.

Convido-o para assumir a presidência dos trabalhos, pois sou o último orador do dia de hoje, com a presença aqui ilustre do Deputado Heráclito Fortes, Deputado e ex-Senador desta Casa.

(O Sr. Lindbergh Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Registrando a presença do Deputado e ex-Senador desta Casa, o Deputado Heráclito Fortes, que nos honra aqui, concedo a palavra ao meu querido companheiro Lindbergh Farias.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senhores, eu subo a esta tribuna estarecido com o grau de seletividade da Justiça brasileira. Pois bem, o mesmo Supremo Tribunal Federal que impediu Lula de ser Ministro da Casa Civil da Presidenta Dilma, quando ele não era nem réu, no dia de hoje, como se não houvesse nada, não tivesse acontecido nada no passado, disse que o Ministro Moreira Franco poderia assumir o Ministério e manter o foro privilegiado. O que é isso?

Eu quero agora, veja bem, o Pleno do Supremo Tribunal Federal vai ter que julgar aquela decisão que impediu a posse do Presidente Lula. Chega, tem que julgar, tem que fazer uma reparação histórica. Agora, o fato é que as consequências estão aí, porque, se o Presidente Lula tivesse assumido aquele Ministério da Casa Civil, talvez não tivesse havido o *impeachment*, talvez não tivesse havido o golpe. Porque, Senador Randolfe, é o mínimo que podem fazer depois da decisão, e os advogados do Presidente Lula já entraram. Tem que ser avaliado pelo Plenário, pelo Pleno do Supremo.

Eu fico escandalizado! Para nós é muito duro, porque, veja bem, aquele foi um dia que vai estar marcado na história do País. Primeiro o Juiz Sérgio Moro divulga uma gravação de uma conversa do Presidente Lula com a Presidente Dilma, uma e pouco da tarde – ele já tinha mandado cancelar o grampo às onze e pouco, já era um grampo ilegal. Outra coisa, não poderia divulgar aquele grampo porque era uma conversa com a Presidente da República, tinha que ter autorização do Supremo. O falecido Ministro Teori Zavascki fez uma reprimenda dura ao Juiz Sérgio Moro, mas, naquele momento, ele solta aquela gravação; 5h da tarde está na Rede Globo; a imprensa diz: "É desvio de finalidade! Quer foro privilegiado!" Criaram aquilo e impediram o Lula de assumir. Cadê a imprensa? A mesma imprensa que fez essa perseguição contra Lula. O que estão a falar do caso do Moreira Franco? Estão calados! É um escândalo!

Nós vivemos... Você sabe que o Ministro Joaquim Barbosa, o ex-Ministro, disse uma coisa importante. Ele disse que vivemos em uma situação de uma anarquia institucional tamanha, que foi gerada pelo afastamento de uma Presidente sem crime de responsabilidade. Agora vale tudo. É isso que nós estamos vivendo no País.

Eu quero trazer aqui este meu desabafo, de quem viveu aqueles dias e que vê hoje que essa imprensa está aí, eles tomam uma decisão, e fica por isso mesmo. Eu, sinceramente, tenho sido uma voz quase que solitária aqui, falando das consequências dessa crise toda. Nós estamos numa crise econômica violentíssima, numa depressão de 8%, numa crise política violentíssima, e, na minha avaliação – eu tenho falado isso desde o ano passado –, nós estamos caminhando com velocidade para um quadro de convulsão social. É mais do que crise social. Crise social já está havendo. A previsão de alguns bancos para o ano de 2017 é de desemprego chegando a 14%.

Eu vejo lá no Rio de Janeiro vários programas sociais que estão sendo extintos. Não é só funcionário público que está sofrendo; programas sociais vinculados ao povo mais pobre estão sendo extintos. E não é só o Rio e o Espírito Santo, são mais de 20 Estados brasileiros quebrados – essa é a realidade. E eu me preocupo claramente porque – quem viu o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, semana passada – isso é um terreno fértil para os que defendem saída autoritária, o discurso da ordem. E eu tenho feito esse alerta aqui.

Eu me impressiono porque é como se não houvesse governo. Essa coalizão que liderou esse golpe não tem um projeto, não tem uma estratégia para o País sair da crise. É apenas o desmonte do Estado de bem-estar social, não tem um plano para o País sair da crise.

Sinceramente, no momento em que os Estados estão quebrados – e eu repito isso aqui quase toda semana –, em que as famílias estão endividadadas, em que está havendo queda do salário – são



dois anos de queda do rendimento dos trabalhadores –, em que está havendo aumento desemprego, em que as empresas devem 80% do PIB, só tem uma forma de nós sairmos dessa crise – um presidente com legitimidade para dizer o seguinte: "Olha, nós vamos aumentar investimentos, investimentos públicos em obras, investimentos em gastos sociais", para puxar a economia. Mas, não, é uma loucura! É só corte, corte, corte, ajuste, ajuste, ajuste.

Tem gente que não entende, mas, na verdade, o impacto do gasto público, do investimento público na economia é gigantesco. Um estudo do Ipea diz o seguinte: cada 1% do PIB a mais gasto em educação significa 1,8% a mais em crescimento; em saúde é algo em torno de 1,7. Só que quando você faz um ajuste muito grande, também significa 1,8 para baixo e 1,7 para baixo. Será que a gente não aprendeu?

E aqui, Senador Randolfe, nós somos críticos do Levy, eu e V. Ex^a. Eu votei contra o ajuste de 2015, e reconheço que isso começou com o Levy, em 2015; foi agravado pela irresponsabilidade política da oposição, em todo aquele processo do golpe do *impeachment*, e agora, no Governo Temer, é o ajuste mais radical da história do País, com o congelamento por 20 anos.

Então, eu subo a esta tribuna para falar disto: dessa situação difícil do País, da incapacidade desses que deram o golpe de oferecer uma saída articulada qualquer – não há uma estratégia.

O jornalista Luis Nassif fez um artigo que diz, com muita clareza, e eu concordo com ele: não há uma estratégia, por parte dessa coalizão governista, para superar a crise. É apenas um projeto ideológico de desmonte do Estado do bem-estar social.

Aí vem uma situação nova, que são pesquisas em que o Presidente Lula sobe oito pontos, no último Datafolha, assumindo a liderança. No segundo turno – ele e a Marina –, há um cenário em que ele perde da Marina, e ganha de todos os outros, Aécio, Alckmin, Serra.

Saiu uma matéria no jornal *Valor Econômico* também – uma pesquisa qualitativa – sobre uma saudade do Presidente Lula, que surgiu nos grupos de pesquisa qualitativa. Em um grupo de pesquisa qualitativa você junta dez pessoas que começam a conversar. E nesses grupos se falava da saudade do Presidente Lula.

Eu, sinceramente, acho que nós podemos estar vivendo um período semelhante ao governo Costa e Silva, quando houve aquele chamado do povo a Getúlio Vargas, que se expressou um pouco naquela música, naquele refrão, que dizia: Bota o retrato do velho, bota no mesmo lugar. O sorriso do velhinho faz o povo trabalhar.

O que o povo está sentindo agora? Diziam que o golpe, que tirar a Dilma resolveria tudo, que iria resolver o problema do emprego. Era tirar a Dilma e os empresários iriam recuperar a confiança e iriam investir. Bobagem! Empresário investe quando tem gente para comprar, e como vai ter gente para comprar com essa política de austeridade que só agrava a crise econômica, que só agrava a recessão econômica?

Então, está aumentando, sim, esse sentimento do Presidente Lula porque as pessoas têm convicção de que aquele foi um período de inclusão social, em que os mais pobres ganharam. Quarenta milhões de brasileiros ascenderam, alguns da classe E para a D, uns da D para a C, uns da C para a B. A gente vivia aquilo, e agora eles estão desmontando tudo que foi feito.

Eu tenho defendido que o Presidente Lula, que enfrenta um momento muito difícil... O Presidente Lula foi vítima, nesse processo todo, de uma perseguição infame, desse conluio. No Jornal Nacional, nos últimos oito meses foram 14 horas de ataque, e não só a ele, mas também à sua família, à Dona Marisa Letícia, aos seus filhos. Um ataque que eu nunca vi na história deste País. Não, houve ataques também contra Getúlio, contra Juscelino, contra Jango. Eu me lembro até que Sobral Pinto, que foi advogado de Luís Carlos Prestes – eu tenho repetido muito isto,



Randolfe –, em determinado momento, utilizou o estatuto de defesa dos direitos dos animais para defender Luís Carlos Prestes.

Lula não está acima da lei, mas também não está abaixo dela. O problema é que Lula sobe. Alguns dizem: "Ah, perdemos o *timing*". Delegados da Polícia Federal falando claramente sobre política. "Perdemos o *timing*." Mas eles têm uma preocupação, que é o Lula, numa situação dessa de desagregação toda do País, ser um candidato fortíssimo. Aí eles continuam a perseguição contra o Presidente Lula.

Eu tenho defendido que, superado esse sofrimento que o Presidente Lula está enfrentando, em abril ou maio nós lancemos a candidatura de Lula para Presidente com um programa, um programa para tirar o País da crise, um programa para proteger os empregos dos trabalhadores. Lula já fez isso. Lula superou uma crise de natureza recessiva em 2009 e 2010 com muito êxito.

Eu falo em já lançar agora porque não falo em Lula para 2018 – sinceramente, não sei se esse Governo Temer chega a 2018. Eu sei que as elites do País e o PSDB, por eles, empurram Temer até 2018. Só que o agravamento da crise que está por vir vai ser muito forte, com consequências imprevisíveis. Ninguém sabe se Eduardo Cunha fala, se o tal do doleiro Lúcio Funaro fala... Então, pode existir uma situação em que este Governo desmonte. Se o Eduardo Cunha falar – eu tenho certeza disto –, este Governo desmonta.

Aí vai haver uma polêmica. Uns vão querer a saída pela eleição indireta, e o povo brasileiro não vai aceitar. Este Congresso não tem condições de eleger um Presidente da República para tirar o País da crise. E nós temos que levantar a bandeira das eleições diretas. Há várias emendas constitucionais aqui que tratam desse tema. E aí eu falo do nome do Lula, e falo em uma discussão sobre programa, porque aqui, neste plenário do Senado Federal, nós vamos resistir à retirada de direitos dos trabalhadores, a essa reforma criminosa da previdência, à reforma trabalhista, mas nós vamos apresentar uma proposta, uma agenda propositiva para tirar o País da crise.

Eu quero resumir rapidamente, Senador Randolfe. Primeiro, não tem jeito: é necessário fazer política anticíclica. A estratégia do Brasil, neste momento de depressão econômica, não pode ser ajuste fiscal, não pode ser austeridade. Neste momento, é crescimento econômico, porque nós só vamos melhorar a situação das contas públicas quando a economia crescer. Sem crescimento, não tem jeito! Nós vamos continuar afundando, aumentando a nossa dívida pública. E, para fazer crescimento neste momento, tem que ter mais investimento, dinheiro do Governo Federal, um plano de obras públicas, como Lula fez em 2009 com o PAC; como Lula fez em relação a gastos sociais, que aumentaram 10% em 2009, e ele dizia muito claramente: "É colocar dinheiro na mão do pobre, porque esse dinheiro na mão do pobre vai para a economia". É o oposto do que o Temer está falando, porque o Temer está fazendo o quê? Está tirando a vinculação do salário mínimo com o benefício de prestação continuada, que é um dinheiro que vai para idoso e pessoa com deficiência, que ganham salário mínimo. Esse dinheiro é que animava a economia.

Então, no programa de Lula vai ter que aparecer isso novamente. É o que ele tem defendido, um plano de investimentos. É o Governo Federal que tem de puxar a demanda para atrair investimentos privados, para atrair consumo das famílias. Se não tiver isso, não tem jeito.

Colocar novamente a Petrobras para produzir no País. Eles estão destruindo a política de conteúdo local – estamos voltando a produzir empregos fora do País –, o que Lula tinha feito, quando mandava comprar plataformas e navios aqui! Montamos uma indústria naval que está desmontada! Eu ainda escuto o Presidente da Petrobras, que proíbe as empresas brasileiras de participar da licitação. Chamaram 30 empresas estrangeiras; das 30, 23 respondiam a processo de corrupção fora do País. E agora, as nacionais não podem.



Então, reestruturar a cadeia de óleo e gás. Voltar a ter bancos públicos agindo para o País crescer. O que estão fazendo com o BNDES é um crime! Devolveu R\$100 bilhões ao Governo Federal agora. É a volta do BNDES do Fernando Henrique Cardoso: preparar apenas para privatizar.

E acho que o Lula tem que dar, neste momento, passos à frente; dois passos centrais na economia, à frente. O primeiro é sobre o sistema tributário, e o segundo é sobre o sistema da dívida.

Sabe, Senador Randolfe, que, nos governos do PT, nós diminuimos muito a desigualdade no País, mas foi no gasto social. Há várias formas de se lutar contra a desigualdade. A primeira é na arrecadação; nisso, pouco avançamos no País. O sistema tributário do Brasil é perverso. Quem paga imposto é a classe média, são os trabalhadores, são os funcionários públicos. Os muito ricos não pagam tributação. Eu dou um exemplo sobre distribuição de lucros e dividendos: só dois países do mundo não têm tributação sobre distribuição de lucros e dividendos: Brasil e Estônia. Um funcionário, aqui, que ganha R\$5 mil ou R\$8 mil paga 27,5%. Se eu sou um empresário e recebo R\$300 mil a título de distribuição de lucros e dividendos, eu pago zero. Pois bem, não é possível construir um outro projeto reformista para o País sem mexer nesse sistema tributário, para que a gente consiga ter um novo período de reformas profundas no País. Então, esse tema nós temos de aprofundar e tem de estar pronto nesse novo programa do Presidente Lula: tributação de grandes fortunas, uma série de pontos nesse aspecto.

O outro é o seguinte: depois da arrecadação, nós vamos ao Orçamento. Aí tem mais de 30% do Orçamento que pagamos de juros aos rentistas. A outra parte, que são os gastos primários, foi onde fizemos uma política social que diminuiu a desigualdade social, e é aqui que eles estão querendo acabar. A reforma da previdência e a PEC 55 são para acabar com o legado dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Mas faltou, Senador Randolfe, mexer no sistema da dívida. Mais de 30%... Eles falam do custo da previdência, que foi de R\$486 bilhões em 2015, mas de juros foram R\$505 bilhões. Estão saindo do Orçamento. Eles estão disputando o Orçamento com os pobres. Quem são eles? São o sistema financeiro e os grandes empresários do País, que investem em título da dívida pública. É por isso que a nossa taxa de juros não baixa – não é por causa da inflação. A inflação, em 2015, foi porque o Levy fez um tarifaço, elevou o preço da gasolina, da energia elétrica. Não tinha nada a ver com preços livres. Eles aumentam a taxa de juros porque eles vivem desse dinheiro. Temos de desmontar isso, temos de desarmar esse sistema da dívida. É impossível viver com isso! Há até economistas... O André Lara Resende fez agora um artigo que considero muito interessante, dizendo que, ao contrário do que dizem – que os juros controlam a inflação –, os juros, a médio prazo, significam aumento da inflação, porque os agentes começam a perceber que vai haver um impacto na dívida e colocam isso nas expectativas, o que acaba aumentando a inflação. Estou falando tudo isso, pessoal, porque preocupo-me verdadeiramente em fazermos um debate mais programático neste País. Aqui parece uma ditadura do pensamento único.

A aliança que foi feita nesse último período foi clara, entre o mercado financeiro, que quer retirar o máximo de vantagens no primeiro momento depois desse golpe, e o setor da burguesia, que quis resolver o seu problema da crise retirando direitos dos trabalhadores, diminuindo o salário dos trabalhadores – e isso está acontecendo, porque os salários ficaram muito abaixo da inflação no ano de 2016. Então, é uma aliança desse pessoal que quer rapinar, que não tem preocupação com um projeto de desenvolvimento nacional, que quer ganhar o dele. É a aliança desse mercado financeiro e dessa burguesia com a coalizão parlamentar, que quer se salvar, que não quer nada mais além. Eles querem se salvar! Estão perdendo a compostura na indicação do



Moreira Franco, sinceramente, na indicação do ex-Ministro da Justiça para ser revisor da Lava Jato – um ministro que era da pasta da Justiça junto com outros cinco ministros que são investigados, assim como o Presidente Temer! Não dá para dizer que não há uma conduta partidarizada aí. Acho que o problema não é ser de um partido, porque você pode ter figuras de partidos que tenham posições, mas é um ministro que está muito na luta partidarizada. Eu não acredito que ele vai ter um tratamento de isenção, que vai ser a mesma coisa alguém do Governo Temer ou a Presidenta Dilma. Vai tudo para o Supremo.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O julgamento do *impeachment* vai para o Supremo. Então, eles estão armando tudo.

Eu, hoje, fiquei muito impressionado, Senador Randolfe, que apresentou a questão de ordem, porque na Comissão de Constituição e Justiça eles quiseram – o PMDB, Romero Jucá e Renan Calheiros – ultrapassar os cinco dias de prazo para a sabatina de Alexandre de Moraes, que seria na próxima terça-feira; queriam fazer amanhã! Só que houve uma grita. Ainda bem que houve uma maioria no Senado e na CCJ e houve uma derrota dessa posição que era algo escandaloso.

Então, senhores, eu encerro o meu pronunciamento aqui.

Eu acho que o País está em uma crise gravíssima. Talvez nós nunca tenhamos enfrentado uma crise como essa. A situação do Rio e do Espírito Santo, para mim, infelizmente, vai se espalhar País afora. Eu vejo esse Presidente ilegítimo Michel Temer um Presidente fraco, sem ideias, sem projeto, só repete o que o mercado diz, e aí vamos caminhando em direção a um ano em que eu me preocupo muito com esse grau de instabilidade política.

De nossa parte, nós vamos fazer isto: lançar o Presidente Lula; não sabemos ainda dizer quando por causa da situação difícil que o Presidente Lula enfrenta – se em abril, maio ou junho –, mas nós vamos lançar o Presidente Lula, que vai viajar por este País dizendo que é possível ter esperança neste País. Este País é grande, e ele como Presidente fez isso, fez inclusão social, tirou o desemprego de 12% para 4,3%. O Presidente Lula sempre foi essa pessoa que colocou esperança para o povo brasileiro. Este Governo está perdido. Nós e o Presidente Lula vamos percorrer este País mostrando que o Brasil é um País viável, tem um povo trabalhador – o que falta é uma política correta que proteja os trabalhadores e os mais pobres.

Muito obrigado, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Lindbergh Farias, eu que cumprimento V. Ex^a. Eu também não poderia deixar de expressar meu acordo com o vosso pronunciamento, em especial quando diz que a situação gravíssima do País leva a uma situação de convulsão social, e só há uma alternativa: a resolução desse impasse através da consulta ao povo brasileiro. É por isso que é urgente o debate sobre a realização de novas eleições para Presidente.

Não havendo mais oradores inscritos, nós declaramos encerrada a sessão do Senado Federal do dia de hoje.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 30 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 8ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Liderança do Democratas

*Designado
à Publicação
Em 14/02/2017
[Assinatura]*

OF. N° 004/17-GLDEM

Brasília, 14 de fevereiro de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os seguintes nomes para ocupar as vagas destinadas ao
Democratas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ:

Titulares	Senador Ronaldo Caiado Senadora Maria do Carmo Alves
Suplente	Senador Davi Alcolumbre

Atenciosamente,

Ronaldo Caiado
Senador RONALDO CAIADO
Líder do Democratas





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

OF. Nº 006/2017-BLOMOD

*Faça a substituição
solicitada.*
Corr - 14/02/2017

Brasília, 14 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Eduardo Lopes** (PRB/RJ), para compor, como membro **Titular** e o Senador **Vicentinho Alves** (PR/TO), para compor, como membro **Suplente**, a **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ**.

Atenciosamente,

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**
Líder do Bloco Moderador
PTB – PR – PSC – PRB – PTC

Recebido em 14/02/17
Hora: 16:07

Regina Bruner Saldanha - Mat. 315749
SEM/SLEF



ORDEM DO DIA
terça-feira, 14 de fevereiro de 2017

101

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁶⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽³⁾
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽²⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



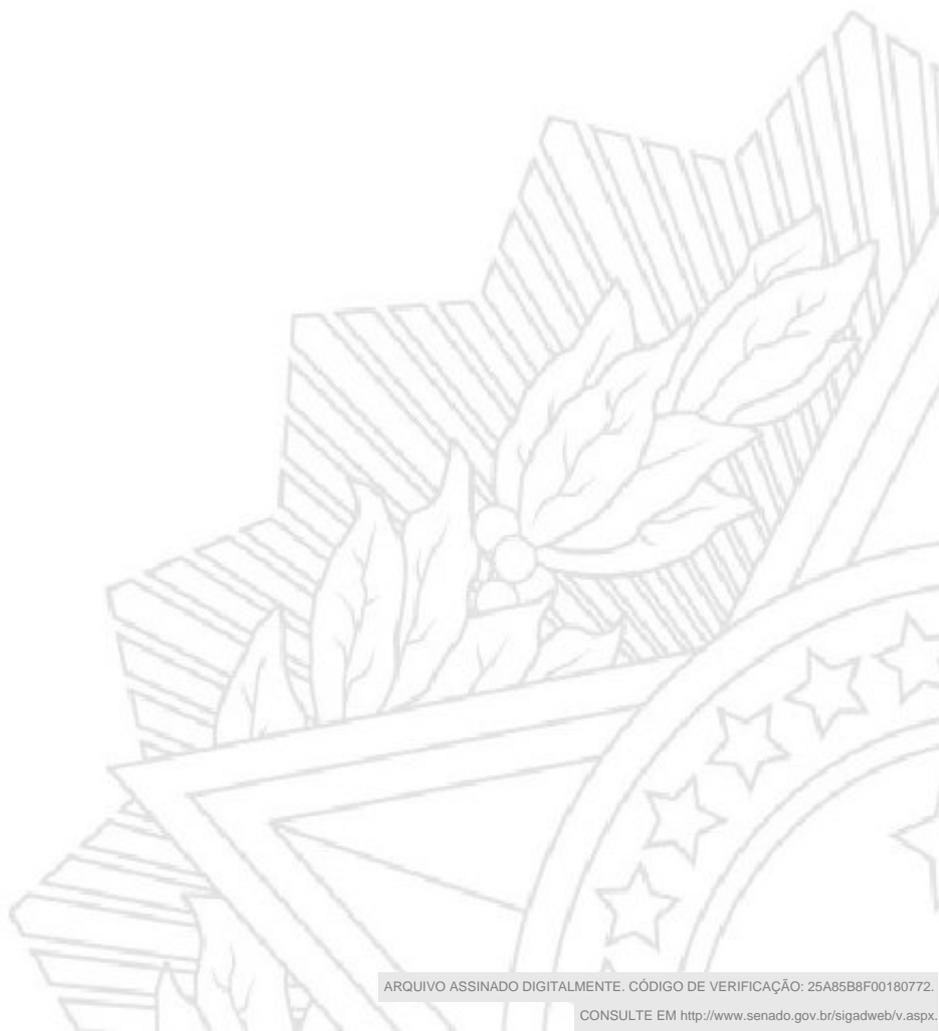
Designação



A Presidência designa as Senadoras Kátia Abreu, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin e o Senador Ataídes Oliveira para integrarem, como titulares, a Comissão Temporária Externa destinada a averiguar e fiscalizar a situação dos hospitais públicos no Tocantins, nos termos do Requerimento nº 963, de 2016.



Discursos encaminhados à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de hoje o governo despejou milhões e milhões em uma campanha sobre a reforma da Previdência nos jornais de norte a sul do país.

Com a seguinte chamada: Reformar a Previdência hoje é pensar no amanhã.

Meus amigos que estão me assistindo aqui pela TV Senado. Pois é. O governo tem dinheiro, milhões e milhões para gastar com propaganda em uma proposta que vai acabar com teu sonho de uma aposentadoria digna, isso se ela acontecer, até por que você terá que contribuir 49 anos.

Nós não temos esses milhões e milhões que o governo está gastando.

O que nós temos é o nosso trabalho de formiguinha, solidário, levando as nossas informações de boca em boca, pelas redes sociais, fazendo as nossas manifestações.

Temos que redobrar a nossa mobilização. Procurem as câmaras de vereadores, prefeituras, associações de moradores, sindicatos, entidades da sociedade, converse com seus familiares, amigos e vizinhos...

Criem comissões municipais contra a reforma da Previdência. A resistência não é só aqui no Congresso Nacional.

Ela tem que ser feita nos estados e nas cidades, por completo.

Temos que mostrar para a nossa gente que o prejuízo será enorme na vida delas com a reforma.

E isso precisa de organização e bloco na rua, sim senhor, bloco na rua.

Peçam para as prefeituras, câmaras de vereadores, entidades do seu município enviar para o meu gabinete, email paulopaim@senador.leg.br, manifestos e cartas de repúdio a reforma da Previdência do governo federal. Vou ler todas aqui desta tribuna.

Por outro lado, pressione os senadores pela CPI da Previdência Social. Peçam que eles assinem a sua instalação.

Queremos abrir essa caixa de pandora. Saber efetivamente se há rombo ou não nas contas previdenciárias.

Eu iniciei no meu twitter @paulopaim e no meu face Paulo Paim a seguinte campanha: CPI da PREVIDÊNCIA JÁ!!!!

Entrem lá e participem. Compartilhem com seus amigos essa ideia. Quando mais pessoas estiverem nesta campanha, mais força nós teremos.

Não à reforma da Previdência; sim a CPI da Previdência.

Era o que tinha a dizer.



O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/PSB - SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ano de 2017 começou marcado por uma sequência triste e lamentável de acontecimentos - de extrema violência - que mais uma vez chocaram o Brasil e o mundo e que refletem o verdadeiro flagelo que é o sistema prisional brasileiro. As rebeliões e os massacres ocorridos nos presídios lançam a atenção da opinião pública de volta aos velhos problemas de nossas unidades prisionais: superlotação, estruturas precárias e incapacidade de o Estado assegurar condições mínimas de dignidade àqueles que estão sob sua custódia.

As rebeliões, planejadas de forma coordenada, revelam o domínio exercido pelo crime organizado sobre a dinâmica interna dos presídios e colocam em xeque o sistema de justiça criminal, impondo grandes desafios ao Estado brasileiro.

A crise atual começou a desenhar-se em meados do ano passado, quando o PCC e o Comando Vermelho romperam um pacto que mantinham para a compra de drogas e armas em regiões de fronteira e entraram em conflito pelo domínio de redes de comercialização e distribuição de maconha e cocaína na América do Sul, bem como pelo controle rotas de tráfico dessas drogas para a Europa.

As rebeliões recentes, nos presídios, somam 144 mortos. É mais que o massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, quando 111 foram mortos.

É possível evitar as rebeliões e as carnificinas de presos? Digo que sim, mas é preciso que algumas medidas sejam adotadas, conjugando esforços e reconhecendo a responsabilidade das três esferas de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Investimentos emergenciais são necessários para que os presídios tenham uma estrutura mais adequada para separar os presos e disponham de equipamentos de segurança para o trabalho dos agentes penitenciários.

O número de servidores por unidade prisional também deve ser ampliado - em geral está muito aquém do que recomenda o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que é um agente para cada cinco presos. O Ministério da Defesa colocou as Forças Armadas à disposição dos governadores. O Ministério da Justiça criou uma espécie de "Força Nacional" para as penitenciárias, que é o Grupo Nacional de Intervenção Penitenciária. São iniciativas importantes para ajudarem a debelar a crise, mas é fundamental que haja estrutura de pessoal capaz de agir não para apagar incêndios, mas para evitar que as tragédias aconteçam.

A construção de novos presídios é necessária, sobretudo porque precisamos aliviar a superlotação carcerária, além de desativar as chamadas cidades-presídios, que têm dimensões que impedem qualquer tipo de controle pelos agentes estatais.

O Presidente Michel Temer anunciou, em janeiro, a liberação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) na ordem de R\$ 800 milhões, para a construção de pelo menos uma penitenciária em cada estado, R\$ 200 milhões para a construção de presídios federais e R\$ 150 milhões para a instalação de bloqueadores de celulares em pelo menos 30% dos presídios de cada estado.

Com isso, o Governo mostra liberará o saldo acumulado do Funpen e não realizará novos contingenciamentos dessas verbas, cumprindo o que determinou o STF na ADPF 347. Nessa importantíssima ação, a Corte reconheceu que existe um "quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais" no sistema penitenciário, "decorrente de



falhas estruturais e falência de políticas públicas". Para o STF, está caracterizado um "estado de coisas inconstitucional", cuja modificação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária. Por isso, os recursos anunciados são importantes.

Espero que esses recursos sejam efetivamente aplicados na construção de um outro modelo prisional. Para além da construção de unidades prisionais mais modernas, eles devem ser utilizados para garantir um mínimo de salubridade para o ambiente prisional. Há relatos de presos sem acesso, sequer, à água potável. Falta atendimento médico e, mesmo, acesso à saúde básica.

Isso sem falar na carência de vagas para trabalho e estudo. O que podemos esperar de prisões que se encontram nessas condições?

Sr. Presidente, a crise do sistema penitenciário não é novidade. As rebeliões de janeiro não são acontecimentos isolados ou pontuais. E por mais que destinemos recursos para a ampliação de vagas no sistema, não vamos conseguir resolver o problema, pois é o mesmo que atacar suas consequências e não suas causas. Ficaremos, sempre, "enxugando gelo".

Ainda que tenhamos que construir novos presídios, para melhorar a qualidade geral das unidades, temos que reconhecer, assim como o fizeram, recentemente, os ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello, que a causa da crise penitenciária é, em última instância, do "punitivismo do Estado", ou seja, é resultado de uma política de Estado que acredita no encarceramento como fórmula mágica para enfrentar a criminalidade.

Esse é um raciocínio equivocado. Não apenas por contrariar princípios humanitários e conquistas civilizatórias, mas também porque não percebe que resulta no fortalecimento das facções do crime organizado, com reflexos, inclusive, no aumento da violência nas cidades.

Também pelo viés econômico, o punitivismo não se sustenta. Se considerarmos que o déficit atual é de mais de 250 mil vagas no sistema prisional e que o custo médio para abrir uma nova vaga é de R\$ 50 mil, precisaríamos R\$ 12,5 bilhões para zerar o déficit. E, a cada ano, teríamos que construir 50 mil novas vagas (R\$ 2,5 bilhões) para dar conta do ritmo de crescimento da população carcerária, que é de 8%, como veremos. Isso sem contar o custo de manutenção desses presos.

Assim é que não há outro caminho a seguir senão construir um sistema mais racional, que pondere a necessidade de encarceramento com a perspectiva de eficácia dessa medida extrema, reservando a prisão àqueles que realmente não são capazes de permanecer no convívio social - os que cometem crimes violentos e os que causam grandes prejuízos à coletividade. Há alternativas e elas precisam ser consideradas.

No Brasil, prendemos muito e prendemos mal.

O país tem a 4ª maior população carcerária do mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia. E o que mais preocupa é a tendência histórica de crescimento. Em um período de dez anos, entre 2005 e 2014, a população carcerária saltou de 361.402 para 622.202 pessoas presas, um crescimento médio de 8% ao ano (no mesmo período, a população total do país cresceu, em média, menos de 1% ao ano), segundo dados oficiais. Se esse ritmo se manteve nos anos de 2015 e 2016, é possível que a população carcerária já tenha chegado a mais de 720 mil pessoas. Portanto, seria correto dizer não só que "prendemos muito", mas que "prendemos muito mais a cada ano".



Tínhamos um déficit de 250 mil vagas no sistema prisional do país, em 2014. Temos aproximadamente 1,7 presos para cada vaga. O Estado do Amazonas, onde houve a rebelião com 56 mortos, tem a maior superlotação, com mais de 3 presos para cada vaga. Em Sergipe, são mais de 2 presos por vaga. O Estado precisaria mais que dobrar o número de vagas, para zerar o déficit.

A política de encarceramento em massa, todavia, não gerou uma melhoria nos índices de violência e criminalidade em geral. Pelo contrário, fortaleceu as facções do crime organizado, favoreceu a arregimentação de novos criminosos e tornou o sistema mais caro e menos ineficaz na recuperação dos condenados.

Segundo o 10º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 9 minutos morre uma pessoa vítima de violência, no país. Entre 2011 e 2015, o Brasil teve mais mortes violentas do que a Síria em guerra, no mesmo período. Enquanto lá foram verificadas 256 mil mortes violentas, aqui foram registradas quase 279 mil ocorrências de mortes causadas por homicídio, latrocínio, lesão corporal ou por ações policiais.

Sergipe, de acordo com as estatísticas, tornou-se o Estado mais violento do Brasil, com o lamentável índice de 57,3 mortes violentas intencionais para cada grupo de 100 mil habitantes. Por essas, razões, Sergipe é um dos Estados escolhidos pelo governo federal para o início do Plano Nacional de Segurança Pública. Ele começará por onde os governos estaduais vêm fracassando nas políticas de segurança pública.

Sr. Presidente, quando digo que, no Brasil, prende-se mal, refiro-me, por exemplo, à enorme quantidade de presos provisórios no sistema: 40% da população carcerária não tem contra si uma condenação judicial. Não é um número razoável.

Aqui chegamos às medidas que devem ser adotadas pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo.

De imediato, é preciso que o Judiciário organize mutirões carcerários, a fim de verificar a situação de presos que já poderiam ter saído em liberdade ou semiliberdade. Por exemplo: libertar condenados que já cumpriram suas penas mas continuam encarcerados; conceder progressão de regime para aqueles que já cumpriram os requisitos legais; avaliar a situação de presos provisórios que poderiam cumprir uma medida cautelar alternativa à prisão, como o uso da tornozeleira eletrônica.

Também é fundamental que o Judiciário aplique, com rigor, lei das medidas cautelares, que é de 2011, e faz da prisão preventiva uma opção apenas quando as medidas alternativas, como o uso de tornozeleira ou restrições de direitos, mostrarem-se insuficientes.

A lei das cautelares penas será mais efetiva quando o Judiciário disseminar a realização as audiências de custódia em todas as varas judiciais que tratam de processos penais no país. Além de prevenir torturas e prisões ilegais, a apresentação do preso ao juiz, sem demora, serve para aplicação, imediata, de medidas cautelares. Ao ter contato pessoal com o preso, o juiz tem melhores condições de avaliar se é o caso de mantê-lo preso, preventivamente, ou de aplicar medidas alternativas à prisão.

A experiência tem se mostrado bem-sucedida onde já está em funcionamento. Isso sem impor riscos à segurança pública, o que se comprova pelo índice de reincidência de quem passou por uma audiência de custódia. No Rio de Janeiro, por exemplo, a reincidência de pessoas que saíram em liberdade, na audiência de custódia, é de apenas 1,4%, segundo dados divulgados pelo CNJ.



O que ainda precisa ser feito em relação às audiências de custódia? Elas precisam se tornar lei, para que passem a ser realizadas em todas as cidades do país. Até agora, a prática ocorre em capitais e grandes cidades, em razão de um projeto iniciado, em 2015, pelo CNJ, pelo Ministério da Justiça e pelos Tribunais de Justiça dos Estados. Por isso, é fundamental que a Câmara dos Deputados aprove, com brevidade, o PLS 554, que apresentei no ano de 2011 e foi aprovado pelo Senado, como uma das medidas necessárias ao enfrentamento da crise carcerária. O projeto cria a audiência de custódia no processo penal e obriga sua realização em todas as varas e sessões judiciárias do país.

Sr. Presidente, precisamos chamar a atenção de todos para a parcela da responsabilidade que recai sobre o Poder Legislativo.

Uso como exemplo a lei de drogas, de 2006. Apesar de ter retirado a pena de prisão para usuários de drogas, ela é apontada como responsável por ter aumentado em quase seis vezes o número de pessoas presas por crimes relacionados a drogas, em um período de doze anos.

Esse salto ocorreu porque a lei endureceu as penas aplicáveis aos traficantes e não ofereceu critérios objetivos para diferenciar o grande do pequeno traficante, nem o pequeno traficante do simples usuário de drogas - a lei não estabeleceu, por exemplo, qual a quantidade de drogas que uma pessoa deve portar para ser considerada um pequeno ou grande traficante. No Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, procuramos dar um passo, buscando diferenciar o usuário do traficante, no substitutivo que apresentei como relator e que recebeu aprovação da CCJ. Mas o projeto segue sua tramitação pelas comissões e o debate continua aberto.

De acordo com o padre Valdir João Silveira, coordenador da Pastoral Carcerária, os presos são cada vez mais pobres e mais jovens. Muitas vezes entram nos presídios primários (sem antecedentes) e sem terem praticado crimes com violência, mas logo são cooptados pelas facções e passam a integrar o exército dos grupos criminosos. Não é à toa que os presídios são chamados de "escolas do crime".

Devemos, portanto, chamar a atenção para a responsabilidade do Poder Legislativo. O Congresso Nacional precisa comprometer-se com políticas de segurança pública baseadas em evidências empíricas, sopesando com muito cuidado as consequências de suas decisões legislativas, especialmente quando quer criar novos tipos penais, aumentar penas e agravar o regime de progressão. Deve exigir a apresentação de estudos de impacto legislativo, na instrução dessas propostas.

Deve pensar alterações legislativas que reservem a prisão para os crimes violentos ou que causem danos significativos à coletividade. Para crimes não violentos ou de pouca repercussão na vida social, seria muito mais efetivo adotar, como regra, ao invés do encarceramento, medidas alternativas à prisão como monitoramento eletrônico, restrições de direitos, multas, participação em atividades educacionais e reparação do dano como medida de extinção da punibilidade.

Vale lembrar que 55% da população carcerária tem entre 18 e 29 anos e 60% são analfabetos ou não chegaram a completar o ensino fundamental. Para esses jovens, a pena imposta pela prática de crimes patrimoniais não violentos, mais que voltar-se à repressão de um erro cometido no passado, deveria mirar seu foco nos efeitos que poderá causar em suas vidas, no futuro.



Sr. Presidente, desejo que, um dia, o Estado brasileiro possa dizer que, aqui, o sistema prisional é eficaz na recuperação e reinserção social de detentos. Esse é, certamente, um horizonte distante. O cenário que temos, hoje, chega a ser paradoxal: o sistema, que deveria recuperar detentos, mais contribui para que eles ingressem e reforcem seus laços na criminalidade.

O Plano Nacional de Segurança Pública, lançado pelo Ministério da Justiça em meio à crise do sistema prisional, é uma iniciativa importante.

Considero que também são necessárias políticas públicas de longo prazo, estruturantes, como diz o STF, para debelar o "estado de coisas inconstitucional" em que o sistema penitenciário se encontra.

Precisamos estar democraticamente abertos à participação e às recomendações de entidades da sociedade civil (a Pastoral Carcerária, por exemplo, que há tanto tempo presta serviços da maior importância nesse setor), da OAB, da ONU, do CNPCP, do Poder Legislativo e do Judiciário.

Somente com a conjunção de esforços o poder público poderá oferecer soluções satisfatórias à sociedade brasileira.

Com esses esforços, o Estado brasileiro poderá retomar o controle sobre a rotina e a dinâmica interna dos presídios, será capaz de superar a cultura do encarceramento em massa e promoverá as condições necessárias para que a pena criminal cumpra função de ressocializar os condenados, preparando-os para o reingresso no convívio social.



Encaminhamento de matérias



A Presidência recebeu o Ofício nº 1, de 2017, do Presidente do Conselho do Projeto Jovem Senador, Senador Eduardo Amorim, encaminhando as Sugestões nºs 1 a 3, de 2017, do Programa, aprovadas pelos Jovens Senadores, em conformidade com os artigos 18 e 19 da Resolução nº 42, de 2010.

As matérias serão encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Conselho do Projeto Jovem Senador

OF.CPJS Nº 001/2017

À Publicação
Em 14/2/17
Amorim
Brasília, 14 de fevereiro de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Assunto: **encaminha Sugestões do Programa Jovem Senador – 6ª Edição.**

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, encaminho a Vossa Excelência as redações finais das proposições apresentadas pelos Jovens Senadores e aprovadas no Plenário do Senado Federal em 2 de dezembro de 2016, no âmbito do Projeto Jovem Senador.

De acordo com o referido parágrafo único, terá o tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada nos termos dos arts. 18 e 20 da Resolução nº 42, de 2010.


Senador **Eduardo Amorim**
Presidente do Conselho do Projeto Jovem Senador



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2017

Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e dá outras providências.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais



[Página da matéria](#)



Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei se refere à proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, salvo as disposições específicas que permitam a eutanásia.

Art. 2º Fica vedada a eliminação da vida de cães e de gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, com exceção da eutanásia nos casos de males, doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde humana e a de outros animais.

§ 1º A eutanásia será justificada por laudo do responsável técnico pelos órgãos e estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo, precedido, quando for o caso, de exame laboratorial.

§ 2º Ressalvada a hipótese de doença infectocontagiosa incurável, que caracterize risco à saúde pública, o animal que se encontrar na situação prevista no *caput* poderá ser disponibilizado para resgate por entidade de proteção dos animais.

Art. 3º As entidades de proteção animal devem ter acesso irrestrito à documentação que comprove a legalidade da eutanásia nos casos citados no art. 2º.



Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios e parcerias com Municípios, entidades de proteção animal, organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, para que sejam desenvolvidos programas ou feiras de adoção em todo o território nacional.

Art. 5º O controle da natalidade de cães e gatos em todo o território nacional, após estudo feito nas localidades e regiões que apontem para a existência de superpopulação, deverá ser feito por esterilização cirúrgica.

Art. 6º O procedimento de esterilização referido no art. 5º deverá ser feito exclusivamente por médico-veterinário.

Art. 7º O descumprimento desta Lei sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza;
Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 10, DE 2017

(nº 33/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 33

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

Os méritos do Senhor Colbert Soares Pinto Junior que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de fevereiro de 2017.



EM nº 00024/2017 MRE

Brasília, 26 de Janeiro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de COLBERT SOARES PINTO JUNIOR para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



Aviso nº 36 - C. Civil.

Em 9 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**

CPF: 431.708.540-20

ID: 7002028038 SSP/RS

1962 Filho de Colbert Soares Pinto e Anna Marisa de Sylos Soares Pinto, nasce em 27 de agosto, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1988 Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
 1989 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco
 1998 Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD), do Instituto Rio Branco
 2008 Curso de Altos Estudos (CAE), do Instituto Rio Branco, com a tese: "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira"

Cargos:

1990 Terceiro-Secretário
 1995 Segundo-Secretário
 2001 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2006 Conselheiro, por merecimento
 2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1991-93 Assessor na Divisão de Serviços Gerais
 1993-94 Assessor no Departamento de Administração
 1994-97 Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo-Secretário
 1997-2000 Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
 2000-05 Assessor e Subchefe da Divisão do Pessoal
 2005-07 Chefe da Divisão de Serviços Gerais
 2007-10 Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores
 2010-15 Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, Cônsul-Geral
 2015 Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial

Condecorações:

2008 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
 2008 Ordem de Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
 2010 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

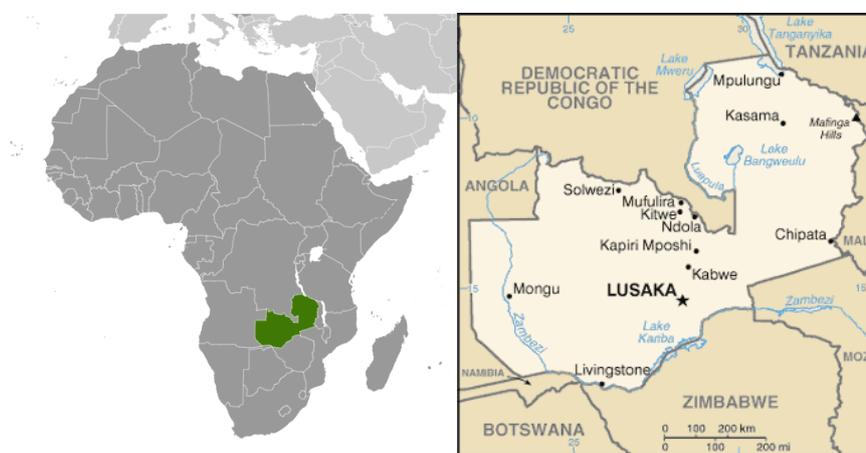
JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior





**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DA ÁFRICA E DO ORIENTE MÉDIO
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA AUSTRAL E LUSÓFONA**

ZÂMBIA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JANEIRO DE 2017**



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Zâmbia
GENTÍLICO	Zambiano
CAPITAL	Lusaca
ÁREA	752.614 Km ²
POPULAÇÃO (2015, BM)	16,21 milhões
IDIOMAS	Inglês (oficial), nyanja, bemba, tonga, lozi, e outros 66 idiomas locais.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Evangélicos (34%), religiões africanas tradicionais (27%), católicos (26%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Edgar Lungu (desde jan/15)
CHANCELER	Ministro Harry Kalaba (desde mar/14)
PIB (2015, BM)	US\$ 21,154 bilhões
PIB PPP (2015, BM)	US\$ 62,458 bilhões
PIB per capita (2015, BM)	US\$ 1.304,00
PIB per capita PPP (2015, BM)	US\$ 3.835,00
VARIAÇÃO DO PIB (em %, BM)	3,4% (2016, estimativa); 3,6% (2015); 6% (2014); 6,7% (2013); 6,7% (2012); 6,3% (2011); 10,3% (2010); 9,2% (2009); 7,8% (2008)
IDH (2014)	0,586 (139º no ranking mundial)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015, OMS)	59 anos (homens) e 65 anos (mulheres)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2015, BM)	85%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015, BM)	13,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Kwacha
EMBAIXADORA EM LUSACA	Ana Maria Pinto Morales (desde ago/2011)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (em US\$ milhões) – Fonte: MDIC/SECEX

BRASIL⇒ ZÂMBIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016



Intercâmbio	18,99	18,74	7,33	11,23	10,88	13,52	17,92	6,12	20,04	8,916
Exportações	11,27	14,22	5,02	8,89	8,98	12,30	17,38	5,58	5,334	8,765
Importações	7,72	4,52	2,30	2,34	1,90	1,21	0,54	0,53	14,714	0,150
Saldo	3,55	9,70	2,71	6,55	7,08	11,09	16,83	5,04	-9,380	8,615

PERFIL BIOGRÁFICO



Edgar Lungu

Presidente da República

Nascido em 11 de novembro de 1956. Graduou-se em direito pela University of Zambia. Começou na política pelo United Party for National Development, aderindo posteriormente à Frente Patriótica, na qual faria a maior parte de sua carreira. Antes de chegar à Presidência, ocupou a chefia dos Ministérios de Assuntos Domésticos, Defesa e Justiça, durante o governo do então Presidente Michael Sata. Após o falecimento de Sata, em outubro de 2014, foi eleito, pela governista Frente Patriótica, para "mandato-tampão" de pouco mais de um ano. Em agosto de 2016, foi eleito para um novo mandato presidencial. Tomou posse em 13 de setembro de 2016.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Zâmbia foram formalmente estabelecidas seis anos após a independência do país africano, em 1970, com a criação da Embaixada do Brasil em Lusaca, cumulativa com a Embaixada em Nairóbi, Quênia. Embaixada brasileira residente em Lusaca foi aberta em 1982 e fechada em 1996, quando os assuntos relativos à Zâmbia passaram a ser tratados pela Embaixada em Harare, Zimbábue.

A Zâmbia abriu Embaixada residente em Brasília em 2006 (única representação do país na América Latina) e, no ano seguinte, o Brasil reabriu sua Embaixada em Lusaca.

1. Histórico e desdobramentos recentes

A primeira visita ministerial bilateral ocorreu em 1975, com a vinda ao Brasil do então Ministro de Negócios Estrangeiros (e futuro Presidente) Ruy Barbosa. Em 1979, o Presidente zambiano Kenneth Kaunda também visitou o Brasil e, no ano seguinte, o Chanceler Saraiva Guerreiro visitou Lusaca, ocasião em que assinou o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio.

Pouco depois, em 1982, com base no Acordo assinado em 1980, o Brasil concedeu linha de crédito à Zâmbia para importação de produtos brasileiros, no valor de US\$ 30 milhões. Os constantes atrasos nos pagamentos não permitiram ampliação da linha de crédito, pleiteada pela Zâmbia. Em novembro de 1986, o país solicitou nova linha de crédito ao Brasil, no valor de US\$ 80 milhões. Como a dívida anterior não tinha sido paga, o crédito não foi concedido.

Segue-se um período de relativo afastamento bilateral. Visita de alto nível só viria a ocorrer mais de 35 anos depois da ida do Chanceler Guerreiro a Lusaca. Em 2006, a vinda do Chanceler zambiano Ronnie Shikapwasha ao Brasil dá início à nova fase de aproximação com a Zâmbia, no contexto da política do Governo Lula para a África. Na ocasião, além da abertura oficial da Embaixada zambiana em Brasília, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica, promulgado em junho de 2010.

Embora o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio de 1980 tenha criado a Comissão Mista Brasil-Zâmbia, sua primeira reunião só ocorreria em agosto de 2008, em Lusaca, em nível de Subsecretário/Vice-Ministro. A I Comissão abordou temas de cooperação em agricultura, saúde, educação, segurança, esportes e energia. Dentre as demandas de cooperação então apresentadas pelo lado zambiano, destacaram-se desenvolvimento da cultura cafeeira e do setor algodoeiro, transferência de tecnologia para a produção de álcool de cana, capacitação de policiais no combate ao narcotráfico e



no patrulhamento de fronteiras, entre outras. Logo após a reunião, em outubro de 2008, o Ministro Celso Amorim visitou a capital zambiana.

A primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Zâmbia ocorreu em julho de 2010, e quatro meses mais tarde, em novembro, o Presidente Rupiah Banda visitou Brasília. Na visita do Presidente Lula, foram assinados os seguintes acordos bilaterais:

- Memorando de Entendimento sobre estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas;
- Memorando de Entendimento no Campo de Segurança Alimentar e Nutricional e Assistência Humanitária;
- Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva;
- Acordo de Cooperação Cultural;
- Acordo de Cooperação Educacional;
- Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico;
- Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.

Durante a visita, também foram assinados cinco ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Técnica de 2008, que previam projetos nas áreas de HIV/AIDS, capacitação profissional, produção de biocombustíveis, apoio ao setor de saúde e medidas sanitárias.

No ano seguinte, em fevereiro de 2011, ocorreu, em Brasília, a II Comissão Mista bilateral. Foram abordados novos temas, como energia elétrica, ciência e tecnologia e desenvolvimento urbano. No que diz respeito às áreas de comércio e investimentos, a delegação da Zâmbia demonstrou interesse em discutir modalidades de garantia que o país poderia oferecer ao Brasil para ter acesso a linhas de crédito do BNDES. Também demonstrou interesse em aprofundar a cooperação bilateral em temas agrícolas e em conhecer o "Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel" (PNPB).

Em outubro de 2011, Michel Sata assumiu a Presidência da Zâmbia e, ao longo dos anos seguintes, altos membros do Governo continuariam a reiterar o desejo de estreitar as relações com o Brasil. Em fevereiro de 2012, em reunião com o Embaixador brasileiro em Lusaca, o Vice-Presidente Guy Scott (que assumiria interinamente a Presidência em outubro de 2014, com a morte do Presidente Michael Sata) sublinhou estar interessado em trazer para a Zâmbia as experiências brasileiras em áreas como renda familiar (elogiou o sucesso do "Bolsa Família"), pesquisa agrícola e tratamento e prevenção da AIDS.

A mesma disposição de se aproximar do Brasil tem-se mantido com a assunção de Edgar Lungu ao cargo de Presidente - em um primeiro momento para um "mandato-tampão", após o falecimento de Michael Sata, e posteriormente confirmado em eleições realizadas em setembro de 2016. Desde então, autoridades do país têm declarado



considerar o Brasil o "mais importante parceiro na América Latina", com o qual a Zâmbia "teria muito a aprender".

2. Comércio bilateral

Entre 2005 e 2015, o modesto comércio bilateral entre o Brasil e a Zâmbia avançou cerca de 100%, de US\$ 9,8 milhões para US\$ 20 milhões. Em 2016, contudo, os resultados apontam forte retração, com corrente total no valor de US\$ 8,916. A queda responde a uma baixa nas importações brasileiras, concentradas em produtos de cobre, e resultou na reversão do resultado da balança comercial bilateral, que em 2015 foi favorável à Zâmbia (US\$ 9,38 milhões) e em 2016 é superavitária para o Brasil (US\$ 8,615 milhões).

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Zâmbia em 2016 foram: pneus (30,57% de participação no total), "dumpers" para transporte de mercadorias (30,26%) e aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas (4,7%). A quase totalidade das importações corresponde a produtos de borracha vulcanizada (46,91%) e circuitos para aparelhos elétricos (39,33%).

3. Cooperação e investimentos na área de energia

3.1 Bioenergia

Entre 2010 e 2011, iniciaram-se tratativas bilaterais para a elaboração de estudo sobre a viabilidade de produção de biocombustíveis na Zâmbia, como parte do "Programa Estruturado de Apoio aos demais Países em Desenvolvimento na área de Energias Renováveis" (Pró-Renova) - iniciativa interministerial liderada pelo Itamaraty para aprofundar o relacionamento com países em desenvolvimento na área das energias renováveis. O estudo foi executado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com financiamento da companhia Vale.

Em maio 2013, seus resultados foram apresentados e entregues ao governo zambiano, que se mostrou interessado em dar continuidade à iniciativa. A FGV apresentou, então, proposta de Memorando de Entendimento sobre a implementação de dois projetos: sobre a produção de etanol de cana-de-açúcar e sobre a produção de biodiesel de soja. O Memorando não chegou a ser assinado, devido à posterior mudança de Governo na Zâmbia.

Em setembro de 2015, o Governo zambiano retomou os contatos com a FGV com vistas à reativação da cooperação. Em resposta, a FGV elaborou pré-projeto que contempla a utilização do maciço florestal existente na Zâmbia para a produção de energia termelétrica e o replantio da área utilizada, de modo a garantir a sustentabilidade das fontes energéticas do país. O pré-projeto encontra-se em avaliação pelo Governo da Zâmbia.

O interesse da Zâmbia na experiência brasileira de biocombustíveis não é recente. Já em 2008, estudo contratado pelo Ministério de Energia zambiano mencionou o Brasil como exemplo de sucesso, que deveria inspirar as políticas públicas para o



setor. Na época, aventou-se estabelecer cooperação com a EMBRAPA e a Petrobrás, mas a iniciativa não teve seguimento. Em outubro de 2014, o Governo zambiano manifestou desejo de enviar delegação ao Brasil para estudar o setor de biocombustíveis brasileiro. O falecimento do Presidente Sata, no mesmo mês, levou ao adiamento da visita, sem que nova data tenha sido acertada até o momento.

3.2 Hidroeletricidade

O Governo zambiano tem apostado na cooperação externa para alavancar a produção de eletricidade com base em fontes renováveis, o que incluiu pedido ao Brasil: em março de 2015, a entidade estatal Zambezi River Authority informou à Embaixada em Lusaca seu interesse em visitar o complexo de Itaipu Binacional. O objetivo da empresa, que também opera uma represa binacional, era conhecer a experiência brasileira na área de aproveitamento hidrelétrico. Itaipu Binacional e a Eletrobrás confirmaram a disponibilidade de receber delegação zambiana, em Foz do Iguaçu e no Rio de Janeiro, em agosto de 2015, mas a entidade não voltou a se pronunciar, e a visita ainda não se concretizou.

4. Reestruturação da dívida bilateral

A dívida bilateral da Zâmbia com o Brasil é de US\$ 112 milhões. O correspondente Acordo de Reestruturação, que prevê o abatimento de 80% desse montante, foi assinado em maio de 2013 e aprovado pelo Senado Federal em setembro de 2016 (Resolução nº 39 de 14/09/2016).

A Resolução nº 39 prevê um prazo de 540 dias (até março de 2018) para a assinatura do contrato com os termos da reestruturação da dívida. O Ministério da Fazenda propôs que o referido contrato seja assinado no início de 2017. Os restantes US\$ 22 milhões (correspondentes a 20% do valor original) serão pagos em duas parcelas.

5. Investimentos

5.1 Vale e setor minerador

A empresa brasileira Vale está presente na Zâmbia desde 2010. Além de produzir cobre na mina de Lubambe, por meio de "joint-venture" com a African Rainbow Minerals, a companhia brasileira atua em atividades de pesquisa e desenvolvimento mineral. A Vale já teria investido US\$ 400 milhões na operação local, que emprega cerca de 80 pessoas.

5.2 Construção civil

Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez demonstraram interesse em participar do projeto da usina hidroelétrica de Batoka Gorge, com capacidade de 1.600 MW, a ser construída no rio Zambeze, entre Zâmbia e Zimbábue. As empresas brasileiras entregaram cartas de interesse à Autoridade do Rio Zambeze (ZRA), entidade binacional que gerencia o projeto, à espera da abertura da licitação internacional.



6. Cooperação técnica

6.1 Projetos em andamento

Os projetos de cooperação técnica com a Zâmbia encontram-se amparados pelo mencionado Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em 2006 e em vigor desde junho de 2010.

Como resultado da II Comissão Mista Brasil-Zâmbia (fevereiro de 2011) e de posterior missão de prospecção (julho de 2011), foram identificadas novas áreas de cooperação, como doenças animais e alimentação escolar. Nesse contexto, foram assinados dois projetos de cooperação técnica, a saber, “Projeto Núcleo de Formação Profissional Brasil – Zâmbia – Fase I”, e “Implementação de Diagnóstico Clássico e Molecular e Capacitação Técnica de Medidas Sanitárias para o Controle de Doenças de Animais de Produção – Fase I”.

Os projetos de cooperação com a Zâmbia são os seguintes:

- "Implementação de Diagnóstico Clássico e Molecular e Capacitação Técnica de Medidas Sanitárias para o Controle de Doenças de Animais de Produção". A primeira atividade ocorreu entre setembro e outubro de 2014, na Universidade Federal de Viçosa (UFV). A segunda atividade do programa foi realizada em outubro de 2015.
- “Treinamento e Desenvolvimento de Profissionais de Saúde do Hospital-Escola Universitário de Lusaca”. Em novembro de 2012, três técnicos do Hospital Albert Einstein foram enviados a Lusaca, a fim de executar atividade no quadro do projeto. A segunda e última atividade do projeto deveria ter ocorrido em 2015, mas acabou sendo adiada.
- “Fortalecimento das Capacidades Técnicas e de Gestão para a Implantação do Plano Diretor de Eletrificação Rural”. O projeto foi assinado pela diretoria da ABC e aguarda assinatura do Ministério de Minas e Energia. Aguarda-se, igualmente, assinatura do Ajuste Complementar correspondente.
- "Apoio ao Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar da Zâmbia". O projeto encontra-se em fase de negociação, tendo a contraparte zambiana enviado à ABC comentários sobre a minuta do texto. A assinatura não deve ocorrer proximamente em decorrência das atuais restrições orçamentárias.
- "Núcleo de Formação Profissional Brasil-Zâmbia". Atividade do projeto foi conduzida entre novembro e dezembro de 2013, com a participação de seis técnicos zambianos. Não houve nova atividade desde então.

Cabe destacar, ainda, que o Brasil também tem cooperado com a Zâmbia por meio do **Centro de Excelência contra a Fome**, instituição criada em Brasília, em 2011, no âmbito de parceria entre o Governo brasileiro e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). Previu-se a implementação de programas sociais no país africano, dentre os quais um programa de alimentação escolar e um mecanismo de transferência de renda, baseado no "Fome Zero".



Em novembro de 2014, o Centro realizou missão a Lusaca, com o objetivo de examinar os esforços do Governo zambiano no aprimoramento de sua política de transferência de renda ("cash transfer programme"). Foram então constatadas deficiências gerenciais para a organização do programa de alimentação escolar.

Nova missão ocorreu em agosto de 2015, com o objetivo de avaliar a cooperação no campo da proteção social. Foram visitados diversos distritos e examinada a implementação local do programa zambiano de transferência de recursos a comunidades carentes.

6.2 Novas demandas

O Ministro da Agricultura e da Pecuária da Zâmbia, Robert Sichinga, visitou Brasília em maio de 2013, ocasião em que se encontrou com autoridades dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária (MAPA), Pesca e Aquicultura (MPA), e Desenvolvimento Agrário (MDA), além da Embrapa e da Emater-DF. O Ministro teve a oportunidade de detectar possíveis áreas de interesse para cooperação futura no setor agropecuário, sem que tenha havido, no entanto, nenhum compromisso da parte brasileira de elaborar novos projetos.

Em razão de severas restrições orçamentárias, a ABC tem sido cautelosa no atendimento a novas demandas e priorizado projetos que já se encontram em andamento. Por esse motivo, não se considera viável a organização de missão zambiana para debater novas possíveis atividades de cooperação técnica. Como alternativa, a Embrapa sugeriu à Zâmbia adesão à sua Plataforma de Cooperação Técnica "Africa-Brazil Agricultural Innovation Marketplace". Não houve reação da parte zambiana.

7. Cooperação humanitária

O Brasil tem amplo histórico de cooperação humanitária com a Zâmbia. Em 2008, foram doadas 3,5 toneladas de feijão e 3 toneladas de milho, em ação emergencial após enchentes ocorridas no país. No ano seguinte, foram doados US\$ 50.000, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), para aquisição local de alimentos destinados a refugiados da RDC instalados no país. No total, foram beneficiadas quase 30 mil pessoas, incluindo crianças abaixo do peso, mulheres grávidas e pessoas com tuberculose e HIV/AIDS.

Em 2010, nova contribuição foi efetivada por meio do PMA, no valor de US\$ 200.000, sob o amparo do Memorando de Entendimento Brasil-Zâmbia no Campo da Segurança Alimentar e Nutricional e Cooperação Humanitária, assinado em 2010 por ocasião da visita à Zâmbia do PR Lula. A doação destinou-se à compra de milho (alimento mais consumido no país), que foi adquirido de pequenos produtores da região.

Em 2012, foram doados US\$ 154.526, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para a compra de alimentos da agricultura familiar e fornecimento a campos de refugiados. Foram favorecidos cerca de 3400 refugiados e solicitantes de asilo. As atividades, implementadas diretamente pelo ACNUR, incluíram aquisição local e distribuição de alimentos, bem como monitoramento da situação nutricional.



Tendo em vista as restrições orçamentárias atuais, não existem, no curto prazo, perspectivas de novas contribuições à Zâmbia.

8. Cooperação educacional e judicial

Tramita atualmente no Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional, assinado em 2010. Será o primeiro instrumento bilateral nessa área, e tornará possível a participação de estudantes, professores e pesquisadores em iniciativas como os Programas de Estudantes-Convênio para Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG).

Em novembro de 2014, o Vice-Reitor interino da Universidade da Zâmbia (UNZA), Professor Enala Tembo-Mwase, havia solicitado o estabelecimento de parceria com instituições de altos estudos brasileiras. Foi então proposto intercâmbio de estudantes e de pessoal administrativo, além de pesquisa e publicações conjuntas. O tema não teve encaminhamento efetivo até o momento.

No campo da cooperação judicial, o Brasil recebeu, em fevereiro de 2015, delegação do Ministério do Interior da Zâmbia. O objetivo da missão era conhecer o sistema de registro civil brasileiro, para auxílio à reforma na legislação zambiana pertinente. Foram mantidos encontros no Ministério da Justiça, com apresentações sobre biometria, infraestrutura tecnológica, suporte documental e gestão de programas.

9. Apoio ao pleito brasileiro pela reforma do CSNU

No Debate Geral da 60ª AGNU, em 2005, o então Presidente da Zâmbia, Levy Patrick Mwanawasa, manifestou apoio às candidaturas de Brasil, Índia, Alemanha e Japão a assentos permanentes em um CSNU reformado. Em março do ano seguinte, em Comunicado Conjunto da visita ao Brasil do então Chanceler zambiano Ronnie Shikapwasha, foi reconhecida a aspiração histórica de países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, e a legitimidade de seu pleito com vistas a integrar o Conselho como membro permanente.

10. Comunidade brasileira

Estima-se que vivam na Zâmbia cerca de 20 cidadãos brasileiros, que raramente demandam assistência consular. Não há Consulado Honorário no país.

POLÍTICA INTERNA

1. Instituições políticas

Com 16 milhões de habitantes e um PIB superior a US\$ 20 bilhões, a Zâmbia é um dos símbolos de estabilidade política no continente africano. Desde sua independência, em 1964, não houve qualquer interrupção inconstitucional de mandatos presidenciais.



O país é tradicionalmente bem classificado em avaliações políticas internacionais. Ocupa atualmente a 12ª posição no respeitado Índice Ibrahim de Governança Africana, que reúne os 54 países africanos. Cabe destacar, ainda, que, ao longo de seus 51 anos de independência, a Zâmbia desempenhou papel de destaque no acolhimento de refugiados de países vizinhos, em particular durante as demais lutas pela independência e os embates contra o *apartheid* sul-africano.

A Constituição, de 1996, estabelece uma República democrática e multipartidária. O Presidente da República é tanto Chefe de Estado como Chefe de Governo. O Presidente e o Parlamento, unicameral, são eleitos simultaneamente para mandatos de cinco anos, sendo facultada uma reeleição ao PR.

Em agosto de 2016 foi realizado referendo popular sobre a reforma da Constituição, o qual malogrou por falta de quórum (apenas 35% dos eleitores aptos a votar compareceram às urnas). Entre as propostas previstas, constava a ampliação das garantias de direitos aos cidadãos em áreas como saúde, habitação, alimentação e proteção social, entre outros setores.

2. Histórico e desdobramentos recentes

Após a declaração de independência do Reino Unido, a Zâmbia foi governada, por 27 anos, pelo herói da libertação nacional, Kenneth Kaunda, do United Independence Party (UNIP). A partir de 1991 o país tornou-se uma democracia multipartidária. O partido mais forte passou a ser o Movement for Multiparty Democracy (MMD), que ocupou o poder nos vinte anos seguintes.

Em 2011, foi eleito para a Presidência, pela primeira vez, um candidato da oposição: Michael Sata, da Frente Patriótica (PF), que derrotou o candidato à reeleição pelo MMD, Rupiah Banda. Os comentaristas atribuíram a vitória do candidato opositor à frágil posição do Governo Banda no combate à corrupção, bem como ao desemprego persistente de uma massa crescente de jovens. A crescente migração para as áreas urbanas aumentou a base de apoio da PF, descontente com a incapacidade do Governo de distribuir os benefícios do crescimento econômico registrado pela Zâmbia na última década.

Após prolongado período de problemas de saúde, Sata viria a falecer em outubro de 2014, no Hospital King Edward VII, em Londres, vítima de enfermidade até hoje não revelada.

Como previsto na constituição, o Vice-Presidente Guy Scott assumiu interinamente a Presidência e preparou novas eleições presidenciais em um prazo de 90 dias, para a definição do novo Chefe de Estado que viria a ocupar "mandato tampão" até 2016, quando se encerraria o mandato de Michael Sata. O próprio Scott não estava habilitado a concorrer à Presidência por ser filho de cidadão escocês.

As eleições foram realizadas em janeiro de 2015 e resultaram na vitória de Edgar Lungu, da Frente Patriótica, com 48,3% dos votos. Durante seu mandato, Lungu deu continuidade aos projetos de desenvolvimento de infraestrutura do governo Sata (estradas, ferrovias, escolas, instalações de saúde e aeroportos). Completaram a agenda



de governo iniciativas nas áreas de boa governança, equidade de gênero em cargos do alto escalão, projeção internacional do país e melhoria das condições de vida dos zambianos, com ênfase no combate à pobreza.

As eleições realizadas em agosto de 2016 - após o fim do "mandato tampão" - deram a reeleição ao Presidente Edgar Lungu, com 50,35% dos votos, que lhe permitiram evitar a disputa de segundo turno. Em seu novo mandato, o Presidente terá que enfrentar, sobretudo, desafios no campo econômico, com crescentes dificuldades enfrentadas pela maioria da população em seu acesso a combustíveis e alimentos, bem como os repetidos cortes de energia que afetam o país. Igualmente preocupantes são os impactos sociais em razão dos problemas enfrentados pelos setores produtivos, em especial o minerador (ver sessão "ECONOMIA").

POLÍTICA EXTERNA

A Zâmbia tem mantido intensa atividade diplomática no âmbito regional desde a sua independência. Seu apoio aos movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Zimbábue e África do Sul deixou um legado positivo que permeia as relações de Lusaca com seus vizinhos.

O país tem tido atuação ativa nas discussões para assegurar a estabilidade política no âmbito da União Africana, da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e da Conferência dos Países da Região dos Grandes Lagos. Também é membro ativo do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA, na sigla em inglês), que tem sua sede em Lusaca.

O Presidente Edgar Lungu tem buscado fortalecer a imagem da Zâmbia no cenário internacional, e em particular no entorno regional, como forma de atrair investimentos e auxiliar a superação das dificuldades domésticas.

Em fevereiro de 2015, logo após sua posse, Lungu reuniu-se com o corpo diplomático em Lusaca. Na ocasião, mencionou o apoio da Zâmbia à busca de soluções pacíficas para conflitos regionais e extra-regionais, tanto no continente africano como no Oriente Médio (citou a Síria) e na Ucrânia. Destacou o interesse de seu governo na promoção do desenvolvimento dos povos do continente, meta que seria buscada inclusive por meio do fortalecimento dos organismos sub-regionais e, sobretudo, da União Africana.

Lungu sublinhou, ainda, o interesse zambiano na reforma do Conselho de Segurança. Reiterou a necessidade de garantir maior representatividade para o CSNU, de modo que o organismo passe a refletir a realidade atual da composição da ONU, e asseverou que a Zâmbia continuará a atuar com base na posição comum do C-10. Agradeceu o apoio do ACNUR à integração e repatriação dos refugiados em território zambiano e, por fim, defendeu os direitos dos países do Sul, ao afirmar que *"sem paz, não há desenvolvimento e sem desenvolvimento, não há paz e, sem os dois, não há respeito aos direitos humanos"*.

Entre as visitas bilaterais já realizadas pelo PR zambiano, destaca-se a viagem à África do Sul, também em fevereiro de 2015. Lungu e o Presidente Jacob Zuma teriam



instruído seus respectivos Ministros de Relações Exteriores a empreender ações para o fortalecimento das relações bilaterais, nas quais se destaca o crescimento das trocas comerciais desde 1994, não obstante o elevado déficit do lado zambiano.

Lungu também visitou Moçambique (em junho de 2015, para tomar parte nas comemorações do 40º. aniversário da independência do país), e o Quênia, onde discutiu com o Presidente Uhuru Kenyatta temas relacionados a comércio, investimentos bilaterais e cooperação nas áreas de combate à fome, turismo e proteção ambiental. Em Lusaca, recebeu os Presidentes da Tanzânia (Jakarta Kikwete) e do Maláui (Arthur Peter Mutharika).

Em fevereiro de 2016, Lungu realizou giro pela Europa, com passagens por Vaticano, Roma e Paris, nas quais manteve encontros com o Papa Francisco, o Diretor-Geral da FAO, José Graziano, e o Presidente francês, François Hollande, além de líderes empresariais. Os encontros visaram tanto à projeção da imagem de seu Governo no cenário internacional, quanto à intensificação da cooperação e de investimentos externos, a fim de impulsionar a economia doméstica.

ECONOMIA

1. Panorama econômico

Desde 1999, a economia da Zâmbia passa por significativo e contínuo ciclo de crescimento, embora o PIB per capita ainda seja baixo, limitando-se a US\$ 1.304 em 2015. O país cresceu 10,3% em 2010, acima de 6% ente 2011 e 2013, 5,4% em 2014, 3,6% em 2015 e 3,4% em 2016 (segundo estimativas do Banco Mundial).

Não obstante os avanços, o país enfrenta, atualmente, situação de vulnerabilidade econômica inédita no período pós-independência. Em apresentação à Assembleia Nacional, em novembro de 2016, o Ministro das Finanças, Felix Mutati, elencou, entre os principais desafios enfrentados pelo país, os baixos preços do cobre no mercado internacional; o déficit no setor elétrico; a deterioração no setor externo e as dificuldades para o Governo cumprir com seus compromissos externos.

A recente desaceleração da economia chinesa e a conseqüente desvalorização do preço internacional do cobre da ordem de 50% tiveram impacto significativo na balança comercial zambiana, já que as exportações da referida "commodity" chegam a representar cerca de 70% do total das vendas externas do país. Somente em 2016, o valor das vendas zambianas de cobre teria caído 20%, segundo estimativas do Ministro Mutati.

As perdas na balança comercial vêm afetando a cotação da moeda local. O kwacha ostenta trajetória recente de depreciação frente ao dólar americano: em 2011, quando o governo da Frente Patriótica chegou ao poder, a cotação girava em torno de 4 kwachas por dólar; atualmente, a cotação encontra-se estabilizada em 9 kwachas por dólar. Setores da oposição têm culpado o partido no poder pelo grande desequilíbrio monetário, argumentando que, embora a depreciação cambial seja um fenômeno generalizado entre países exportadores de commodities, o caso da Zâmbia é particularmente preocupante devido à velocidade da desvalorização da moeda local.



Por outro lado, a política monetária implementada pelo Governo Lungu tem se mostrado eficaz, havendo-se reduzido a taxa anualizada de inflação de 22,9% (fevereiro de 2016) para 7,5% (dezembro de 2016).

A excessiva volatilidade cambial vem gerando um aumento do serviço da dívida pública, dado que cerca de 57% de seu total é referente a credores externos. Paralelamente, registra-se alta nos gastos governamentais, com a dívida pública havendo saltado de US\$ 3,1 bilhões em 2011 para US\$ 6,9 bilhões no início de 2015. Embora ainda não esteja fora de controle (a relação dívida/PIB está em cerca de 35%), a situação vem gerando preocupação entre as autoridades do país, e levou o Presidente Lungu a reafirmar, em apresentação na Assembleia Nacional, em setembro de 2016, o compromisso do governo com sua manutenção "em nível sustentável, a fim de criar condições para o financiamento do desenvolvimento".

Outro fator que ameaça a economia zambiana é a severa crise energética. Os recursos renováveis correspondem a cerca de 80% da matriz energética do país, cujo potencial hidrelétrico tem viabilizado o fornecimento de eletricidade a países vizinhos, como Malawi, Quênia e Tanzânia. Não obstante, o setor hidroelétrico tem sido afetado por longa seca - relacionada, segundo especialistas, ao ciclo do El Niño. Medidas de racionamento tornaram-se mais frequentes em todo o país, com longos cortes diários de energia elétrica, aos quais se somam os efeitos negativos do aumento dos preços de combustíveis sobre os custos dos alimentos.

A esse respeito, o Ministro Mutati afirmou, em novembro de 2016, que "todo o setor elétrico, desde a geração até a distribuição, deverá ser avaliado" a fim de melhorar a eficiência e atualizar as tarifas – hoje preferenciais sobretudo para o setor minerador. Mutati revelou, ademais, a intenção de se concentrar na regulamentação, o que vem sendo interpretado como a possibilidade de ações privatizantes no setor.

2. Comércio exterior

Estimuladas pelos crescentes embarques de cobre, as exportações da Zâmbia expandiram-se mais de 300% entre 2005 e 2015, de US\$ 1,85 bilhão para US\$ 6,98 bilhões (dados do Banco Mundial).

Em 2015, os principais mercados de destino foram Suíça (44,3%); China (14,4%) e Cingapura (7,8%). O Brasil foi o 31º destino, com participação de 0,1% no total. Em 2015, cobre e manufaturas de cobre corresponderam a 73,8% das exportações.

No mesmo período, as importações cresceram cerca 270%, passando de US\$ 2,55 bilhões em 2005 para US\$ 8,42 bilhões em 2015. Em 2015, os principais países exportadores para a Zâmbia foram África do Sul (30,9%), República Democrática do Congo (11,2%) e China (8,2%). O Brasil foi o 38º supridor, com 0,2% de participação no total. A pauta de importação é amplamente diversificada. Em 2015, os principais grupos de produtos importados foram combustíveis e lubrificantes (18,7%), máquinas,



aparelhos e instrumentos mecânicos (14,5%), minérios (7,3%), veículos e autopeças (6,6%) e máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (6,4%).

Avaliação recente do African Economic Outlook (publicação do Banco Africano de Desenvolvimento) considera que, além da queda do preço do cobre, as exportações zambianas vêm sendo afetadas por dificuldades de acesso a mercados, tais como barreiras tarifárias, não-tarifárias e regulações fitossanitárias. Neste âmbito, é promissora a assinatura, em junho de 2015, de tratado tripartite criando uma área de livre comércio que abrangerá os 26 Estados-membros do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade da África Oriental (EAC) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Se criada, a área de livre comércio abrirá à Zâmbia um mercado potencial de quase 600 milhões de pessoas, com um PIB conjunto de cerca de US\$ 1 trilhão.

ANEXOS

Cronologia das relações bilaterais

1970 – Estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Zâmbia. Criada Embaixada brasileira para o país, cumulativa com a do Quênia.

1975 – Visita do Chanceler Rупiah Banda ao Brasil.

1979 – Visita do Presidente Kaunda ao Brasil.

1980 – Chanceler Saraiva Guerreiro vai à Zâmbia para assinar o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Brasil e a Zâmbia.



1982 – Criada Embaixada residente em Lusaca.

1996 – Fechamento da Embaixada e transferência, informal, dos assuntos zambianos para Harare. A cumulatividade do posto só foi formalizado em 2000.

Janeiro de 2006 – Pedido de anuência para reabertura da Embaixada brasileira em Lusaca.

Março de 2006 – Visita do Chanceler zambiano Ronnie Shikapwasha ao Brasil e abertura da Embaixada da Zâmbia em Brasília.

Agosto de 2007 – Reabertura da Embaixada do Brasil em Lusaca.

Fevereiro de 2008 – Brasil doa 3,5 toneladas de feijão e 3 toneladas de milho, a título de assistência humanitária às vítimas das enchentes e inundações da Zâmbia.

Agosto de 2008 – Realização da I COMISTA Brasil-Zâmbia

Outubro de 2008 – Visita do Chanceler Celso Amorim a Lusaca

Julho de 2010 – Visita do Presidente Lula a Lusaca

Novembro de 2010 – Visita do Presidente zambiano Rupiah Banda ao Brasil

Fevereiro de 2011 – realização da II COMISTA Brasil-Zâmbia

Cronologia Histórica

1889 – Grã-Bretanha estabelece domínio sobre Rodésia do Norte.

1953 – Criação da Federação da Rodésia e da Niassalândia, incluindo Rodésia do Norte, do Sul e a Niassalândia (Malauí).

1960 – Formação do UNIP (*United National Independence Party*) por Kenneth Kaunda para lutar pela independência e pela dissolução da federação dominada pelo governo branco da Rodésia do Sul.



1963 – Dissolução da Federação.

1964 – Independência. Kaunda nomeado presidente.

1972 – UNIP declarado único partido legal.

1991 – Adoção de constituição multipartidária permite formação do MMD (*Movement for Multi-party Democracy*), que ganha as eleições, conduzindo seu líder, Frederick Chiluba, à presidência.

1996 – Nova mudança constitucional impede candidatura de Kaunda e garante reeleição de Chiluba.

1997 – Tentativa frustrada de golpe de Estado.

Janeiro de 2002 – Levy Mwanawasa é empossado presidente em meio a protestos contra supostas fraudes nas eleições.

Fevereiro de 2003 – o ex-Presidente Chiluba é preso sob acusação de corrupção.

Fevereiro de 2005 – Corte Suprema rejeita contestação da oposição e confirma vitória eleitoral de Mwanawasa em 2001.

Abril de 2005 – Banco Mundial aprova perdão de dívida de US\$ 3,8 bilhões, 50% da dívida total zambiana.

Setembro de 2006 – O Presidente Mwanawasa é eleito para segundo mandato.

Agosto de 2008 – Morre o Presidente Mwanawasa. O Vice-presidente, Rupiah Banda, assume interinamente.

Novembro de 2008 – Rupiah Banda, presidente em exercício, é vencedor em eleições extraordinárias e assume a Presidência.

Setembro de 2011 - Michael Sata assume a presidência.

Outubro de 2014 – Presidente Michael Sata falece. Vice-Presidente Guy Scott assume interinamente e convoca eleições para restante do mandato.

Janeiro de 2015 – Edgar Lungu vence eleições e toma posse para "mandato-tampão"

Agosto de 2016 – Edgar Lungu vence presidenciais e toma posse para novo mandato

Atos bilaterais em vigor



Título do Acordo	Outra Parte	Assuntos	Nº de Série	Nº da Pasta	Data	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para Implementação do Projeto "Implementação de Diagnóstico Clássico e Molecular e Capacitação Técnica de Medidas Sanitárias para o Controle de Doenças de Animais de Produção - Fase I"	Zâmbia	Cooperação Técnica	7463	16	31/07/2013	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas.	Zâmbia	Consultas Diplomáticas	7002	15	18/11/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Plano Nacional Estratégico para HIV/AIDS"	Zâmbia	Saúde Cooperação Técnica	6868	14	08/07/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para Implementação do Projeto "Treinamento e Capacitação dos profissionais da Saúde do University Teaching Hospital"	Zâmbia	Saúde Cooperação Técnica	6865	11	08/07/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para Implementação do Projeto "Núcleo de Formação Profissional Brasil-Zâmbia"	Zâmbia	Cooperação Técnica	6864	10	08/07/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	Zâmbia	Dependentes - Atividades Remuneradas	6863	9	08/07/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	Zâmbia	Vistos e Imigração	6862	8	08/07/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Zâmbia	Zâmbia	Cooperação Educacional e Esportiva	6860	6	08/07/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para Implementação do Projeto "Produção de Biocombustíveis"	Zâmbia	Energia Cooperação Técnica	6859	5	08/07/2010	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia	Zâmbia	Cooperação Técnica	5588	04	14/03/2006	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Zâmbia	Zâmbia	Cooperação Técnica	5587	04	14/03/2006	Em Vigor
Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional.	Zâmbia	Cooperação Artístico-cultural	3821	17	10/09/1991	Em Vigor
Comunicado Conjunto	Zâmbia	Declaração Conjunta	2729	03	05/06/1980	Em Vigor
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio	Zâmbia	Comércio	2728	02	05/06/1980	Em Vigor
Comunicado Conjunto	Zâmbia	Declaração Conjunta	2650	01	30/08/1979	Em Vigor



DADOS COMERCIAIS

Direção das exportações da Zâmbia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% total	no
Suíça	3,09	44,3%	
China	1,01	14,4%	
Cingapura	0,55	7,8%	
África do Sul	0,53	7,6%	
República Democrática do Congo	0,52	7,5%	
Zimbábue	0,27	3,8%	
Austrália	0,21	3,0%	
Malawi	0,11	1,5%	
Hong Kong	0,10	1,5%	
Japão	0,08	1,2%	
...			
Brasil	0,00	0,1%	
Subtotal	6,47	92,7%	
Outros países	0,51	7,3%	
Total	6,98	100,0%	



Origem das importações da Zâmbia
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% total	no
África do Sul	2,61	30,9%	
República Democrática do Congo	0,95	11,2%	
China	0,69	8,2%	
Maurícius	0,48	5,6%	
Quênia	0,41	4,9%	
Kuaite	0,39	4,7%	
Índia	0,36	4,3%	
Espanha	0,21	2,5%	
Reino Unido	0,19	2,3%	
Japão	0,18	2,2%	
...			
<i>Brasil</i>	<i>0,02</i>	<i>0,2%</i>	
Subtotal	6,49	77,1%	
Outros países	1,93	22,9%	
Total	8,42	100,0%	



Ofício de Ministro de Estado





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 9, DE 2017

Encaminha, nos termos do art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, a relação das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de dezembro de 2016 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

AUTORIA: Ministério Ministério da Fazenda

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



00200.00364/2017-26
resid

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria-Executiva

Ofício nº 10.191 /SE-MF

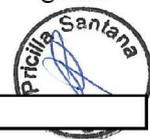
Brasília, 25 de Janeiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o, encaminho, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, documentação em formato digital contendo a relação das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de dezembro de 2016 (anexos 3 e 4), e tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (anexos 1 e 2).
2. A descrição dos status presentes nos anexos 3 e 4 pode ser verificada em <http://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/sadipem/glossario>, escolhendo-se a letra "S".
3. Os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).
4. Tais dados formam os Anexos 1 e 2 deste relatório.
5. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, em conformidade com a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001, as informações pertinentes estão no Anexo 4.
6. Em relação ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, é de se informar que, atualmente, é vedada qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o art. 11 da Lei Complementar nº 148/2014.
7. As informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos digitais:





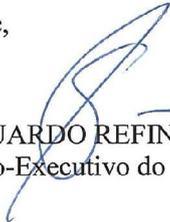
MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria-Executiva
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 4º andar
70048-900 - Brasília - DF
Endereço eletrônico: se.df@fazenda.gov.br
Tel.: (61) 3412.2412 - Fax: (61) 3412.1824

- Anexo 1 – Posição de Endividamento dos Estados e do Distrito Federal, incluindo suas autarquias e fundações, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001.
- Anexo 2 – Posição de Endividamento dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001.
- Anexo 3 – Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras, em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF 43/2001.
- Anexo 4 – Relação das irregularidades constatadas no período, em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e à Portaria STN nº 227/2011, de 11/04/2011;
Operações regularizadas e arquivadas pendentes de regularização no período, conforme art. 24 da RSF nº 43/2001 e Portaria STN nº 227/2011; e
Operações vedadas canceladas e pendentes de cancelamento no período, conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e Portaria STN nº 227/2011.

8. Caso seja necessário, o trâmite das operações de crédito nesta STN poderá ser consultado por meio do endereço sadipem.tesouro.gov.br, clicando-se em "Consultar Operações de Crédito".

9. Por fim, informo que os mesmos arquivos encaminhados no CD estarão disponíveis, para download pelo público em geral, no endereço eletrônico <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/indicadores-fiscais-e-de-endividamento>, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,


EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda.



Prejudicialidade



A Presidência declara prejudicado o Requerimento nº 749, de 2013, em virtude da manutenção do veto nº 31, de 2013, ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2007, o qual era objeto de instrução.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2017

Isenta de taxas a emissão da segunda via de documentos furtados ou roubados, mas mantém a cobrança de taxas de emissão da segunda via de documentos perdidos.

AUTORIA: Senador Cássio Cunha Lima

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Isenta de taxas a emissão da segunda via de documentos furtados ou roubados, mas mantém a cobrança de taxas de emissão da segunda via de documentos perdidos.



SF/17702.90209-28

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É isenta da cobrança de taxas a confecção da segunda via de documentos que tenham sido furtados ou roubados e cuja emissão seja atribuição de órgão ou ente público federal.

Art. 2º Para obter a isenção de que trata o art. 1º, a vítima deve apresentar ao órgão emissor o respectivo boletim de ocorrência policial, no qual deverá constar a enumeração dos documentos furtados ou roubados.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei prescreve em 60 (sessenta) dias contados da data do registro policial do furto ou roubo.

Art. 3º Aquele que tiver comunicado falsamente à autoridade o crime de furto ou de roubo para a obtenção da isenção de que trata esta Lei deverá pagar, além das correspondentes taxas para a emissão dos documentos, multa, sem prejuízo de sua responsabilização civil e penal.

Art. 4º É válida cobrança de taxas a confecção da segunda via de documentos que tenham sido perdidos e cuja emissão seja atribuição de órgão ou ente público federal.

Parágrafo único. O interessado na emissão do documento perdido deverá apresentar ao órgão emissor o respectivo boletim de ocorrência policial, no qual deverá constar a enumeração dos documentos perdidos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por base o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 158, de 2013, de autoria do Senador Paulo Davim.

Como dito naquele projeto, cujo teor aproveitamos em grande medida, com a crescente violência nos centros urbanos brasileiros, as autoridades públicas perderam completamente o controle sobre a subtração delituosa dos bens materiais dos cidadãos, entre os quais se incluem até mesmo seus documentos. Quanto ao apoderamento criminoso desses específicos objetos, aliás, cumpre observar que sequer há estimativas de fato confiáveis sobre a quantidade de cédulas de identidade, carteiras de trabalho, títulos de eleitor e outros documentos irremediavelmente perdidos devido à ação de larápios.

Não importa aqui discutir as razões de fundo – socioeconômicas, políticas, administrativas – para a frequência assombrosa com que furtos e roubos, além de outros fatos delituosos, têm sido perpetrados no País. Certa inferência, porém, parece-nos incontestável: em razão de sua ação ineficiente, se não omissa, no policiamento ostensivo e, portanto, na repressão aos crimes mais comuns contra o patrimônio – além de na própria preservação da ordem pública –, o Estado desempenha papel determinante para essa conjuntura.

Assim, afigura-se verdadeiro despautério o fato de que o Poder Público venha a se beneficiar, de alguma forma, desse incômodo estado de coisas para o qual ele mesmo concorre. E é precisamente o que acontece toda vez que uma vítima de semelhantes delitos se vê obrigada a pagar a órgãos públicos taxas para a emissão de novos exemplares dos documentos que lhe foram subtraídos.

Atento a esse patente absurdo, o Poder Legislativo de diversas unidades federativas tem editado leis estatuinto gratuidade para a confecção de novas vias de documentos surrupiados. O exemplo mais antigo talvez seja o da Lei nº 3.051, de 21 de setembro de 1998, do Estado do Rio de Janeiro, mas igualmente merecem menção a Lei nº 13.455, de 11 de janeiro de 2002, do Estado do Paraná, e a Lei nº 2.443, de 31 de março de 2011, do Estado de Rondônia.



SF/17702.90209-28



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA**

Um acréscimo que sugerimos ao PLS nº 158, de 2013, é o de incluir entre os seus dispositivos o prazo de 60 (sessenta) dias para requisitar a emissão da segunda via do documento furtado ou roubado, sem a necessidade do pagamento antecipado da taxa de confecção da segunda via do documento, cuja contagem deveria ter por início a data da lavratura da ocorrência policial do crime de furto ou roubo.

Noutro aspecto, cuja inclusão consideramos pertinente, apesar de algumas críticas que possam ser levantadas em contrário, é aquela que se refere a perda por descuido do documento, o que, por si só, não isenta o requerente do pagamento de taxa para a emissão de segunda via do documento perdido. No caso de perda, também se exige do interessado na emissão da segunda via do documento perdido, a apresentação ao órgão emissor do respectivo boletim de ocorrência policial, no qual deverá constar a enumeração dos documentos perdidos.

Ao Poder Legislativo federal cumpre então, sem imodéstia, repercutir a pertinente iniciativa dessas casas legislativas estaduais e promover a edição de lei análoga de alcance nacional, o que poderá ser feito precisamente pela aprovação desta proposição legislativa, que trazemos à apreciação dos nobres Pares.

Sala das Sessões,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA



SF/17702.90209-28



LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br;parana:estadual:lei:2002;13455
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;parana:estadual:lei:2002;13455>
- urn:lex:br;rio.janeiro:estadual:lei:1998;3051
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;rio.janeiro:estadual:lei:1998;3051>
- Lei ordinária nº 2443, de 31 de Março de 2011 - 2443/11
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;rondonia:estadual:lei:2011;2443>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2017

Altera o Código de Processo Penal para prever medida cautelar diversa da prisão para o caso de investigado ou acusado por crime de estupro consistente na proibição do exercício de atividade profissional que aumente o risco de nova infração.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2016

Altera o Código de Processo Penal para prever medida cautelar diversa da prisão para o caso de investigado ou acusado por crime de estupro consistente na proibição do exercício de atividade profissional que aumente o risco de nova infração.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 319 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo:

“**Art. 319.**

.....
 § 5º No caso de investigado ou acusado por crime de estupro ou estupro de vulnerável, o juiz, analisando as circunstâncias do fato, poderá proibir o exercício de atividade profissional que, por suas características e por colocar terceiros em situação de vulnerabilidade, aumente o risco de nova infração.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Código de Processo Penal não capta uma situação concreta que vem sendo corrigida por meio da atuação dos tribunais do Poder Judiciário: o exercício de atividade profissional por pessoa investigada ou acusada que, por suas características, aumenta a vulnerabilidade de terceiros e o risco de



ocorrência de novos crimes. Nos interessa mais especificamente os casos de estupro.

Em 2015, por exemplo, a 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por unanimidade, negou provimento a recurso e manteve sentença que julgou improcedente o pedido de renovação de cadastro como taxista auxiliar, negado administrativamente pelo Distrito Federal, a pessoa condenada por estupro. O condenado, cumprindo pena em regime aberto, argumentou que o crime pelo qual foi condenado não guardava qualquer relação com sua atividade de trabalho, bem como afirmou que a norma que impede a renovação em razão de condenação criminal viola o princípio da ressocialização do condenado. Contudo, a decisão foi mantida pelo tribunal.

Em 2016, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento a recurso de pessoa condenada por estupro para desempenho de atividade de segurança privada, após conclusão de curso preparatório. Conforme a decisão, atenta contra o princípio da razoabilidade e o senso comum admitir que um indivíduo já condenado por estupro e outros crimes seja vigilante.

Tanto a posição de taxista como a de vigilante têm em comum o fato de colocarem a pessoa numa posição privilegiada de controle que potencializa o risco para novos crimes. O mesmo não ocorreria com o desempenho de outras atividades, como caixa de um supermercado ou de um banco, por exemplo. O trabalho é um direito social garantido constitucionalmente (art. 6º, *caput*), mas não é absoluto. A função social do trabalho é um dos fundamentos de nosso Estado de Direito (art. 1º, IV). Nesse espírito, a jurisprudência, como visto, tem negado o desempenho de certos tipos



3

de atividades profissionais a pessoas condenadas por estupro (e outros crimes). Julgamos que se mostra necessário que o mesmo tipo de prudência, com a devida análise da razoabilidade no caso concreto pelo juiz, seja cautelarmente tomada quando a pessoa responde por estupro e encontra-se solta. É o que propomos com o presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora **ROSE DE FREITAS**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - Código de Processo Penal - 3689/41

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941;3689>

- artigo 319





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2017

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2016

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 16.**

I – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, excetuado o disposto no inciso II do § 2º do art. 77;

.....” (NR)

Art. 2º O inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 77.**

§ 2º

II – para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar vinte e quatro anos de idade, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

jx2016-08659



JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora apresentamos visa a prorrogar o pagamento do benefício de pensão por morte do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) aos filhos do segurado até o limite de 24 anos de idade, ao contrário dos 21 anos previstos atualmente na Lei nº 8.213, de 1991.

A cessação do benefício de pensão por morte aos 21 anos não é uma medida legislativa inteligente e que contribui para a inserção profissional dos jovens no mercado de trabalho.

Sobre o tema, a jurisprudência pátria se divide, mas a maioria dos dependentes ao completarem 21 anos de idade ingressam na Justiça e acabam conseguindo o deferimento da prorrogação do benefício da pensão por morte até os 24 anos, período este necessário para a conclusão dos estudos escolares ou universitários.

A interrupção abrupta do benefício no auge dos estudos escolares ou universitários tem provocado a evasão escolar e universitária por absoluta ausência de condições financeiras para prosseguirem com os estudos.

Na realidade, na maioria dos casos, a prorrogação da pensão é autorizada judicialmente, razão pela qual o PLS nada mais faz do que ajustar a legislação previdenciária à realidade vivenciada por esses jovens, que necessitam concluir seus estudos e galgar com isso melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

jx2016-08659



Entendemos que tal medida, embora possa representar um custo adicional ao sistema, traz muito mais benefícios à sociedade e às famílias brasileiras, do que a suspensão do seu pagamento.

Esperamos que durante a tramitação desta proposição possamos contar com a contribuição valiosa de nossos Pares para o aprimoramento e aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



jx2016-08659



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social; Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência - 8213/91

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8213>

- inciso I do artigo 16

- inciso II do parágrafo 2º do artigo 77





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 2017

Altera a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para tornar crime contra a ordem econômica o não repasse imediato, ao consumidor, da diminuição de preço dos combustíveis realizada pela refinaria.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2016

Altera a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para tornar crime contra a ordem econômica o não repasse imediato, ao consumidor, da diminuição de preço dos combustíveis realizada pela refinaria.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Inclua-se o seguinte inciso III ao art. 1º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991:

“**Art. 1º**

III – não repassar imediatamente ao consumidor qualquer redução de preço dos combustíveis praticada pela refinaria.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil passa por momento turbulento em sua economia, no qual a concorrência no setor de combustíveis tem sido inibida por acordos espúrios e ilegais entre agentes econômicos, que terminam desaguando em cartéis de preços que aumentam desmesuradamente os lucros dos postos de combustíveis. O exemplo mais recente dessa prática foi o não repasse da redução de preços, decidida pela Petrobras, dos combustíveis vendidos nas refinarias. O consumidor sempre é o principal prejudicado por cartéis desse tipo.

Com o intuito de inibir tais práticas anticoncorrenciais, propomos incluir, entre os crimes contra a ordem econômica, o não repasse, para o consumidor, das reduções de preços na refinaria. Tais práticas são



2

extremamente lesivas ao consumidor de combustíveis e à economia em geral, que vem sofrendo com inflação artificialmente sustentada por práticas nocivas como esse reconhecido cartel.

Conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente Proposição, que beneficia o consumidor e a economia do Brasil.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.176, de 8 de Fevereiro de 1991 - 8176/91

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8176>

- artigo 1º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2017

Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas

DESPACHO: À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2016

Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos varejistas que comercializam produtos lacrados deverão disponibilizar balanças de precisão, ou qualquer outro instrumento similar, para que os consumidores realizem a conferência do peso das mercadorias indicadas no rótulo.

Art. 2º O descumprimento da obrigação prevista no *caput* do art. 1º sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A maioria dos produtos consumidos pela população são previamente medidos e de fácil conferência. No entanto, infelizmente, diversos produtos colocados à disposição para o consumo não respeitam a indicação do peso conforme sua rotulagem.

Pretendemos com esse projeto prever a possibilidade de o consumidor conferir o peso de produto lacrado em balança de precisão disponibilizada pelo estabelecimento varejista, sempre que entender necessário.



2

O Código de Defesa do Consumidor prima pela veracidade da informação, bem como pelo amplo acesso a ela, de modo que o projeto que apresentamos visa a diminuir a vulnerabilidade dos consumidores.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - 8078/90
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>
- artigo 56





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 2017

Altera o art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para estipular prazo de vigência e criar o Fundo de Reserva nas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera o art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para estipular prazo de vigência e criar o Fundo de Reserva nas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 42.**

.....

VI – a vigência, que poderá ser de até 5 (cinco) anos, e as hipóteses de prorrogação em caso de vigência inferior a esse prazo;

.....

XXI – a obrigatoriedade de constituição de um Fundo de Reserva, que será destinado a atender situações emergenciais, imprevistas ou imprevisíveis, relacionadas ao objeto do Termo de Colaboração ou de Fomento, devendo observar o contido no art. 46 desta Lei e as demais disposições relativas à prestação de contas e à contabilização das receitas e despesas a ele destinadas.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Por intermédio das parcerias, a Administração Pública efetua repasse de recursos a organizações da sociedade civil, a serem aplicados na



consecução do plano de trabalho previamente estipulado quando da formalização do instrumento.

Nesse sentido, tendo em vista o fato de que as organizações assumem obrigações perante terceiros, o eventual atraso no repasse compromete a saúde financeira das entidades, notadamente quando os recursos têm por destinação efetuar pagamentos de natureza trabalhista.

Outrossim, é importante ressaltar que os convênios acima referidos têm por objeto a realização de uma atividade tipicamente estatal, como se infere dos vários dispositivos da Constituição Federal, cuja continuidade atende ao interesse público.

Portanto, não há dúvida de que os termos de parceria possibilitam aos estados e municípios desobrigar-se de um dever primordialmente seu, mediante custeio do cumprimento desse dever por um particular, mas o ônus do inadimplemento estatal recai exclusivamente perante as organizações, o que não nos parece razoável.

Desse modo, a fim de buscarmos solucionar esse problema, propomos a criação de um Fundo de Reserva, a ser utilizado para atender a situações emergenciais, imprevistas ou imprevisíveis, relacionadas ao objeto do termo de colaboração ou de fomento.

Ademais, sugerimos, igualmente, o estabelecimento de um prazo máximo razoável para a duração das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil diretamente na lei, hoje omissa quanto a esse ponto, de modo promover uma maior segurança jurídica a esses instrumentos, motivos pelos quais solicitamos o apoio dos ilustres Senadores e Senadoras para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador ALVARO DIAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 - Marco Regulatório das Organizações da

Sociedade Civil - 13019/14

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;13019>

- artigo 42





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2017

Dispõe sobre cobrança em estacionamento rotativo de veículos automotores.

AUTORIA: Senador Dário Berger

DESPACHO: À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **DÁRIO BERGER**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Dispõe sobre cobrança em estacionamento rotativo de veículos automotores.



SF/16690-41230-99

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os estacionamentos rotativos para veículos automotores destinados ao público, quando não gratuitos, ficam obrigados ao sistema de cobrança fracionada após a primeira hora da prestação do serviço.

Parágrafo único. A fração máxima para cobrança da prestação do serviço após a primeira hora será de quinze minutos, devendo, em qualquer hipótese, ser cobrado o preço proporcional ao da hora cheia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As cidades brasileiras, com o significativo aumento de veículos automotores em circulação, praticamente impõem ao cidadão o uso da prestação do serviço de estacionamento rotativo pago, modalidade de comércio que tem crescido a olhos vistos.

Esse comércio tem demonstrado, todavia, que o método de cobrança na prestação do serviço continua o mesmo, ou seja, cobra-se a primeira hora cheia, independentemente do tempo de estacionamento e, após esta, cada vez que o consumidor ultrapassa a uma hora cheia





2

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **DÁRIO BERGER**

subsequente fica obrigado, por menor que sejam os minutos ultrapassados, a pagar por mais uma hora cheia.

Sem dúvida, Excelências, que este método que considero ultrapassado, válido possivelmente em tempos atrás quando o consumidor tinha opções de estacionamento público gratuito abundante, hoje efetivamente caracteriza prática abusiva prescrita no inciso V do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor – Lei n. 8078, de 11 de setembro de 1990.

Ainda que a Constituição Federal de 1988, em seu inciso IV do art. 170, tenha consagrado a livre concorrência como um dos princípios da ordem econômica e financeira do País, entendemos que estamos diante de uma situação que merece regulação pelo Estado nas relações de consumo, protegendo os consumidores contra abusos, exatamente como conclama o Capítulo III do já citado Código de Defesa do Consumidor.

Estamos seguros de que esta proposta não afronta o princípio da livre iniciativa proclamada na Carta Magna, mas representa um importante regramento em benefício do consumidor de todo o País.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do Projeto.

Sala das Sessões,

Senador **DÁRIO BERGER**



SF/16690-41230-99



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - CODIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC - 8078/90

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2017

Revogam-se os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, com redação alterada pela Lei nº 9.467, de 10 de julho de 1997.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Revogam-se os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, com redação alterada pela Lei nº 9.467, de 10 de julho de 1997.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Ficam revogados os §§ 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, com redação alterada pela Lei nº 9.467, de 10 de julho de 1997.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa corrigir o que no nosso entender é uma injustiça para com os trabalhadores brasileiros.

O art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, com redação alterada pela Lei nº 9.467, de 10 de julho de 1997, assim dispõe:

“**Art. 2º** Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o Fundo de Garantia do Tempo de serviço - FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio da Caixa Econômica Federal, mediante convênio, a representação Judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança, relativamente à contribuição e às multas e demais encargos previstos na legislação respectiva. (Redação dada pela Lei nº 9.467, de 1997)”

§ 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço fica isento de custas nos processos judiciais de cobrança de seus créditos. (Incluído pela Lei nº 9.467, de 1997)

§ 2º As despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Caixa Econômica Federal, para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do



ajuizamento e do controle e acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.467, de 1997)

§ 3º Os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas. (Incluído pela Lei nº 9.467, de 1997)

§ 4º Na cobrança judicial dos créditos do FGTS, incidirá encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, o qual será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança. (Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)”

O § 2º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 1994 autoriza que as despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Caixa Econômica Federal, para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do ajuizamento e do controle e acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Neste particular aspecto, verifica-se uma flagrante inconstitucionalidade, pois, diferentemente dos tributos em geral, o FGTS constitui um direito do trabalhador e integra o seu patrimônio, não podendo a Lei autorizar o débito de despesas que sequer são de conhecimento público do trabalhador.

Por outro lado, a legitimidade da cobrança do FGTS é da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), integrada por procuradores, que integram de carreira de Estado, devidamente remunerados para o exercício deste mister.

A legitimidade da Caixa Econômica Federal (CEF) só existe em decorrência de um convênio celebrado entre a PGFN e a CEF para a execução fiscal das dívidas para com o FGTS.

Como existe uma obrigação legal de recolhimento do FGTS pelos empregadores muito dificilmente a CEF seria sucumbente em caso de inadimplemento desta obrigação, exceto por um acidente processual, ou incorreções de dados.

Além disso, como gestora do FGTS, a CEF é remunerada pela taxa de juros que cobra dos empréstimos feitos com recursos do FGTS sendo, portanto, incompreensível, que se queira debitar a conta do FGTS, despesas de cobrança, quando a exclusividade da gestão dos recursos do FGTS deveria ter



como contrapartida os serviços de cobrança da sua dívida, uma vez que ela própria é beneficiada diretamente.

No caso do § 3º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 1994, consignou-se que os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas.

Trata-se, portanto, de um privilégio de ordem em caso de execução ou cumprimento de sentença no caso de Falências. Cada categoria tem uma ordem de preferência ou privilégio.

O trabalhador é um crédito com privilégio por ser alimentar. Recebe antes de todos os demais créditos. Fazer com que os créditos relativos ao FGTS gozem do mesmo privilégio fará com que ao fazer o pagamento dos trabalhadores, se faça também o rateio desta verba com a Caixa Econômica Federal (CEF).

O problema é que este recurso foi sonegado pelo empresário falido. Com isto, o trabalhador não terá este valor depositado no saldo do FGTS. Se houver este privilégio, ele corre o risco de ter o valor descontado duas vezes, pois se o dinheiro arrecadado na falência ou na execução não bastar para o pagamento dos trabalhadores, será feito o rateio entre todos da mesma classe. Com este artigo a CEF se inclui nesta classe como credora de crédito trabalhista, o que parece ser injusto para com os demais trabalhadores.

Assim, entendemos que tais dispositivos devem ser revogados, preservando-se o patrimônio do trabalhador.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio necessário de nossos nobres pares, para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador **ALVARO DIAS**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.844, de 20 de Janeiro de 1994 - 8844/94

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8844>

- artigo 2º

- parágrafo 2º do artigo 2º

- parágrafo 3º do artigo 2º

- Lei nº 9.467, de 10 de Julho de 1997 - 9467/97

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9467>

- Lei nº 9.964, de 10 de Abril de 2000 - Lei do REFIS - 9964/00

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;9964>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2017

Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

AUTORIA: Senador Lasier Martins

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, e 9.615, de 24 de março de 1998, que *institui normas gerais do desporto e dá outras providências*, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.



SF/17929.87252-79

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 3º**

XIII - incentivo ao desporto educacional.” (NR)

“**Art. 26.**

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, assim como aos projetos e programas de desporto educacional dos sistemas de ensino, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno.” (NR)

“**Art. 59.**

VI - desenvolvimento de atividades específicas de desporto educacional.” (NR)

“**Art. 78.**





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

III - oferecer aos índios, suas comunidades e povos, atividades de desenvolvimento e valorização do desporto, assim como incentivar o desporto educacional aos estudantes indígenas da educação básica.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º**

XIII - da formação desportiva, em especial no ambiente escolar, a fim de contribuir para a promoção da saúde, ampliação das potencialidades para a prática do desporto de rendimento, bem como o desenvolvimento do talento esportivo.

Parágrafo único.

VI – do incentivo à formação desportiva”. (NR)

“**Art. 3º**

I - O desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, constitui-se em:

a) desporto de formação escolar, referenciado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, coeducação e responsabilidade, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo; e

b) desporto escolar, praticado pelos estudantes com talento desportivo no ambiente escolar, referenciado nos princípios do desenvolvimento desportivo e do desenvolvimento do espírito desportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do desporto de rendimento e promoção da saúde.” (NR)

“**Art. 6º**

§ 2º Do adicional de 4,5% (quatro e meio por cento) de que trata o inciso II deste artigo, 1/3 (um terço) será repassado às Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal ou, na inexistência destas, a órgãos que tenham atribuições semelhantes na



SF/17929.87252-79





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

área do desporto, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paraolímpicos, assim como para o desporto educacional nos sistemas de ensino municipais, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do art. 7º desta Lei.

§ 3º A parcela repassada aos Estados e ao Distrito Federal na forma do § 2º será aplicada integralmente em atividades finalísticas do desporto, especialmente para o desporto educacional nos seus sistemas de ensino, sendo pelo menos 50% (cinquenta por cento) investidos em projetos apresentados pelos Municípios ou, na falta de projetos, em ações governamentais em benefício do desenvolvimento do desporto nos Municípios.” (NR)

.....

“**Art. 7º**

.....

VI - construção, ampliação e recuperação de instalações desportivas, em especial nos estabelecimentos escolares dos sistemas de ensino estadual, distrital e municipal;

.....

VIII - apoio ao desporto para pessoas com deficiência em todas as suas manifestações, em especial no desporto educacional.” (NR)

“**Art. 10.**

.....

§ 2º Os recursos que não forem resgatados no prazo estipulado no § 1º deste artigo serão repassados ao Ministério do Esporte para aplicação em programas referentes à política nacional de incentivo e desenvolvimento da prática desportiva e em programas referentes ao desenvolvimento do desporto educacional.” (NR)

.....

“**Art. 11.**

.....

IV - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Ministério do Esporte, procurando sempre o desenvolvimento do desporto educacional;” (NR)



SF/17929.87252-79





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

.....
“**Art. 18.**

.....
VI - desenvolvam projetos de formação desportiva ou auxiliem projetos de desporto educacional dos sistemas de ensino estadual, distrital ou municipal, aplicando recursos nestes ou cedendo espaço físico para o treinamento dos estudantes com talento desportivo.” (NR)

.....
“**Art. 44.**

I - desporto educacional, tanto nos estabelecimentos escolares dos diversos níveis escolares quanto nas entidades do Sistema Nacional do Desporto que atendam o disposto no inciso VI do art. 18 desta Lei;” (NR)

.....
“**Art. 56.**

.....
§ 2º

I - 10% (dez por cento) serão destinados ao desporto escolar na educação básica, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Escolar - CBDE;

II - 5% (cinco por cento) serão destinados ao desporto escolar na educação superior, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU.

§ 3º Os recursos a que se refere o inciso VI deste artigo serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de incentivo ao desporto escolar nos sistemas de ensino, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos, inclusive a contratação do seguro previsto no inciso II do art. 82-B desta Lei.” (NR)

.....
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Tancredo Neves – Gabinete 50
CEP 70165-900 – Brasília DF

Página 5 de 7

Parte integrante do Avulso do PLS nº 25 de 2017.



SF/17929.87252-79





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

JUSTIFICAÇÃO

Após uma década de grandes eventos esportivos que nosso País sediou – XV Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007, V Jogos Mundiais Militares Rio 2011, Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014, Jogos da XXXI Olimpíada Rio 2016 –, o maior legado deveria ser o incentivo à introdução ao esporte em nossos estabelecimentos de ensino.

O desporto educacional é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança e do adolescente, seja na forma do desporto de formação escolar, baseado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, coeducação e responsabilidade; seja no desporto escolar, voltado para desenvolver o talento desportivo, contribuindo para ampliar as potencialidades para a prática do desporto de rendimento e promoção da saúde.

Pela presente proposição legislativa, altera-se a redação de alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e da Lei Pelé (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998), de forma a incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino. As alterações nessas normas incluem o acréscimo de princípios de incentivo, desenvolvimento e valorização do desporto educacional; além de fazer com que os recursos já existentes para o desporto sejam voltados, preferencialmente, para o desporto escolar.

Acreditamos que novos talentos desportivos possam ser descobertos no meio escolar, assim como o desporto educacional estar integrado à educação física nos sistemas de ensino e, sempre que possível, às entidades do Sistema Nacional do Desporto.

Certos de que as mudanças sugeridas vão ajudar a desenvolver o esporte nacional de forma contínua, solicito, então, o apoio dos meus Nobres Pares na aprovação integral da presente proposta legislativa.

Sala das Sessões,

Senador LASIER MARTINS
(PSD-RS)

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Tancredo Neves – Gabinete 50
CEP 70165-900 – Brasília DF



SF/17929.87252-79



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
- Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998 - Lei Pelé; Lei do Passe Livre - 9615/98
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9615>



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 2, DE 2017

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para garantir vaga na Mesa do Senado Federal para Senadora.

AUTORIA: Senador Jorge Viana

DESPACHO: Ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas.



[Página da matéria](#)



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2017

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para garantir vaga na Mesa do Senado Federal para Senadora.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte art. 46-A:

“**Art. 46-A.** Será garantida vaga para Senadora na Mesa do Senado Federal.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As mulheres representam 50,64% da população brasileira. Contudo, nas eleições de 2012 e 2014, apenas 21% dos candidatos eram do sexo feminino. Entre os eleitos para cargos políticos, a participação feminina é ainda menor.

Como exemplo, em 2014, foram eleitas para a Câmara dos Deputados 51 mulheres, que representam 9,9% do total de 513 Deputados Federais. Assim, para cada mulher eleita para Deputada Federal, há mais de 10



Deputados Federais homens. Já para o Senado Federal, entre as 27 vagas em disputa, 5 foram vencidas por mulheres (18,5% do total).

Além do desafio para serem eleitas como Deputadas Federais e Senadoras, as mulheres enfrentam outros obstáculos políticos e culturais, que não são menos desafiadores, para ocuparem cargos na direção nas Casas legislativas.

De fato, na composição da Mesa do Senado Federal eleita para o biênio 2017-2018, não há nenhuma Senadora entre os sete membros titulares e quatro suplentes.

Enquanto isso, as mulheres vêm conquistando extraordinários avanços na sociedade brasileira. São maioria no ingresso e na conclusão de cursos superiores. E também na conclusão de doutorado no exterior nos últimos quatro anos. Na política, em 2010, pela primeira vez na história, os brasileiros elegeram uma mulher Presidente da República, que foi reeleita quatro anos depois.

Essas conquistas na agenda dos direitos da mulher contrastam com a ínfima participação feminina na política. Aliás, no ranking “Women in National Parliaments” (Mulheres nos Parlamentos Nacionais), de fevereiro de 2015, o Brasil figura na 185ª colocação entre 188 países pesquisados.

Por isso, o legislador estabeleceu que 30% das candidaturas para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais serão reservadas para mulheres, nos termos da Lei 12.034, de 2009.

Da mesma forma, as mulheres devem compor as Mesas das Casas Legislativas brasileiras. Por essas razões, apresentei Proposta de Emenda à Constituição para assegurar vaga na Mesa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais para parlamentar do sexo feminino.

Em uma iniciativa convergente, apresento também este Projeto de Resolução do Senado a fim de que esta instituição possa, de forma pioneira,



garantir vaga para Senadora na Mesa da Casa. Desse modo, o Senado Federal daria continuidade às políticas de promoção e valorização dos direitos da mulher que vêm sendo adotadas, inclusive, no seu próprio funcionamento interno.

Como exemplo, em 2013, o então Presidente Renan Calheiros instituiu a Procuradoria Especial da Mulher, que exerce relevante papel no debate sobre questões referentes à luta das mulheres pela construção de uma sociedade em que elas e os homens tenham direitos iguais.

Lamentavelmente, é inexistente a participação feminina na Mesa do Senado – órgão de direção máximo – no biênio 2017-2018. Todos os 7 membros titulares e 4 suplentes são Senadores do sexo masculino.

Para evitar a repetição desse lamentável cenário, no intuito de garantir a participação das mulheres na direção dos trabalhos da Casa, conclamo os nobres Pares a aprovarem esta iniciativa que ora submeto à deliberação.

Sala das Sessões,

Senador JORGE VIANA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 12.034, de 29 de Setembro de 2009 - Minirreforma Eleitoral (2009) - 12034/09
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;12034>
- Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2017

Requer, nos termos do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada, representada pelo Sr. Raimundo Pinheiro da Silva (Raimundo Chicó), pelo falecimento de seu pai, o Empresário MANOEL RODRIGUES DA SILVA (MANOEL CHICÓ), ocorrido no dia 06 de fevereiro do corrente ano.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017

Requeiro, nos termos do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada, representada pelo Sr. Raimundo Pinheiro da Silva (Raimundo Chicó), pelo falecimento de seu pai, o Empresário **MANOEL RODRIGUES DA SILVA (MANOEL CHICÓ)**, ocorrido no dia 06 de fevereiro do corrente ano.

Requeiro, ainda, seja encaminhado o presente voto ao endereço sito à Av. Correnteza, 2472. Manacapuru – AM. CEP 69400-000 (Sede da empresa Frigopesca).

JUSTIFICAÇÃO

É com profundo sentimento de consternação que transmito o presente voto de pesar aos familiares e amigos do Sr. Manoel Rodrigues da Silva, o Manoel Chicó, importantíssimo empresário do município de Manacapuru, no Amazonas, que faleceu na última segunda-feira, dia 06 de fevereiro, aos 78 anos.

Ele estava internado em um hospital na cidade de Manaus. Em setembro do ano passado, teve a saúde abalada após a aeronave na qual retornava da cidade de Anamã (a 162 km de Manaus) para Manacapuru (a 70 km de Manaus), realizar um pouso forçado. O acidente prejudicou o pulmão do empresário, levando-o a uma hospitalização recente.

Neste momento de grande dor pela perda de um ente querido, ofereço, através de seu filho, o também empresário e político Raimundo



Pinheiro da Silva, minhas sinceras condolências aos familiares, amigos e demais pessoas que o estimavam.

O Sr. Manoel Rodrigues da Silva é exemplo de trabalho e superação. Trabalhou desde muito jovem, como boa parte da população do interior de nosso Amazonas, e passou a juventude como agricultor. Trabalhou ainda com a produção e venda de juta e malva, quando começou a descobrir a aptidão para o empreendedorismo e o comércio.

Com a renda do comércio adquiriu propriedades e tornou-se pecuarista. Após o sucesso nessa área, decidiu empreender no ramo da pesca e fundou aquela que hoje é uma das principais empresas geradoras de emprego e renda no município de Manacapuru: a Frigopesca.

Desta forma, por tudo que representou em vida, tanto para seus familiares e entes queridos, quanto para seus funcionários e o povo de Manacapuru, onde era conhecido carinhosamente como “Manoel Chicó”, consideramos a sua partida uma grande perda, e, por esse motivo, oferecemos este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2017.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**
PCdoB/Amazonas



Aprovado
EM 14/2/2017

REQUERIMENTO Nº 67 , DE 2017

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015 (pesquisas clínicas em seres humanos).

Sala das Sessões, em

Elcintinho dos Reis
Felipe Fernando Collor
Ramon Colares PMDB
Paulo Bauer
Américo Fraga
96 minutos lista
Ornan Aguiar





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 69, DE 2017

Requer, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, informações sobre as obras de manutenção e restauração da BR-364, nos termos que especifica.

AUTORIA: Senador Jorge Viana

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO N° , DE 2017

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam prestadas pelo Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, informações sobre as obras de manutenção e restauração da BR-364, que é a única via terrestre que liga o estado do Acre ao resto do País:

- No trecho de 85km entre Sena Madureira e Manoel Urbano (inclusive o acesso à cidade), qual a situação atual da obra, quanto já foi executado e qual o percentual de execução física (medição) dessa obra? Do valor do contrato, aproximadamente R\$ 46 milhões, quanto já foi desembolsado e qual o percentual de execução financeira? Há recursos orçamentários e financeiros garantidos para a conclusão da obra?
- No trecho de 75km entre Manoel Urbano e Igarapé Jurupari, qual a situação atual da obra, quanto já foi executado e qual o percentual de execução física (medição) dessa obra? Do valor do contrato, aproximadamente R\$ 40 milhões, quanto já foi desembolsado e qual o percentual de execução financeira? Há recursos orçamentários e financeiros garantidos para a conclusão da obra?



- No trecho de 70km entre Igarapé Jurupari e Feijó, qual a situação atual da obra, quanto já foi executado e qual o percentual de execução física (medição) dessa obra? Do valor do contrato, aproximadamente R\$ 39 milhões, quanto já foi desembolsado e qual o percentual de execução financeira? Há recursos orçamentários e financeiros garantidos para a conclusão da obra?
- No trecho de 90km entre o rio Envira e Ugai (próximo ao rio Acurawa), qual a situação atual da obra, quanto já foi executado e qual o percentual de execução física (medição) dessa obra? Do valor do contrato, aproximadamente R\$ 47 milhões, quanto já foi desembolsado e qual o percentual de execução financeira? Há recursos orçamentários e financeiros garantidos para a conclusão da obra?
- No trecho de 48km entre Ugai e Gregório, qual a situação atual da obra, quanto já foi executado e qual o percentual de execução física (medição) dessa obra? Do valor do contrato, aproximadamente R\$ 25 milhões, quanto já foi desembolsado e qual o percentual de execução financeira? Há recursos orçamentários e financeiros garantidos para a conclusão da obra?
- No trecho de 47km entre o km 637 e o km 684 (rio Liberdade), qual a situação atual da obra, quanto já foi executado e qual o percentual de execução física (medição) dessa obra? Do valor do contrato, aproximadamente R\$ 29 milhões, quanto já foi desembolsado e qual o percentual de execução financeira? Há recursos orçamentários e financeiros garantidos para a conclusão da obra?



- No trecho de 77km entre o rio Liberdade e Cruzeiro do Sul, qual a situação atual da obra, quanto já foi executado e qual o percentual de execução física (medição) dessa obra? Do valor do contrato, aproximadamente R\$ 17 milhões, quanto já foi desembolsado e qual o percentual de execução financeira? Há recursos orçamentários e financeiros garantidos para a conclusão da obra?
- Em cada um dos contratos acima, qual o cronograma físico e financeiro de execução das obras? As medições que descrevem o que já foi executado estão de acordo com o cronograma inicialmente previsto? Caso a resposta seja negativa, quais os motivos que levaram ao atraso da obra? Qual o prazo estimado para a completa conclusão das obras?



JUSTIFICAÇÃO

Desde o primeiro ano do meu mandato de Senador, luto para a conclusão das obras de manutenção e restauração da BR-364. Nesse sentido, fui autor dos Requerimentos de Informação n°s 1.339e 1.340, de 2011; 127, de 2014; 111, 321 e 475, de 2016, todos endereçados ao Ministro de Estado dos Transportes. Inúmeras vezes visitei pessoalmente o local e as obras andavam em bom ritmo.



Contudo, no momento em que o rio Juruá enfrenta a maior cheia já registrada na história, com situação de emergência reconhecida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), a população do Juruá vivencia o drama do transbordamento de alguns rios que compromete a infraestrutura da BR-364 e cria obstáculos ao andamento das obras de manutenção e restauração dessa importante rodovia federal que integra o Juruá ao restante do Estado do Acre, inclusive à Capital, Rio Branco.

Considerando que, há tempos, acompanho de perto a execução das obras na rodovia federal para que não haja atrasos injustificados, considero relevante que a população acreana tenha acesso às informações solicitadas acima.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

Senador **JORGE VIANA**





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

À Publicação,
Encaminhe-se.
Em 14 / 02 / 17

REQUERIMENTO Nº 70, de 2017

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, **VOTO DE PESAR** pelo falecimento de Edson de Godoy Bueno, fundador do Grupo Amil, ocorrido no dia 14 de fevereiro de 2017, bem como que seja encaminhada as condolências à sua família.

JUSTIFICATIVA

Faleceu na manhã desta nesta terça-feira, dia 14 de fevereiro de 2017, em Búzios, no litoral do Rio de Janeiro, **Edson de Godoy Bueno**.

Edson de Godoy Bueno nasceu em Guarantã (SP). Ainda pequeno, vendia frutas de porta em porta. Aos 10 anos, tornou-se engraxate para ajudar a família. Inspirado pelo Dr. Moacyr Carneiro, então o único médico de Guarantã, escolheu a medicina como profissão e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Antes de se formar, conseguiu emprego na Casa de Saúde São José, em Duque de Caxias (RJ), da qual se tornou sócio. Em 1971, antes de se formar como cirurgião-geral, Edson já era dono desse hospital. Em 1976,

E



SF/17034.37148-27

Página: 1/2 14/02/2017 18:37:25

48775atcb23349f1e1dc6e2ea67c39a91b60554e





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

ao lado de um grupo de jovens médicos, criou uma rede para administrar três hospitais.

Em 1978, Edson e seus companheiros fundaram a Amil Assistência Médica Internacional. A empresa foi vendida para a UnitedHealth Group em 2012, e Edson Bueno tornou-se o principal acionista individual da companhia e membro do seu Conselho de Administração.

Atualmente, Edson Bueno, além de desempenhar a função de Chairman do UnitedHealth Group para a América Latina, era vice-presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e presidente do Conselho Diretor do Instituto de Estudos em Saúde Suplementar (IESS) – plataformas nas quais trabalhava para aperfeiçoar o sistema de saúde brasileiro.

Minha homenagem a **Edson de Godoy Bueno** que nos deixa um legado de trabalho e de honestidade. Encaminho votos de condolências e de solidariedade à sua família.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2017.

Senador Cássio Cunha Lima



SF/17034.37148-27

Página: 2/2 14/02/2017 18:37:25

48775atcb23349f1e1dc6e2ea67c39a91b60554e



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

**Proposta de Emenda à Constituição nº
50/2016**





SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 6, DE 2017-PLEN-SF

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2016, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ, aprovada pelo Plenário.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2016, que *acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar anima*, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 14 de fevereiro de 2017.

CÁSSIO CUNHA LIMA, PRESIDENTE

ANTONIO CARLOS VALADARES, RELATOR

CIDINHO SANTOS

JOÃO ALBERTO SOUZA



ANEXO AO PARECER Nº 6, DE 2017-PLEN-SF.

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2016.

EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº _____, DE 2016

Acrescenta § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais não são consideradas cruéis, nas condições que especifica.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 225 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 225.
.....

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais – conforme o § 1º do art. 215 – registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.





Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PEC nº 50, de 2016, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ(1º Turno)

Altera a Constituição para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

Matéria **PEC 50/2016**

Início Votação **14/02/2017 16:22:32**

Término Votação **14/02/2017 17:10:32**

Sessão **8º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

14/02/2017 14:00:01

Partido	Orientação
PMDB	SIM
PSDB	SIM
PT	LIVRE
PSB	SIM
DEM	SIM
PTB	SIM
REDE	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PV	PR	Álvaro Dias	ABSTENÇÃO
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SIM
PMDB	AM	Eduardo Braga	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	NÃO
PMDB	PI	Elmano Férrer	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	NÃO
PMDB	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM

Emissão 14/02/2017 17:16:17



Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PEC nº 50, de 2016, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ(1º Turno)

Altera a Constituição para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

Matéria **PEC 50/2016** Início Votação **14/02/2017 16:22:32** Término Votação **14/02/2017 17:10:32**

Sessão **8º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **14/02/2017 14:00:01**

PSDB	SP	José Aníbal	ABSTENÇÃO
PT	CE	José Pimentel	SIM
PMDB	TO	Kátia Abreu	SIM
PSD	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	NÃO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	NÃO
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
PT	PI	Regina Sousa	ABSTENÇÃO
-	DF	Reguffe	NÃO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	NÃO
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PTB	RR	Thieres Pinto	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Morais	SIM
PMDB	MG	Zezé Perrella	SIM

Emissão 14/02/2017 17:16:17



Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PEC nº 50, de 2016, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ(1º Turno)

Altera a Constituição para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

Matéria **PEC 50/2016** Início Votação **14/02/2017 16:22:32** Término Votação **14/02/2017 17:10:32**
Sessão **8º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **14/02/2017 14:00:01**

Presidente: *Eunício Oliveira*

SIM:55 NÃO:8 ABST.: 3 PRESIDENTE:1 TOTAL:67


Primeiro-Secretario

Emissão 14/02/2017 17:16:18



Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PEC nº 50, de 2016, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (2º Turno)

Altera a Constituição para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

Matéria **PEC 50/2016**

Início Votação **14/02/2017 17:17:30**

Término Votação **14/02/2017 18:16:47**

Sessão **8º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

14/02/2017 14:00:01

Partido	Orientação
PMDB	SIM
PSDB	SIM
PT	LIVRE
PP	SIM
PSB	SIM
PSD	SIM
DEM	SIM
PTB	SIM
REDE	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PV	PR	Álvaro Dias	ABSTENÇÃO
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	NÃO
PMDB	PI	Elmano Férrer	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	NÃO
PMDB	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM

Emissão 14/02/2017 18:16:51



Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PEC nº 50, de 2016, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (2º Turno)

Altera a Constituição para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

Matéria **PEC 50/2016** Início Votação **14/02/2017 17:17:30** Término Votação **14/02/2017 18:16:47**

Sessão **8º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **14/02/2017 14:00:01**

DEM	RN	José Agripino	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PMDB	TO	Kátia Abreu	SIM
PSD	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	NÃO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	NÃO
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
PT	PI	Regina Sousa	ABSTENÇÃO
-	DF	Reguffe	NÃO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PMDB	PR	Roberto Requião	NÃO
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	NÃO
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PTB	RR	Thieres Pinto	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Morais	SIM

Emissão 14/02/2017 18:16:51



Senado Federal
55ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PEC nº 50, de 2016, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (2º Turno)

Altera a Constituição para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.

Matéria **PEC 50/2016** Início Votação **14/02/2017 17:17:30** Término Votação **14/02/2017 18:16:47**
Sessão **8º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **14/02/2017 14:00:01**

Presidente: *Eunício Oliveira*

SIM:52 NÃO:9 ABST.: 2 PRESIDENTE:1 TOTAL:64



Primeiro-Secretario

Emissão 14/02/2017 18:16:52



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Thieres Pinto** (S)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 21

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-10 / PDT-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Thieres Pinto.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	21
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Thieres Pinto** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,114)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,27,115) Lindbergh Farias (29,59,62,89) Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,113) Regina Sousa (35)</p> <p>Líder do PT - 10 Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,113)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,59,62,89) Fátima Bezerra (28,61,93,116)</p> <p>Líder do PDT - 1 Acir Gurgacz (3,27,115)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 17</p> <p>Líder José Agripino - DEM (32,51)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,111) Davi Alcolumbre (74,87) Atáfides Oliveira (75)</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (101)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,111) José Aníbal (82)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (98)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,65)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,13,112)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71) Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (99)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (18,23,91)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (45,100)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (106)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,100)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (14)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,108)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (96)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (107)</p> <p>Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (109)</p> <p>Líder do PRB - 1 Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>	<p>PMDB - 21</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB (102)</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (77) Rose de Freitas (76)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (33,80)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (99) José Medeiros (9,12,21,88) Davi Alcolumbre (74,87) Hélio José (42,48,86) Ricardo Ferraço (78,85,111)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,114)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
28. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. n° 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG n° 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).



68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
96. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
97. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
99. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
100. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
101. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
102. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
112. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
116. O senador Fátima Bezerra está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 10/02/2017 a 19/02/2017.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

** Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



4) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.
*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Secretário(a): Ricardo Moreira Maia

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁶⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽³⁾
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽²⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6.
VAGO	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: VAGO**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4607**Fax:** 61 3303-3286**E-mail:** ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Marcello Varela**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Bruno Souza de Barros
Telefone(s): 3303 1095
E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5.
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO (2,3,4,5,6)

Atualização: 08/02/2017

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.nº 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)**VICE-PRESIDENTE:** ⁽³⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
VAGO ⁽²⁾
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
VAGO ^(4,6)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO ^(1,8,9,10,11)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
11. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO (3)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

VAGO (1,4,5,6,9)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcelo Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO ^(2,4,5,6)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

* Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽³⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PRB
VAGO ^(1,4,5,6,7)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

* Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL
Atualização: 31/01/2015	

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS**PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

VAGO ⁽²⁾

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
VAGO ^(4,5,6,7)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. Nº 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PV
PTC

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

